

Geografias Memoráveis

Uma geografia memorável não é aquela atrelada a meros textos de compêndios – muito menos a perspectivas generalizantes que ignoram as particularidades, as individualidades e as singularidades dos distintos espaços e lugares. No meu entendimento, a memória geográfica dos indivíduos e grupos sociais não pode ser negligenciada, incorporando um acentuado ponto de vista pessoal”. Seguindo tal premissa, entendemos que uma geografia comprometida com aspectos universalizantes que abarcam a sociedade como um todo, eximindo os universos particulares dos indivíduos e grupos sociais, não pode dar conta de uma geografia genuinamente humana e pessoal, forjada por cada geógrafo informal em seu mundo vivido. Seguindo nesta direção, as geografias memoráveis seriam aquelas forjadas por meio de um pensamento autônomo. Um pensar que focaliza o ser humano em meio às suas memórias geográficas introjetadas em seu universo vivido.



Geógrafo com especialização em políticas territoriais no estado do Rio de Janeiro;
Mestre e doutor em geografia por meio da Universidade do estado do Rio de Janeiro - UERJ;
Pesquisador e escritor;
Professor de geografia das redes públicas estadual e municipal do Rio de Janeiro.



978-613-9-80520-4

GEOGRAFIAS MEMORÁVEIS

Fernandes



Marcio Luis Fernandes

Geografias Memoráveis

Sobre os lugares e suas memórias geográficas

 Novas Edições
Acadêmicas

Geografias Memoráveis

Marcio Luis Fernandes



Geografias Memoráveis
Geografias Guaratibanas

Rio de Janeiro

2020

Qual ave que vagueia longe do seu ninho, assim é o **homem** que anda vagueando longe do seu **lugar**.

(Provérbios 27: 8)

SUMÁRIO

	SOBRE O LIVRO	5
1	A URBANIZAÇÃO COMPLETA DA SOCIEDADE: UMA NOTA SOBRE A EXTINÇÃO DO RURAL	7
2	A INEXORÁVEL MARCHA DO URBANO E SUAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS	26
3	PERIURBANIZAÇÃO: AS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS E A URBANIZAÇÃO NAS/ DAS PERIFERIAS METROPOLITANAS	52
4	SOBRE O HUMANISMO EM GEOGRAFIA	73
5	POR UMA GEOGRAFIA MEMORÁVEL	97

6	TOPONÍMIA E IDENTIDADE: A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA DE “SEU ILHA” (DE GUARATIBA)	131
7	UMA ILHA DE SIMBÓLICAS GEOGRAFIAS	140
8	AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO VIVIDO	166
	SOBRE O AUTOR	191

SOBRE O LIVRO

Geralmente, no início de uma jornada acadêmica, as abordagens buscam alcançar os objetivos propostos nas pesquisas sem preocupações em relação aos distintos métodos que norteiam as diferentes correntes do pensamento. Na verdade, até chegar ao mestrado, é comum a confusão entre método (os princípios de uma corrente do pensamento) e metodologia (o caminho percorrido para se alcançar os objetivos propostos em uma investigação) em uma pesquisa científica.

No transcurso da graduação e da especialização, as monografias (*Latu-sensu*) são desenvolvidas livremente, sem maiores preocupações em relação ao método. Esta liberdade acadêmica permite uma abordagem híbrida onde é comum o diálogo entre autores de distintos vieses.

Esta pretensa liberdade, no entanto, subitamente é tolhida quando os estudantes passam a ser submetidos às amarras acadêmicas comuns a partir do mestrado (*stricto-sensu*) que – muitas vezes – dificultam interessantes diálogos.

O presente livro traz à luz questões relacionadas à rigidez em relação ao método que, em pleno período pós-moderno (pós-positivista), insiste em proibir diálogos profícuos entre diferentes correntes que, embora distintas, podem comungar para a construção de uma geografia mais vibrante e vigorosa.

Por meio de textos escritos entre 2008 e 2015, o livro busca demonstrar a possibilidade de coexistência de diferentes subcampos

da geografia no decorrer da biografia de um geógrafo (geografia urbana e geografia humanística, por exemplo), bem como a possibilidade de diálogos entre duas ou mais vertentes.

Neste diapasão, o livro apresenta oito textos de minha autoria – expostos em ordem cronológica – no intuito de que minha busca por uma geografia memorável seja captada.

Seguindo nesta direção, as geografias memoráveis seriam aquelas forjadas por meio de um pensamento autônomo desprovido de pré-conceitos epistemológicos. Um pensar que focaliza o ser humano em meio às suas memórias geográficas introjetadas em seu universo vivido.

Marcio Luis Fernandes

1 A URBANIZAÇÃO COMPLETA DA SOCIEDADE: UMA NOTA SOBRE A EXTINÇÃO DO RURAL

Trata-se do meu primeiro artigo científico. Foi escrito no primeiro semestre do mestrado, em 2008, no bojo da disciplina “Representações do Espaço Urbano” ministrada por meio do Professor Doutor Álvaro Ferreira na PUC-Rio. Este texto foi apresentado e publicado no ano seguinte nos ‘Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 – 6396’ sob o título “Por uma necessária mudança de valores: uma proposta para a produção de um espaço (urbano) que privilegie o uso e não a troca”.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Logo nas primeiras linhas de seu livro “A Revolução Urbana”, Lefebvre (1999, p. 13) propõe a hipótese da urbanização completa da sociedade, premissa engendrada também por vários outros teóricos preocupados em abordar o fenômeno da metropolização do espaço (LENCIONE, 2003, p. 41-43) e de sua capitalização e transformação em mercadoria (DAMIANI, 2003, p. 367-369). Seguindo a proposição lefebvrea, podemos discorrer sobre uma eventualidade relacionada ao processo de extinção do espaço rural – àquele concebido como um contraponto ao espaço urbano – uma vez que o campo, como diz Lefebvre (1999, p.21), “não é mais – não é nada mais – que a ‘circunvizinhança’ da cidade, seu horizonte, seu limite”. Nesse sentido,

o espaço (urbano): que não tem nada de inocente, que é pleno de intencionalidade – produzido segundo o interesse de seus produtores (LEFEBVRE, 1991; 1999; 2008) – tende a continuar se (re)produzindo através da mudança de valores (do valor de uso ao valor de troca) tornando-se um “espaço-produto”, uma vez que a terra (urbana) passa a ser comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria (CARLOS, 2007, p.28).

Ao discorrer sobre a urbanização brasileira, Milton Santos (2005, p.102) salienta que a concentração metropolitana foi a grande responsável pela tendência à (des)metropolização (“dissolução da metrópole”):

Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo em todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira “dissolução da metrópole”, condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Ao propagar a funcionalidade normatizada das esferas econômica e política da sociedade, o processo de “dissolução da metrópole” irradia também “urbanidades contrastantes”, uma vez que – na quase totalidade dos casos – implica também em uma nova dinâmica socioespacial derivada da especulação imobiliária que cria e incorpora novas áreas (sub)urbanas.

Remetendo-nos ainda à ideia de que a ainda virtual (?) “urbanização da sociedade” é oriunda, da deterioração dos núcleos urbanos antigos ou da hiper concentração metropolitana, levando a um deslocamento de pessoas e de atividades produtivas para as

periferias distantes, nos reportamos ao processo de implosão-explosão (LEFEBVRE, 1991; 1999; 2008) – onde a urbanidade é irradiada do centro para a periferia devido à saturação metropolitana:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (...). A grande cidade explodiu, dando lugar aos subúrbios (...): a sociedade urbana está em gestação (LEFEBVRE, 1999, p.15).

O processo de implosão-explosão explica a irradiação de urbanidades a partir do processo de fragmentação da metrópole por meio da (sub)urbanização das áreas periféricas, sendo ampla e complexa a rede de agentes (re)produtores do espaço (urbano): os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; outros incorporadores; os grupos sociais excluídos etc. (CORRÊA, 2000; RIBEIRO, 1997;).

Em alguns casos, os proprietários fundiários acumulam a função de especuladores, uma vez que passam a agir como verdadeiros empreendedores urbanos. Para isso, utilizam uma prática muito comum no espaço “periurbano” – uma espécie de “maquiagem paisagística” – desvendada por Marcelo Lopes de Souza (2005, p.27-28):

Na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, as vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde,

grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado – quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados, dependendo de sua localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano...

A intencionalidade inerente ao espaço (à cidade) – no que tange a sua transformação em produto – está vinculada ao seu valor de troca (o espaço-produto e a terra-mercadoria), uma vez que a produção capitalista do espaço/cidade tende a remover da terra o seu valor de uso, valor responsável pelo antigo dualismo entre o rural e o urbano. Hodiernamente, é comum substituir o termo “espaço rural” pelo termo “espaço agropecuário”, uma vez que a vida urbana tem penetrado no campo através de sistemas de objetos e sistemas de valores que tem introduzido no “espaço agrário” um modo de viver semelhante ao urbano (LEFEBVRE, 1991, p. 11). Além disso, na atual conjuntura capitalista, até mesmo o uso do solo está comprometido com uma produção puramente quantitativa, generalizando-se como mercadoria/valor de troca (LEFEBVRE, 2008, P.83).

Esse texto tem por objetivo propor um debate sobre a virtual urbanização da sociedade, processo responsável por uma nova dinâmica, onde a tradicional dualidade entre o rural e o urbano torna-se ineficaz na análise das realidades espaciais presentes. Diante do

exposto pelos interlocutores citados nestas palavras iniciais pretendemos – através de uma abordagem relacionada à mudança de valores da terra/solo (do valor de uso ao valor de troca) – explicar a mudança de função da terra (de rural [agrícola] à urbano [residencial]). Com esse fim, aplicaremos a temática ora proposta, à realidade socioespacial da porção periférica da cidade do Rio de Janeiro conhecida como Ilha de Guaratiba, antes, porém, faz-se necessário versarmos sobre o advento da cidade e do urbano como expressão da realidade contemporânea.

A CIDADE E O URBANO

Diante de toda complexidade gerada pela nova realidade urbana que se delinea, torna-se ainda mais perigoso tentar definir a cidade e as dimensões do urbano sem incorrer em confusões teóricas e metodológicas. Àqueles que tentaram empreender esta tarefa cada vez mais complicada, não o fizeram sem antes salientar sobre a existência dos riscos. O próprio Lefebvre (1991, p.49), ao propor uma distinção entre a cidade e o urbano, nos chama a atenção sobre os seus riscos:

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, esta distinção se revela perigosa e a denominação proposta não é manejada sem riscos. O urbano assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material (...). A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra, “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas a

têm ou não a têm. Se não a têm, se o “urbano” e a sociedade urbana são concebidos sem essa base, é que são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e a sua encarnação...

Para Lefebvre (1991), quando ainda não há uma base práctico-sensível (cidade), o urbano só pode ser concebido como uma possibilidade. Assim sendo, as diferenças conceituais entre “a cidade” e “o urbano” devem ser determinadas com o maior cuidado, evitando tanto a separação quanto a confusão. Após propor algumas definições da cidade, o autor ressalta que tais lucubrações se mostram insuficientes para abarcar sua complexidade (p.57), mas que o teórico da cidade e do urbano definem esses termos como forma e simultaneidade, campo de encontro e de trocas (p.59). Como vemos, tanto a cidade quanto o urbano possuem numerosas definições, sendo ao mesmo tempo distintas e complementares. Entretanto, duas delas nos cativam a um aprofundamento: a cidade como obra e o urbano como valor de uso; e a cidade como produto e o urbano como valor de troca.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas e objetos em dinheiro) (LEFEBVRE, 1991, p. 4).

Para que a cidade seja concebida como obra, é necessário que o urbano nela engendrado possua um valor de uso. Esse urbanismo

“utopiano” saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde. Urge a sua emergência como “médico do espaço”, capaz de conceber um espaço social harmonioso (p.43). com isso, uma nova cidade, baseada em novas relações, seria produzida, uma cidade composta não por cidadãos, mas por cidadãos livres, o modelo de cidade ideal, possuindo dimensão simbólica e vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991; 2008). De posse desse urbanismo “utopiano”, a cidade tende a agregar valores qualitativos (valorização): estima; valor afetivo; carga identitária (HAESBAERT, 2004, p. 215); referencial para a construção de identidades socioespaciais e sentimento de pertencimento (SOUZA, 2004, p. 307-308), tornando-se o espaço “de vida” (LEFEBVRE, 2008, p. 144-145).

A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anticidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão de obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as (...). Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

A indústria e o processo de industrialização – legítimas representantes da transformação capitalista do espaço em mercadoria, da cidade em produto e do urbano em valor de troca – assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente. Nesse sentido,

a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana, onde o social urbano é negado pelo econômico industrial (LEFEBVRE, 1991, p. 21). A lógica capitalista, materializada pela industrialização, descaracteriza a cidade ao romper com a realidade urbana de então – marcada pelo valor de uso. Esse tipo de urbanização é responsável pela criação da não-cidade e da anticidade (LEFEBVRE, 1999, p. 23), uma vez que seu valor está atrelado à lógica do capital (valor de troca). Apropriada por esse urbanismo que produz um espaço caótico, a cidade tende a agregar valores meramente quantitativos (valorização): preço, valor econômico, produto, mercadoria, coisa... tornando-se o espaço “de morte” (LEFEBVRE, 2008, p.145).

O que é a cidade? Um amontoado de prédios? Uma série infindável de carros? É isso a cidade? Que palavras as pessoas associam à palavra cidade? Ruas, prédios, carros, congestionamento, multidão, gente – em mais de 80% dos casos. A cidade aparece aos nossos olhos – no plano do imediato, do diretamente perceptível, como concreto diretamente visível e percebido (...). É raro emergirem associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeiam as relações humanas. A forma domina, predomina, esmaga os seres humanos como as grandes construções religiosas (CARLOS, 2007, p.11-12).

A ideia de cidade nos remete quase sempre às intensas transformações espaciais e aos seus produtos mensuráveis e visíveis, não havendo distinção entre esse termo e o urbano, entendido como tudo que está relacionado ao espaço citadino. Devido a essa visão simplista, mas utilizada por muitos, trouxemos esse breve apontamento sobre a cidade e o urbano – não com o intuito de definir

esses termos hiper complexos – e sim com o objetivo de mostrar que a realidade urbana vai muito além da cidade. Com esse desígnio discorreremos sobre a cidade abordando-a como sendo: datada, espelho do seu tempo, objeto concreto que possui forma, espaço socialmente produzido. Já o urbano está relacionado aos valores, à ética, ao comportamento e às demais representações que vão contribuir para a construção da cidade. Por meio do (re)conhecimento das distintas concepções de cidade e da dual realidade urbana, envolvendo diferentes valores, ambicionamos propor uma mudança de valores que nos leve à produção/promoção de um espaço mais humano, como nos aponta Carlos (2007, p. 89) nas linhas abaixo:

A cidade não deve ser entendida como valor de troca e suas áreas mantidas como reserva de valor. Impõe-se pensar a cidade não enquanto materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital, mas da vida humana em sua plenitude. É fundamental superar a contradição da lógica do atual sistema entre valor de uso e de troca. O novo urbano seria produto de outras relações e não as fundamentadas na subordinação dos indivíduos na segregação social. O trabalho teria um novo conteúdo. A nova configuração espacial seria produto das novas relações entre as pessoas, realizadas em função de novos valores.

DA MUDANÇA DE VALORES À MUDANÇA DE FUNÇÃO DA TERRA: O CASO DE ILHA DE GUARATIBA

Ilha de Guaratiba, porção espacial da zona oeste do município do Rio de Janeiro, vem passando por mudanças consideráveis em sua área, principalmente a partir das duas últimas décadas, no que tange à especulação imobiliária e o conseqüente surgimento de vários

condomínios horizontais na configuração espacial representada pela porção leste da baixada de Guaratiba.

O local bucólico, visitado esporadicamente por proprietários de residências secundárias – tradicional produtor agrícola – passa por um constante processo de valorização fundiária/imobiliária e por um aumento considerável em sua população residente.

A localidade em tela, há anos, é apresentada como o mais provável alvo sobre o qual incidirá o volátil capital especulativo imobiliário. Especialistas no assunto apontam que a cidade do Rio de Janeiro crescerá em direção a Guaratiba (LESSA, 2001, p. 386).

Representada por uma área de baixada, cercada em grande parte pelo Maciço da Pedra Branca (Serra Geral de Guaratiba), o lugar tem como principais marcas sua belíssima paisagem natural e a tranquilidade típica de um local que – de certo modo – parou no tempo.

A toponímia originou-se por corruptela do nome do inglês Willian que – vindo na comitiva de D. João VI em 1808 – apropriou-se de boa parte das terras da área em questão. Como os antigos caiçaras, seus contemporâneos, não se esmeravam em pronunciar corretamente o seu nome, passaram a chamá-lo de Sr. Wílha de Guaratiba, Sr. Ilha de Guaratiba e, por fim, Ilha de Guaratiba – em alusão ao inglês Willian, antigo proprietário das terras do lugar (LESSA, 2001, p.58; 427)). Já o topônimo Guaratiba deriva do grande número de aves pernaltas que povoavam a localidade – os guarás. Como “tiba”, em Tupi-Guarani, equivale à abundância, etimologicamente, Guaratiba significa “abundância de guarás” (FERNANDES, 2003; 2006).

Devido ao seu passado agrícola, o local caracterizou-se como um dos últimos remanescentes “rurais” do município do Rio de Janeiro. A habilidade do guaratibano no trato com a terra fez de Ilha de Guaratiba, durante décadas, um verdadeiro “cinturão verde” (grande produtor de hortaliças e verduras), cuja produção era vendida principalmente nas feiras livres espalhadas pela cidade. Em Ilha de Guaratiba, o dia do descanso semanal era a segunda-feira, pois no domingo, o dia era de feira (FERNANDES, 2003, p. 26).

Com a decadência das feiras-livres a partir da década de 1980, devido ao advento dos supermercados e dos “sacolões” (JESUS, 1991; FERNANDES, 2006), a produção de alimentos na localidade também decaiu. O declínio desta atividade – ao forçar os antigos produtores/feirantes a buscarem uma nova alternativa para sua sobrevivência – detonou um processo de mudança de valores da terra (uma vez que o seu outrora valor de uso aos poucos foi sendo substituído pelo valor de troca) dando início a uma mudança de função das terras.

Muitos dos antigos agricultores optaram por vender boa parte de suas terras, que perderam seu valor de uso e passaram a representar uma espécie de reserva de valor fundiário/imobiliário (valor de troca); outros, passaram a especular sobre as terras que antes possuíam uma outra função; por fim, outros produtores mudaram apenas de ramo, pois passaram a produzir e comercializar plantas ornamentais nas terras que antes produziam alimentos. No entanto, apesar de manter a função primeira da terra, a produção de ornamentais está comprometida com o mercado imobiliário, uma vez que sua principal

função é suprir a demanda cada vez maior dos condomínios e construtoras, que têm no “paisagismo fetiche” uma de suas estratégias para a transformação da terra em mercadoria.

Desse momento em diante, em Ilha de Guaratiba, pode-se dizer que por meio de novas relações (capitalistas), a terra transforma-se em mercadoria (GOTTDIENER, 1997, p. 165; 181)), passando a ser negociada no mercado imobiliário (LEFEBVRE, 2008, p. 153). O outrora espaço agrícola toma novos contornos, tornando-se residencial. O antigo “espaço rural” começa então a tomar foros de urbano. Assim inicia-se o processo de mudança que provoca uma verdadeira metamorfose no espaço de Ilha de Guaratiba.

Como parte do processo de produção do espaço urbano, os agentes (imobiliários) precisam antes promover uma mudança de valores na terra que perde a sua função produtiva (qualitativa), transformando-se – ela mesma – em produto, passando a ter um valor apenas monetário (quantitativo). Com isso, novos espaços residenciais são produzidos nas periferias distantes com amenidades, espaços estes destinados às classes que podem pagar por este padrão residencial. Cria-se assim um espaço indefinível e descaracterizado, como aponta Lefebvre (2008, p.158):

A urbanização generalizada não apenas generalizou a especulação dita imobiliária, ela não apenas acompanhou a comercialização do espaço: ao invés da superação da relação cidade-campo, ela acarretou um magma, um caos nos quais a cidade e o campo se misturam confusamente.

A conclusão que se pode tirar do que foi dito acima é que a lógica capitalista na produção do espaço urbano cria um paradoxo: uma urbanização “desurbanizante” (LEFEBVRE, 1991, p. 18), uma vez que o tipo de atividade imobiliária adotada nos fornece uma prova cabal da natureza desordenada do “desenvolvimento” da terra, especialmente quando ocorre em uma franja expansível da região metropolitana (GOTTDIENER, 1997 p. 190) como é o caso de Ilha de Guaratiba. Cria-se, com isso, um espaço que ninguém consegue distinguir. Um espaço que – simultaneamente – vai perdendo as virtudes que o qualificam e adquirindo características que o descaracterizam, uma valorização (quantitativa) que o desvaloriza qualitativamente. Esse fenômeno – em uma escala de análise mais ampla – no entanto, não revela novidade alguma, pois, como aponta Luiz César de Queiroz Ribeiro (1997, p.199), representa a continuidade do processo de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro:

A partir da segunda metade do século XIX, especialmente depois de 1870, a cidade do Rio de Janeiro sofre importantes transformações urbanas geradas pela ação de um conjunto de capitais que passam a investir sobre o espaço urbano. Entre eles, o que poderíamos chamar de capital imobiliário, aplicado na produção de moradias para aluguel e na compra, parcelamento e vendas de lotes de terra anteriormente utilizadas para fins agrícolas...

O Rio de Janeiro, como se sabe, cresceu em diversos eixos. Sendo assim, desde os primeiros séculos de colonização os aterros contribuíram para a construção do espaço urbano carioca. Com o crescimento da cidade, houve a necessidade de rompimento das

elevações com a perfuração de túneis desde 1887 (CARVALHO, 2002). Mais recentemente, nas últimas décadas, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes ganharam expressão em meio ao espraiamento do tecido urbano carioca. Podemos asseverar então que o Rio de Janeiro cresce em direção à planície de Guaratiba em meio a um crescente processo de especulação imobiliária. A forma, porém, como esse processo tem se conduzido, nos induz a propor uma mudança nas novas relações espaciais que se delineiam sobre os lugares.

PARA NÃO CONCLUIR: POR UMA NECESSÁRIA MUDANÇA DE VALORES

Ao desvendar o fenômeno da fetichização da mercadoria, Marx nos fornece uma sólida base para a análise da lógica capitalista da produção do espaço (urbano) por meio da coisificação do solo, ou seja, da sua transformação em mercadoria/coisa. Seu valor de uso (qualitativo) é então substituído pelo valor de troca (quantitativo). Nesse sentido, o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas. O homem passa a ser avaliado pela sua capacidade de “ter coisas” (CARLOS, 2007, p. 20). Tais mudanças fragmentam o espaço, processo que altera profundamente a vida cotidiana, criando uma vida programada e idealizada pelo consumo manipulado. É nesse contexto que o processo de produção do espaço urbano tende para a homogeneização de um espaço que (re)produz a perversa lógica

capitalista que exclui o social, o humano. Qual seria então a saída para essa realidade cruel e caótica produzida pelo capitalismo?

Segundo Lefebvre, para mudar a vida é necessário mudar o espaço. Para mudar o espaço é necessário produzir mudanças sociais (GOTTDIENER, 1997, p. 152-154). De quem será a culpa? Do capitalismo? Do espaço? Do homem? Partindo da premissa de que a mudança espacial que tanto almejamos depende de uma mudança de postura da sociedade que implique em uma “mudança de valores” que o qualifique, propomos uma parábola que demonstra que a condição do espaço atual:

É como na história de um executivo que chega em casa com uma maleta cheia de trabalho. Seu filho de seis anos o procura para brincar e ele, muito ocupado, tem uma ideia: abre o jornal e vê a fotografia do mundo; pega a tesoura e a corta em pedaços. Volta-se para o filho e diz: coloque o mundo junto, e quando terminar, eu brinco com você. Imaginou que o trabalho fosse demorar várias horas, mas em poucos minutos o menino voltou com o trabalho pronto. Pasmado, perguntou ao filho como ele havia conseguido recompor a figura em tão pouco tempo. “Foi muito simples pai”, respondeu o menino. “Do outro lado do jornal havia a fotografia de um homem; eu juntei o homem e o mapa do mundo ficou certo.” Moral da história: quando o homem está certo, o mundo está certo. Não tem nada de errado com o mundo em si (...). Se você mudar, o mundo muda com você... (RIBEIRO, 1999, p. 53-55).

No meu entendimento, é a dimensão social que dota o espaço de vida. Sendo assim, uma mudança social qualitativa devolveria ao espaço o seu verdadeiro valor. Um valor atrelado a novas relações com o solo, com a natureza, entre os homens. Novas relações espaciais, onde ressurgira um novo urbano. Um urbanismo comprometido com a produção e reprodução de seres humanos por

seres humanos, e não mais uma produção de meros objetos (LEFEBVRE, 1991, p. 47). A cidade emergiria então como obra, como valor de uso, como “lugar valorado”, e não mais como produto, como valor de troca, como mero “espaço valorizado” (FERNANDES, 2006, p.40-45).

Para Lefebvre (2008, p.145), a produção do espaço não pode produzir senão o espaço diferenciado, aqui entendido como o espaço das mudanças sociais, posto que sua redução, aquela que afeta suas possibilidades, conduz ao espaço homogêneo (espaço de morte). Ao propor a socialização do espaço como uma consideração “utopiana,” o autor sugere que apesar de “hoje” não ser possível tais mudanças, não podemos deixar de projetá-las para “amanhã” (p.162). Essa visão utópica concernente à produção de um “espaço de esperança” que enalteça as potencialidades humanas qualitativas também é compartilhada por Harvey (2004, p. 181) quando o mesmo – citando Oscar Wilde – salienta que “um mapa do mundo que não inclua Utopia não merece nem mesmo uma espiada.”

Como todo cientista social que se preze, o geógrafo tende a carregar consigo o “velho sonho marxista de transformar o mundo.” Por mais utópico (ou “utopiano”) que nos pareça esse ideal, deixar de sonhá-lo, deixar de idealizá-lo, deixar de projetá-lo para uma eventual realização é o mesmo que aceitar a morte tendo ainda fôlego pra lutar pela vida, por um espaço de vida e não de morte.

As representações do espaço – aqui entendidas como a forma como mesmo é organizado – não devem continuar sendo concebidas “de cima para baixo” por representantes de um sistema alienante

comprometidos com a produção de um espaço igualmente alienador. O espaço percebido criado por esta concepção equivocada gera uma espécie de “aberração espacializada”, uma vez que produz um espaço desumano, no sentido de privilegiar as relações econômicas em detrimento das relações sociais de fato.

Urge a emergência de uma “revolução” a partir de uma mudança de postura da sociedade, onde o atual espaço (percebido) seja concebido de uma outra maneira, “de baixo para cima,” tornando-se assim um espaço vivido, um espaço de negação, um espaço que negue a atual exploração do homem pelo próprio homem, um espaço que negue a morte, um espaço de vida, concebido para a vida, percebido como vivo, um espaço vívido e vivido (Ferreira, 2003; Lefébvre, 2008;).

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 98 p.

_____. O Lugar no/do Mundo. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2008. 85 p.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira de. Rio de Janeiro – Uma Cidade Conectada por Túneis. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UERJ, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. 94 p.

DAMIANI, Amélia Luisa. O Urbano no Mundo da Mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraines (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

FERNANDES, Macio Luis. Ilha de Guaratiba: De Espaço a Lugar. Monografia de graduação em geografia. Rio de Janeiro: MSB, 2003. 44 p.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a valoração do “Lugar:” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de geografia, UERJ, 2006. 56 p.

FERREIRA, Álvaro Henrique de Souza. Espaço, tempo, ciberespaço: produzindo novas temporalidades e espacialidades?. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraines (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O Lugar da Feira-Livre na grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964 – 1989). Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. 220 p.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190 p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

LESSA, Carlos. O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478 p.

RIBEIRO, Lair. O Sucesso não ocorre por acaso. São Paulo: Moderna, 1999. 192 p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. 352 p.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 174 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.

_____. ABC do Desenvolvimento Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

1 A INEXORÁVEL MARCHA DO URBANO E SUAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

Juntamente com artigo anterior, o texto em tela foi escrito em 2008 como um dos instrumentos avaliativos da disciplina “Representações do espaço urbano” no semestre inaugural do meu mestrado. Em 2017, após passar por uma revisão, este escrito foi publicado na Revista Geografias da UFMG (Geografias artigos científicos Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017) sob o título “Representações do Espaço Urbano”. No ano seguinte, estas lucubrações teóricas também foram publicadas no periódico da UNIABEU (Revista UNIABEU, V.11, Número 27, janeiro-abril de 2018) com o título “A emergência da valoração a partir do processo de valorização: um debate sobre algumas representações do espaço urbano”.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Muitas têm sido as tentativas de se representar o espaço urbano por meio de definições que buscam dar conta desta realidade complexa, devido, sobretudo, aos inúmeros sujeitos que – na tentativa de impor ao mesmo os seus propósitos e intencionalidades – lhe delegam inúmeros significados e representações. Em Corrêa (2000), o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Para

Carlos (2007), não se pode separar a cidade do espaço urbano. Nessa perspectiva, a cidade é pensada enquanto trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do “construído e do não-construído” de um lado, e do movimento (de mercadorias, pessoas, ideias) de outro.

O enfoque marxista da cidade enfatiza o uso desigual do solo urbano, como a acumulação do capital imobiliário, a segregação sócio espacial, a luta de classes etc. Para o pensamento marxista a aparência dos fenômenos não é a sua essência, de modo que – diferentemente do positivismo – não procura explicar (representar) o espaço urbano apenas por intermédio de sua materialidade e fisionomia. O aspecto fundamental do materialismo histórico é a historicidade. Qualquer fenômeno para ser entendido precisa se situar em um processo histórico geral. A cidade, portanto, é resultado de forças históricas e, como entidade concreta, assume formas e funções diferentes, de acordo com o estágio alcançado pelas forças produtivas, pela complexidade da divisão do trabalho e pela correlação de forças entre as classes sociais em confronto. A cidade é, então, história materializada. O pensamento marxista acredita que o conflito está no cerne da sociedade de classes, constituindo-se este embate no próprio motor da história. Sob o capitalismo, o espaço urbano é encarado como palco central da luta de classes (MELLO, 1992).

Para Corrêa (2002), o espaço (urbano), no entanto, aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefebvre, por meio de seu argumento de que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma

lógica e de um sistema (LEFEBVRE, 2008). O espaço entendido como social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como absoluto e nem como um produto da sociedade. O espaço também não é apenas um instrumento político, tampouco um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre (2008), o espaço é mais do que isso, pois engloba esta aceção e a ultrapassa, representando o lócus da reprodução das relações sociais de produção. Assim sendo, “a produção do espaço” vai muito além deste ou daquele objeto, que são apenas suas representações. A tentativa de defini-lo como um conjunto indissociável de coisas, sistemas, objetos, ações etc. – além de simplista, reduz o espaço (urbano) a uma representação inconsistente (LEFEBVRE, 2008, p.138).

Em sua abordagem sobre a valorização do espaço urbano, Carlos (2007) enfatiza que a relação entre o todo e a parte deve ser observada nesse processo ao asseverar que a construção de moradias obedece a uma ordem não apenas próxima, isto é, circunscrita à sua particularidade, referente àquela do lugar, mas a uma ordem distante, que recoloca essa particularidade em sua relação com a totalidade do espaço, no construído. Isto é, refere-se à articulação do lugar com a sociedade (p.52). Segundo a autora, o desenvolvimento do processo de reprodução do urbano englobando terras até então ociosas ou rurais dá-se através de um processo de integração que tende a aumentar a demanda por terra (p.53). O valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, uma vez que é na inter-relação entre o todo e a parte que ocorre o processo de

valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (p.54). Hoje, por exemplo, o verde, a proximidade da natureza, a localização, a relação custo-benefício etc. – tendem a influir na opção pela moradia de uma classe de renda média e alta. Estas têm – pelo seu poder aquisitivo – maiores possibilidades de escolha (p.55). No caso específico da região metropolitana, a mancha urbana que tem seu nó no centro, apresenta na periferia dois fenômenos: se por um lado, encontramos áreas residenciais de uma classe de baixo poder aquisitivo, encontramos também o contrário. Na periferia da mancha urbana metropolitana podem ocorrer os dois fenômenos simultaneamente, em decorrência do crescimento da metrópole e da concentração do capital. Um tipo de moradia é aquele destinado às classes de renda média e alta que podem “fugir” da metrópole, indo em busca da natureza e do ar puro, longe dos inconvenientes que o “progresso” trouxe (CARLOS, 2007). Como exemplo desse fenômeno de valorização fundiária/imobiliária, produzida a partir da valorização de seus atributos, podemos citar a processo de especulação que fez Ilha de Guaratiba (porção periférica do município do Rio de Janeiro) emergir como o mais novo “point residencial”, incorporado à cidade (Lessa, 2001; Fernandes, 2003; 2006; 2010; 2015).

Em Santos (1992), o caráter mutável do uso do solo na cidade capitalista decorre fundamentalmente de dois fatores: das necessidades do processo de acumulação capitalista e das necessidades de reprodução ampliada das classes sociais. Esses dois fatores, entretanto, não estão dissociados. A necessidade de maior consumo de espaço em decorrência da valorização fundiária

responsável pela valorização dos imóveis nas áreas centrais aponta, ao mesmo tempo, condições bem mais vantajosas na periferia distante (CORRÊA, 2000). A exemplo do capital, as diversas classes se reproduzem também de forma ampliada, alterando-se nos planos quantitativo, qualitativo e espacial. Essa alteração cria novos padrões de consumo do espaço e faz parte da acumulação e do desenvolvimento do capitalismo (SANTOS, 1992).

Sendo o espaço a expressão territorializada da sociedade, o maior ou menor acesso a certos padrões de consumo se dá, em grande parte, pela segregação no espaço das diversas classes. Isso se verifica basicamente em decorrência da capacidade diferencial que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa cuja característica é definida não só pelo padrão da residência, como por sua localização. Como parte do processo de produção do espaço urbano, os agentes produtores desse espaço provocam mudanças no uso residencial, alocando e realocando no espaço as diversas classes sociais ao longo do tempo. Novos espaços residenciais são produzidos nas periferias distantes com amenidades, espaços destinados, vale repetir, às classes sociais que podem pagar por esse padrão residencial (TRINDADE JR, 1996).

As inovações decorrentes do supracitado processo de produção de moradia a partir da valorização imobiliária, no entanto, dialeticamente, utiliza as representações da antiga conjuntura desse novo espaço que já existia por meio da quantificação do qualitativo, que para Lefebvre (1983) torna-se uma representação do capitalismo, e ao mesmo tempo se choca com a valoração produzida pelo

processo de valorização – uma vez que a antiga estrutura social está embasada no qualitativo, no valor de uso, na valoração – e não aceita passivamente que tudo isso seja transformado em mercadoria em favor de uma fração de classe que não possui esse tipo de vínculo com o lugar (FERNANDES, 2015).

Esse texto propõe um debate sobre as diferentes representações do espaço (urbano) a partir da discussão do processo de valorização imobiliária e de suas implicações sobre a valoração do lugar. Nossa premissa é que, em casos específicos, o processo de valorização imobiliária (valor quantitativo, preço) que utiliza os atributos qualitativos do lugar como “chamarizes” para os “outsiders”, pode detonar o fenômeno de valoração – entendida nesse artigo como estima, valor afetivo, carga identitária (HAESBAERT, 2004), referencial para a construção de identidades socioespaciais e sentimento de pertencimento (SOUZA, 2004) – nos “insiders”, conferindo a essa porção espacial uma dupla representação (LEFEBVRE, 1983). Com este objetivo, retomaremos nossas abordagens anteriores sobre o processo de valorização da porção periférica da cidade do Rio de Janeiro conhecida como Ilha de Guaratiba que desencadeou o fenômeno da valoração do guaratibano por seu lugar (FERNANDES, 2003; 2006; 2009; 2010; 2015). Como se trata de uma abordagem que privilegia aquilo que o espaço urbano representa para os diferentes sujeitos envolvidos na sua produção, antes de versarmos sobre a premissa proposta, traçaremos alguns contornos sobre as representações e o espaço urbano.

ESPAÇO URBANO E REPRESENTAÇÕES

Para Lefebvre (2008), o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade. Para o autor em questão, essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive. Trata-se de uma abstração, mas de uma abstração concreta, vinculada à prática. O urbano é cumulativo de todos os conteúdos (natureza, indústria, técnicas, riquezas, obras da cultura, maneiras de viver, rupturas do cotidiano etc.), todavia é mais e outra coisa que a acumulação. O urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, super objeto e não objeto. Ele se liga, de um lado, à lógica da forma, e, de outro, à dialética dos conteúdos. Tudo no urbano é calculável, quantificável, tudo, exceto o drama resultante da (co)presença e da (re)representação dos elementos calculados, quantificados (LEFEBVRE, 2008). Nesse sentido, as representações do espaço urbano estão/vão muito além dessa “abstração”, uma vez que são fruto da subjetividade individual e coletiva, sendo mais rica que “a coisa” em si.

Costa (2007) salienta que quando Lefebvre decodifica o espaço em prática espacial (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaço de representações (espaço vivido), sua intenção não é criar uma categorização fragmentadora do todo espacial, e sim procurar entender as relações entre uma nova multiplicidade de espaços que integram o espaço social, com suas particularidades e dinâmicas próprias, que não podem ser considerados de forma isolada, mas em uma relação dialética que

está na base de sua proposta teórica sobre o processo de produção do espaço. Seguindo a proposta lefebvrea, podemos asseverar que a produção da sociedade (do espaço) é resultado deste “magma” de representações: o significante e o significado, o concreto e o abstrato, o valor de uso e o valor de troca, o quantitativo e o qualitativo, a obra e o produto, o valorizado e o valorado etc.

Em seu debate sobre o conceito de representação, Lefebvre (1983) argumenta que ela vem de dentro do sujeito, ou seja, cada sujeito possui sua representação sendo esta sua visão particular de uma determinada coisa, objeto, espaço etc. Para Lefebvre (1983), toda representação implica um valor que o sujeito canaliza sobre um objeto representativo para ele. Para que um objeto se valore, tem que estar representado, tem que ser representativo. Sendo assim, no momento em que um dado objeto passa a ser valorado pelo sujeito que passa a focalizá-lo de outra maneira, o mesmo passa a possuir outro tipo de representação, pelo menos para o sujeito que o focou de forma diferenciada. A valoração modifica a representação.

Para Lefebvre (1983), o valor emerge simultaneamente de seu duplo aspecto: valor do objeto considerado separadamente em sua relação com as necessidades: relacionado ao uso, à obra, ao qualitativo (valoração) – e o valor do objeto em sua relação com o dinheiro: valor de troca, valor-produto, valor quantitativo (valorização). Como cada agente produtor do espaço tem suas próprias representações, a área que para um determinado sujeito (como um proprietário fundiário ou um especulador imobiliário, por exemplo) representa apenas uma mercadoria a ser valorizada e/ou vendida,

para outro (como, por exemplo, um morador antigo ou um novo morador), pode representar bem mais que um simples valor financeiro (Valorização), uma vez que por meio da exacerbação dos atributos, relacionados ao imaginário simbólico daqueles que ali vivenciam, há uma espécie de valoração que transcende o seu valor de troca. Segundo Lefebvre, cada membro de um grupo (o urbanista, o proprietário fundiário, o especulador imobiliário, inclusive o usuário) é capaz de intervir e formular exigências, tanto qualitativas, quanto quantitativas.

Não há objeto sem sujeito. Ou seja, o que existe, na realidade, é uma representação de uma determinada coisa que só se tornou objeto após ter passado a representar algo pra alguém. Para se produzir um determinado produto, é necessário produzir primeiro as suas representações. Não se produz apenas o produto em si, mas também a sua imagem, a sua necessidade, as motivações para o seu consumo (LEFEBVRE, 1883). É nesse sentido que a representação é uma etapa, um nível, um momento do conhecimento, sendo preciso passar por ela para se sair dela, superando-a. A representação não consiste apenas em uma imagem, em um reflexo ou uma abstração qualquer, e sim em uma mediação. A sua intervenção é essencial no processo de transformação de uma determinada coisa (sem significado, sem importância) em um objeto significativo para o sujeito.

Apesar do esforço empreendido por nós nesse texto para tentar distinguir valor qualitativo (valoração) e valor quantitativo (valorização), Lefebvre (1983, p.56) assevera que uma das representações do capitalismo é a quantificação do qualitativo, que equivale à “valoração”

do produto por meio da redução da obra em produto. O capitalismo cria uma necessidade, um desejo, cria representações que não são das pessoas, mas que passam a ser. Nem mesmo acerca destas representações podemos ser taxativos, tomando-as como boas ou más. Apesar de serem utilizadas para manipular, só a totalidade em movimento e os eventos por ela encadeados (SANTOS, 2002) vão nos dizer para qual ou para quais dos sujeitos responsáveis pela produção do espaço elas terão um efeito negativo ou positivo.

Por resultarem de uma atividade complexa, as representações substituem as coisas e, muitas vezes, resistem ao que vem de fora de uma maneira imposta (LEFEBVRE, 1983). Em muitos casos, o que vem de fora (ordem distante) é o grande responsável pelo surgimento de uma espécie de “autodefesa” por parte daqueles que possuem, ou que passam a agregar, outras formas de representações com relação ao seu lugar (ordem próxima). Nesse sentido, acreditamos ser interessante a análise do processo de urbanização da porção periurbana da cidade do rio de janeiro conhecida como Ilha de Guaratiba, uma vez que o processo de valorização imobiliária, em voga nesta localidade, culminou com uma mudança de valores não apenas quantitativa, mas também qualitativa. Na verdade, à partir do incremento de novos moradores (“outsiders”), os moradores de longa tradição (“insiders”) passaram a nutrir pelo lugar um apreço que antes não era percebido.

Baseando-se em pesquisas que consideraram tanto a questão material (financeira) quanto à questão simbólica (Fernandes, 2003; 2006; 2010; 2012; 2015), e crendo que em Ilha de Guaratiba ocorreu e

ainda ocorre uma mudança de representações em diferentes níveis, pretendemos encaminhar essa abordagem para a temática aqui proposta, ou seja, as que dizem respeito às representações que envolvem a produção do espaço (urbano).

A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUZINDO A VALORAÇÃO DO LUGAR: O CASO DE ILHA DE GUARATIBA

Ao focalizar a transformação do espaço indiferenciado em lugar através, tanto das experiências nele vividas quanto do processo de dotação de valor ao mesmo, Tuan (1983) refere-se ao valor simbólico e afetivo atribuído a uma dada localidade (valoração). No entanto, a passagem de espaço para lugar não envolve apenas o valor simbólico e afetivo da porção espacial na qual o indivíduo está inserido. Em muitos casos, o valor econômico conferido a um fixo, logradouro ou área representa um fator indispensável para transformações espaciais qualitativas (Fernandes, 2006; 2014; 2016). O elo afetivo entre a pessoa e o lugar é forjado através das experiências vividas, mediadas, na maioria das vezes, por uma longa e/ou intensa relação do indivíduo com o seu lugar. Esses valores são singulares e subjetivos, fazendo parte do acervo íntimo e particular de cada pessoa. Em sua abordagem humanística da relação entre espaço e lugar, Mello (1990), com base em Tuan (1983), assevera que certos espaços só se tornam lugares após uma demorada experiência. O que inicialmente é feio, “sem vida” ou até mesmo odiado (espaço), com o tempo ganha foros de lugar. Espaços se tornam lugares em razão do contato com outras pessoas e em trocas afetivas, econômicas etc. (p.105). Espaços se

tornam lugares não apenas por meio de trocas afetivas (valorização), mas também através de trocas econômicas ou por questão de status (valorização). Certos espaços só se tornam lugares após passarem por um processo de valorização que possibilite uma mudança de concepção naqueles que nele convivem. Nesse caso, a valorização do espaço produz a valorização de seus vivenciadores por sua base territorial experienciada que alcança assim o patamar de lugar (Tuan, 1980; 1983; Mello, 1990; Fernandes, 2003; 2006; 2014).

Ilha de Guaratiba, porção periférica da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, passa atualmente por um processo de transformação espacial que promoveu uma mudança de valores em parte considerável de seus residentes. Esse fenômeno diz respeito à mudança de concepção dos guaratibanos em relação à localidade após o início de um intenso processo de valorização imobiliária. O aludido fenômeno tem estimulado um considerável aumento dos fluxos de pessoas em direção ao local. Além da verdadeira marcha urbanizadora que vigora no lugar, por meio de pesquisas qualitativas, temos percebido outro fenômeno, de porte existencial, pois está vinculado a uma mudança de postura do guaratibano e a uma nova relação com o seu lugar.

Relatos verbais dos moradores revelaram que o fenômeno de valorização da área pesquisada é concomitante ao processo de valorização pelo qual a localidade vem passando. Por meio de seus depoimentos, muitos guaratibanos salientaram que a partir do momento em que o local começou a ser valorizado e “invadido” pelos “outsiders”, os “insiders”, começaram a olhar para Ilha de Guaratiba

com outros olhos, ou seja, começaram a mudar a sua concepção em relação ao seu lugar e a manter outra relação com o mesmo. Nesse sentido, o local que para a maioria de seus residentes era símbolo de atraso, uma insignificante área de passagem que servia apenas de elo de ligação entre lugares “visíveis”, começa a ganhar novos contornos e passa a ser representativo para a maioria de seus vivenciadores, ganhando visibilidade.

Em relação à territorialidade (sentimento de pertencimento a uma base territorial), Haesbaert (2004) descreve sobre o seu caráter dual ao salientar a dicotomia: território e rede. Para Haesbaert, o território está vinculado a um enraizamento mais estável e mais íntimo com a “área de habitação” (espaço areolar). Já a rede, é exterior e não faz parte da essência local, pois se trata de um “espaço de fluxos”, criado a partir do rompimento de limites (espaço reticular).

A expansão do tecido urbano carioca, notabilizado pelo fenômeno descrito por Abreu (2008) como “febre imobiliária”, depois de ter percorrido o litoral a partir do centro da cidade (Área Central, Zona Sul, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes) urge por atravessar o maciço (Serra da Grota Funda) em direção à Guaratiba (Lessa, 2001), incidindo sobre um “território” que começa a se descobrir como tal por seus residentes a partir de sua “invasão” por novos moradores que, nesse caso, representam os fluxos de pessoas oriundas dos territórios-rede que, segundo Haesbaert (2004), tanto podem subordinar os grupos mais enraizados dos “territórios-zona” como podem por eles ser subordinados ou influenciados.

A valorização – aqui entendida como valor absoluto ou valor objetivo, preço ou valor econômico atribuído a um dado objeto, bem ou área – quando relacionada às formas de moradia direcionadas pelo mercado imobiliário, pode se tornar esclarecedora para elucidar a dinâmica envolvendo o fenômeno da criação do lugar. Nesse sentido, a visibilidade, compreendida como o caráter visual de uma determinada localidade, pode ser a maior responsável para que essa área alcance um determinado status relacionado ao seu valor imobiliário, como ocorre com a maioria dos bairros de estratos de renda expressivos (TUAN, 2013).

No contexto estadunidense, ainda na primeira metade do século passado, Walter Firey (1945; 2013) já se debruçava sobre a rede de relações entre a carga simbólica e sentimental dos lugares (valorização) e a sua atratividade residencial para as classes privilegiadas economicamente (valorização). No entendimento de Firey, a certos lugares não se deve atribuir apenas a variável econômica, uma vez que são dotados, igualmente, de uma espécie de “marca sentimental”. Entre os exemplos citados no estudo de Walter Firey está o caso de um bairro residencial de classe de renda alta conhecido como Beacon Hill, localizado na área central da cidade de Boston. No estudo em questão, Firey salienta que a crescente valorização econômica do bairro da Beacon Hill deve-se, sobretudo, à sua carga simbólica e às associações sentimentais construídas ao longo de sua história centenária. “Em Bacon Hill, articulou-se espacialmente uma série de sentimentos estéticos, históricos e familiares” (FIREY, 2013, P. 23).

Concernente à ligação entre a valorização imobiliária que vige em Ilha de Guaratiba (FERNANDES, 2006) e suas “representações espaciais” (FIREY, 2013, p. 22), consideremos mais um depoimento da senhora Dalva:

A partir do momento em que começaram a ver pessoas importantes: Wando, Victor Fazzano, Ernani Moraes etc. comprando um sítio ou uma casa em Ilha de Guaratiba, os moradores que não gostavam do lugar começaram a se perguntar: por que será que esses caras estão vindo para cá? Desse momento em diante, os guaratibanos mais jovens perceberam que o seu lugar tinha algo especial. Ilha de Guaratiba passou a ter valor para essas pessoas. A valorização imobiliária produziu muitas mudanças na localidade. O lugar cresceu e muita gente nova veio morar em Ilha de Guaratiba. Esse acréscimo de pessoas e atividades urbanas fez com que o jovem desse mais valor ao lugar. Há 20 anos, os mais jovens achavam que moravam no fim do mundo. Eles não gostavam de Ilha de Guaratiba. Hoje, no entanto, esses jovens amadureceram e passaram a dar mais valor ao lugar. Além disso, a questão ambiental está em voga atualmente. Esse fato contribuiu para que as pessoas (jovens e adultos) estivessem mais apegadas à natureza. Nesse bojo, a valorização que ocorre em Ilha de Guaratiba produz inquietação em seus moradores, que hoje dão mais valor ao bucolismo do seu lugar. Se pessoas de bairros nobres e tradicionais estão vindo morar aqui, é porque o lugar tem valor, não é mesmo? Há alguns anos, os jovens daqui desejavam estar nos lugares de onde vem parte considerável dos novos moradores do local. Além disso, o aumento da violência urbana fez com que o jovem guaratibano atribuísse mais valor ao seu bairro. A valorização que partiu de outras pessoas, oriundas de outros lugares, certamente contribuiu para que nós – guaratibanos – “valorizássemos” ainda mais o nosso lugar. Hoje, até os nossos jovens estão mais apegados ao lugar (Dalva – dona de casa – 66 anos).

Existe uma máxima, empregada habitualmente pelo senso comum, segundo a qual, “as pessoas só dão valor às coisas depois que as perdem”. Tal axioma revela uma recorrente tendência humana, uma vez que, a ausência de um bem essencial, de uma característica

ou artefato relevante, ou de uma pessoa amada ou querida, em muitos casos, nos leva a reconhecer a importância de sua existência ou presença. Nesse sentido, presença e ausência estão diretamente relacionadas, uma vez que a ausência da pessoa amada, por exemplo, pode ser a maior responsável por sua presença em nossa mente e coração (LEFEBVRE, 1983). Não apenas a ausência, mas também o medo de que algo imprescindível seja perdido, pode vir a desencadear uma série de mudanças na postura e na existencial maneira de viver de determinados indivíduos e grupos sociais (BUTTNER, 2015).

A questão aqui é simples e consiste em desvendar a seguinte indagação: será que o processo de valorização (econômica) que vige em Ilha de Guaratiba pode exercer influência sobre a maneira como os moradores vivenciam o lugar? Será que depois de valorizado, do ponto de vista econômico, o lugar passou a ser mais “valorado” por seus residentes?

Isto posto, podemos frisar que a inquietação do guaratibano, causada por receio ou suspeita da rivalidade representada pela presença de novos moradores em seu lugar, pode ter sido o preâmbulo de uma nova relação com seu universo vivido, como nos aponta o relato da Dona Dalva. Observando seu depoimento, notamos que, no tocante ao caso específico de Ilha de Guaratiba, a valorização imobiliária não promoveu apenas mudanças espaciais. Por diferentes motivos, o acréscimo de novas residências e moradores desencadeou uma mudança de postura dos guaratibanos mais jovens que, após a referida valorização, passaram a “valorar” o lugar ao qual antes

tratavam com indiferença. Neste aspecto, considerando o aludido depoimento, podemos sublinhar que essa nova relação dos mais jovens pode ser entendida como uma verdadeira “metamorfose existencial”, uma vez que o desapego pelo outrora “espaço” residencial metamorfoseou-se em afeto por seu “lugar” hodierno. Concernente aos sentimentos pertinentes às mudanças advindas da especulação, da valorização, da urbanização, guaratibanos – enciumados, perplexos e assustados por assistir seu mundo vivido sendo invadido por pessoas e famílias oriundas de outros bairros em meio a este processo de invasão-sucessão (CORRÊA, 2000) – passam a reforçar ainda mais seus laços com o universo vivido em tela que pulsa ainda mais na condição de lugar.

A valoração – entendida no tocante à subjetividade, estima, valor afetivo, carga identitária (HAESBAERT, 2004), referenciais para a construção de identidades espaciais e sentimento de pertencimento (SOUZA, 2004) – denota o valor simbólico e/ou filosófico atribuído a determinado lugar, sendo construída a partir de experiências vividas. A passagem de espaço para lugar envolve, principalmente, o valor afetivo e simbólico da porção espacial na qual o indivíduo está inserido. Em muitos casos, todavia, o valor econômico, ou de outras esferas, conferido a um artefato, logradouro ou área, pode ser um elemento fundamental para a construção de vínculos e sentimento de pertença. Nessa trilha, podemos então inferir que, em casos específicos, a valorização de um determinado espaço pode produzir sua valoração e conseqüente transformação em lugar (FERNANDES, 2003; 2006; 2010).

Considerando que o indivíduo não é distinto de seu lugar (COSGROVE, 2004; LOWENTHAL, 1982), como reiteram todos os geógrafos da ala humanística, concluímos igualmente, que os eventos ocorridos em certo domínio espacial podem influir, direta ou indiretamente, na vida daqueles que o vivenciam. Metamorfoses espaciais são canalizadas pelos seres humanos podendo mudar a forma de viver e até mesmo a maneira como se relacionam com seu lugar vivido. Nestas circunstâncias, o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, forjado na vida do dia-a-dia, pode ser enfraquecido ou reforçado, dependendo do modo como as mudanças são introjetadas.

Por meio da leitura do depoimento utilizado e proferido por Dona Dalva nesta escala investigativa, captamos que, antes da especulação e da valorização imobiliária o local era tratado com certa indiferença, principalmente por seus moradores mais jovens. Em uma clara postura etnocêntrica acreditavam morar no “fim do mundo” ou “onde Judas perdeu as botas”, desejando migrar para lugares mais luminosos, onde os atributos da urbanidade lhes proporcionassem uma vida dinâmica. Isto posto, convém lembrar, o etnocentrismo assume contornos de valorização do lugar e da pessoa e, por outro lado, a internalização de aspectos negativos conduzem à depreciação do lugar vivido e da própria autoestima (TUAN, 1980; 2013; MELLO, 2000). Para esses, Ilha de Guaratiba não passava de um espaço indiferenciado, uma vez que não era por eles valorado (TUAN, 2013; FERNANDES, 2003; 2006; 2010). Entretanto, após a valorização (econômica) que conferiu relevância ao local, esses insiders, ao notar seu universo vivido sendo apossado por outsiders, começam a mudar

de opinião, desenvolvendo um outro sentimento em relação ao mesmo. Por meio do mencionado fenômeno, jovens guaratibanos passam a dar mais valor ao seu mundo vivido. Essa valorização, emersa a partir da valorização, desencadeou uma mudança de postura nos moradores passando a nutrir por seu universo vivido sentimentos, baseados em uma nova relação (FERNANDES 2003; 2006; 2010). A indiferença, desprezo, desdém, rejeição, desconsideração, desinteresse, apatia e insensibilidade de outrora, são então substituídos pela admiração, orgulho, afeição, simpatia, satisfação, amor e demais sentimentos valorativos responsáveis por relatos verbais que, tanto expressam relações íntimas com o lugar, quanto demonstram sua expressão como tal. No entanto, antes de tentar traduzir os sentimentos topofílicos dos guaratibanos – manifestos a partir de novas experiências com seu mundo vivido – procuraremos captar, em seguida, as angústias de guaratibanos temerosos em relação a uma suposta expulsão – por conta da valorização econômica – do seu universo vivido.

A passagem de “espaço” para “lugar”, como temos discorrido, emerge das experiências vividas pelos indivíduos em sua base territorial. Por ser de natureza existencial, essa mudança subjetiva ocorre a partir da mudança de postura de um determinado indivíduo ou grupo na relação com sua porção espacial. Por fazer parte do acervo íntimo do homem comum, esse tipo de experiência só pode ser descrita através de depoimentos onde o mesmo pode relatar suas práticas cotidianas e os valores simbólicos atribuídos a um outrora

“espaço indiferenciado”, transformado gradativamente em “lugar” (Tuan, 1983; Mello, 1990; Fernandes, 2006; 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por representar uma realidade hiper complexa e por possuir diversas dimensões, o urbano é representado de formas variadas. Nesse sentido, Yázigi (2003), em seu discurso sobre os diversos valores que envolvem o ambiente urbano (valor histórico, valor social, valor econômico, valor afetivo etc.), salienta sobre a relevância do sentimento de pertença na construção de um patrimônio urbano permanente. Segundo Yázigi, sem querença não se pode esperar grande coisa de um aglomerado urbano, cada vez mais convertido em uma forma moderna de acampamento. O valor afetivo representa uma condição indispensável para a construção de um espaço urbano que seja percebido como patrimônio, como obra.

Em uma tentativa de fugir das definições tradicionais que ligam a realidade urbana apenas às materialidades inerentes à cidade, Hiennaux (2006) nos propõe uma dimensão subjetiva do urbano, onde o mesmo é representado pelas figuras do labirinto, do fugaz e do fortuito. Segundo essa abordagem, a figura do labirinto representa a complexidade inerente ao espaço urbano. Essa complexidade pode ser entendida por meio dos diversos caminhos ou pela diversidade de representações da realidade onde o homem moderno, o “homo urbanus”, ao perceber essa complexidade, encontra caminhos diferentes cada vez que se apresenta uma nova situação. O fugaz

representa a dimensão temporal do urbano, representa o seu ritmo, a velocidade e a mobilidade a ele relacionados. Hiernaux explicita que o tempo das sociedades rurais tradicionais difere sensivelmente das temporalidades do mundo urbano. A cidade implica movimento, mas talvez, sobretudo, velocidade. Os ritmos lentos da transformação das sociedades tradicionais remetiam a uma vida tranquila, sendo poucas as possibilidades de mudança que, quando se manifestavam, dava-se a longo prazo. Pelo contrário, a cidade implicou rapidamente a imposição de um ritmo muito diferente, marcado pela velocidade das ações. A vida urbana esteve marcada, desde seu princípio, por outra temporalidade, assim sendo, o fugaz tornou-se a forma de viver na cidade. O fugaz se torna assim uma característica dominante da vida urbana, e isso se expressa em todas as esferas do cotidiano.

Associado tanto à fugacidade quanto à figura do labirinto, surge como representação do espaço urbano o fortuito – representando as inovações inerentes à cidade e ao urbano. Se o labirinto é a representação metafórica da cidade, então não se pode prever o que aparecerá ao virar a esquina, “pois a cidade oferece novas possibilidades a cada cruzamento de ruas” (HIERNAUX, 2006, p.2002). O fortuito não implica que a cidade funcione caoticamente, em cujo caso tudo poderia ocorrer, mas sim que a concentração de indivíduos com experiências e trajetórias distintas implica que do encontro de tantas diferenças, sempre pode surgir algo novo, inesperado, fortuito. Neste sentido, a cidade é berço de inovações porque reúne uma multiplicidade de experiências humanas que, situadas em um substrato labiríntico, marcado pela fugacidade do que

ali ocorre, permite uma situação de combinações no infinito de eventos.

O fortuito é uma dimensão incontável do urbano, fonte de inovações e de uma reconstrução constante. Isto permite assinalar que se torna impossível descrever uma cidade de maneira definitiva. Ao transformá-la em um eterno recomeçar, o fortuito oferece uma qualidade extraordinária à vida urbana – apesar dos inegáveis elementos rotineiros que comportam a vida cotidiana. Neste sentido, o fortuito é o que permite as pequenas transgressões que aliviam o peso da estressante rotina. Sobre o fortuito se constrói a inovação social, a capacidade das cidades de se renovar. A cidade, sem o fortuito, seria um receptáculo vazio de nossas vivências, um suporte material da vida, onde seria impossível de se viver, onde a mudança social que se almeja não seria possível.

O labiríntico remete ao espacial desde o geográfico até a organização do espaço mental. O fugaz se remete ao temporal, e o fortuito ao social. “Estamos falando, então, de uma complementaridade real, em três campos articulados e dificilmente separáveis, de certa característica que é a marca de referência que define a cidade” (HIERNAUX, 2006, p.204). Essas dimensões do urbano nos induzem a pensa-lo como um suporte para inúmeras representações, uma vez que as mesmas derivam da concepção particular de cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Neste sentido, o que representa um determinado espaço (urbano), localidade ou lugar, vai depender da visão concebida por cada um dos sujeitos envolvidos em sua (re)construção.

No desenrolar do processo de mudanças espaciais que vige em Ilha de Guaratiba, a especulação imobiliária pode ser considerada uma via de mão dupla. Ao fomentar a valorização imobiliária, essa prática especulativa contribuiu para que o morador passasse a “valorar” o seu outrora espaço, elevando-o à condição de lugar (FERNANDES, 2006). Hodiernamente, no entanto, a continuidade do processo de valorização – acompanhado de suas nuances – pode contribuir para que o guaratibano seja “expulso” de seu universo vivido. Eis a contradição: a valorização que ajudou a alçar um outrora espaço indiferenciado à condição de lugar por meio da valoração dos moradores por seu chão experienciado, hodiernamente, pode ser responsável por separar o guaratibano de seu lugar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- BUTTNER, Anne. Lar, Horizonte de Alcance e o Sentido de Lugar. Revista Geograficidade, Niterói, v.5, n.1, p. 4-19, verão 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Contexto, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço urbano. São Paulo: Ática, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. P. 92-123.

COSTA, Geraldo Magela. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse?. In: Espaço, Tempo e Crítica: Revista eletrônica de Ciências Humanas e Sociais. N°2 (2), VOL. 1, 15 de julho de 2007.

FERNANDES, Marcio Luis. Ilha de Guaratiba: de Espaço a Lugar. Monografia de graduação em geografia. Rio de Janeiro: MSB, 2003.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a Valoração do “Lugar”: O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de geografia, UERJ, 2006.

_____. Decodificando Geografias Pretéritas e Hodiernas de Ilha de Guaratiba. Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

_____. O Caráter Identitário da Toponímia. Anais do terceiro congresso internacional do núcleo de estudo das Américas. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

_____. Um outro horizonte em busca da humanização da geografia. In: Revista Geograficidade, Niterói, v.4, n.1, p. 78-87, verão 2014.

_____. Ilha de Guaratiba: Um lugar descortinado por seus moradores desaguando no Rio Olímpico. Tese de doutorado em geografia. Rio de Janeiro; UERJ, 2015.

_____. O Lugar em sua multidimensionalidade. In: Revista GeoUERJ, Rio de Janeiro, n. 28, p. 96-115, 2016.

FIREY, Walter. Sentiments and symbolism as ecological variables. American Sociological Review, v.10, n.2, p. 140-148, 1945. (Annual Meeting Papers).

FIREY, Walter. Sentimentos e simbolismo como variáveis ecológicas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia cultural: uma antologia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2013. P. 21-34.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
HIERNAUX, Daniel. Repensar a Cidade: A Dimensão Ontológica do Urbano. In: GEOUSP – Espaço e Tempo (Nº 20): São Paulo, 2006.

LEFEBVRE, Henri. La Presencia y La Ausencia. Contribución a la teoria de lãs representaciones. México: FCE, 1983.

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LESSA, Carlos. O Rio de Todos os Brasis: Uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e Imaginação: Em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRITOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. P. 103-141.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia Humanística: A Perspectiva da Experiência Viva e uma Crítica Radical ao Positivismo. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. Dos Espaços da Escuridão aos Lugares de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como e documento para a construção de conceitos geográficos. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O espaço urbano nas diferentes abordagens geográficas. Rio de Janeiro: UERJ (mimeo), 1992.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TRINDADE JR., Sant-Clair Cordeiro da. Estrutura Processo, Função e Forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Ensaio de Geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

_____. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência: Londrina, PR: EDUEL, 2013.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio Ambiental Urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

2 PERIURBANIZAÇÃO: AS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS E A URBANIZAÇÃO NAS/DAS PERIFÉRIAS METROPOLITANAS

Este capítulo é representado por mais um artigo escrito por mim no profícuo ano de 2008. A partir das categorias analíticas comumente utilizadas nos estudos urbanos (estrutura/processo/função/forma). O texto surgiu a partir de uma exigência do Professor Miguel Campos Ângelo Ribeiro que ministrava a disciplina “Geografia do turismo” na UERJ no segundo semestre do mestrado. Após breve revisão, o trabalho em tela foi publicado em 2015 na Revista Expressões Geográficas, periódico da UFSC – Revista Discente Expressões Geográficas (www.geograficas.cfh.ufsc.br) Edição nº 10 (ano X) Florianópolis, Dezembro de 2015 – sob o título “O papel da residência secundária no processo de urbanização da periferia da cidade do rio de janeiro: o caso de ilha de Guaratiba-R.J.”.

INTRODUÇÃO

Logo nas primeiras linhas de seu livro “A Revolução Urbana”, Lefebvre (1999) propõe a hipótese da urbanização completa da sociedade, premissa engendrada também por outros pesquisadores preocupados em abordar o fenômeno da metropolização do espaço (LENCIONE, 2003) e sua capitalização e transformação em mercadoria (DAMIANI, 2003). Neste contexto, podemos afirmar que o processo da segunda habitação decorreu da acelerada urbanização associado à emergência de uma sociedade urbano-industrial. Nas palavras de Ribeiro e Coelho (2007, p.4):

O novo modelo de desenvolvimento do país passa a vincular-se historicamente à expansão de grandes aglomerações metropolitanas que refletem no espaço a concentração de população e recursos. A modernização capitalista nesses espaços está associada às transformações significativas que permitiram a expansão do processo de segunda habitação, no qual a metrópole do Rio de Janeiro constituiu-se em exemplo significativo... A difusão e ampliação das áreas residenciais têm-se constituído em um dos processos básicos da urbanização, principalmente no entorno das metrópoles...

Por meio da análise do processo de urbanização do Rio de Janeiro, percebemos de forma emblemática a atuação do capital especulativo imobiliário no processo de produção de moradia, sendo este um dos grandes responsáveis pelo espraiamento da malha urbana carioca (ABREU, 2008; RIBEIRO, 1997). Neste contexto, como nos aponta Ribeiro e Coelho (2007), o surgimento das novas formas de morar dirigidas pelo capital imobiliário às classes de maior poder aquisitivo, pela sua amplitude no meio urbano, tem contribuído para a reestruturação espacial e expansão das metrópoles. Como exemplos materializados espacialmente podemos citar os condomínios residenciais. Essa lógica, comum no processo de produção do espaço urbano, no entanto, muitas vezes inicia-se a partir do processo de aquisição de residências secundárias pelas classes privilegiadas economicamente, como nos aponta Assis (2003) para um contexto geral e Fernandes (2003; 2006; 2009; 2010; 2014) para um contexto específico, baseando-se no processo de urbanização da porção periférica do Rio de Janeiro, conhecida como Ilha de Guaratiba.

Ao discorrer sobre a urbanização brasileira, Milton Santos (2005, p.102) salienta que a concentração metropolitana foi a grande

responsável pelo processo de “dissolução da metrópole”, isto é, a nova faceta da metropolização, expandindo no território segmentos de sua dinâmica de apropriação de recursos e produção social:

Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo em todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje, a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira “dissolução da metrópole”, condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Ao propagar a funcionalidade normatizada das esferas econômica e política da sociedade, o processo de “dissolução da metrópole” irradia também “urbanidades contrastantes”, uma vez que – na quase totalidade dos casos – implica também em uma nova dinâmica espacial derivada da especulação imobiliária que cria e incorpora novas áreas (sub)urbanas.

Remetendo-nos ainda à premissa do constante processo de evolução do tecido urbano, nos reportamos à tese lefebvrea de que a urbanização das antigas áreas rurais é oriunda da hiperconcentração metropolitana, levando a um deslocamento de pessoas e de atividades produtivas para as periferias distantes. Ao aludir sobre o processo de implosão-explosão, Lefebvre (1999; 2001; 2008) nos sugere que a urbanização – juntamente com a urbanidade – é irradiada do centro para a periferia devido à saturação metropolitana:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas

idades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano... A grande cidade explodiu, dando lugar aos subúrbios... A sociedade urbana está em gestação (LEFEBVRE, 1999, P.15).

O processo de implosão-explosão explica a irradiação de urbanidades a partir do processo de fragmentação da metrópole por meio da (sub)urbanização das áreas periféricas, sendo ampla e complexa a rede de agentes responsáveis por esse processo que envolve mudanças estruturais, formais e funcionais no espaço periurbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, outros incorporadores etc. (CORRÊA, 2000; RIBEIRO, 1997).

No processo de transformação da terra rural-agrícola em urbano-residencial, em alguns casos, os proprietários fundiários acumulam a função de especuladores, uma vez que passam a agir como legítimos empreendedores urbanos. Para tal, os mesmos utilizam uma prática muito comum no espaço “periurbano” – uma espécie de “maquiagem paisagística” – desvendada por Marcelo Lopes de Souza (2005, p.27-28):

Na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, as vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagens para algumas cabeças de gado – quando, na verdade, por traz disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagens para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de

muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados, dependendo de sua localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano.

No caso específico do processo de produção/transformação do espaço de Ilha de Guaratiba, é notória a prática especulativa citada acima, uma vez que os proprietários fundiários estão interessados em mudar a função de suas terras, uma vez que, até a década de 1990, as mesmas eram utilizadas em atividades agrícolas e à partir de então metamorfosearam-se em área residencial. Isso posto nos induz a pensar neste outrora espaço agrícola como uma nova reserva fundiária para a atuação do capital imobiliário. Com isso, prevemos, através do processo de mudança em voga, uma verdadeira metamorfose espacial nesta localidade, processo este que teve a sua gênese a partir do fenômeno da segunda residência.

Esse texto tem por objetivo propor um debate sobre o processo de urbanização da periferia metropolitana, focalizando o papel da residência secundária na consolidação do fenômeno responsável por uma nova dinâmica espacial nas áreas que outrora eram marcadas por atividades tipicamente rurais. Diante do exposto por nós e por nossos interlocutores nessas palavras iniciais, pretendemos abordar o processo de urbanização a partir do fenômeno da segunda residência aplicando a temática ora proposta à realidade socioespacial da porção periférica da cidade do Rio de Janeiro conhecida como Ilha de Guaratiba. Com esse fim, utilizaremos as categorias comumente aplicadas à análise do espaço intra-urbano: estrutura, processo,

função e forma (LEFEBVRE, 1991; 2001; TRINDADE JR. 1996; SANTOS, 1992).

ESTRUTURA, PROCESSO, FUNÇÃO E FORMA

Segundo a abordagem de Milton Santos (1992), a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa. Apesar de serem governadas pelo presente, as formas contêm também um pouco do passado, uma vez que surgem dotadas de certos contornos e finalidades historicamente contextualizadas. A função, por sua vez, é a atividade elementar de que a forma espacial se reveste. Sugere, portanto, uma tarefa ou atividade esperada de uma forma. A relação entre as duas é direta, uma vez que uma não existe sem a outra. As funções estão materializadas nas formas e estas últimas são criadas a partir de uma ou de várias funções. A forma e a função não podem estar dissociadas de um outro elemento de significativa importância na organização do espaço: a estrutura. Esta, nada mais é do que a inter-relação das diversas partes que compõem o todo social. Nesse sentido, é imprescindível que se compreenda a estrutura social de cada período histórico para que se entenda as transformações. Como parte inerente ao formalismo, ao funcionalismo e ao estruturalismo, o processo é a ação contínua que se desenvolve rumo a um resultado qualquer, por isso, envolve conceitos de tempo, continuidade e mudança. Assim sendo, o tempo é considerado como processo e indica o movimento do passado ao presente e deste em direção ao

futuro, tornando-se uma propriedade entre forma, função e estrutura (TRINDADE JR., 1996).

Em sua tentativa de definir cada uma das categorias mensuradas, utilizadas na análise sócio espacial, Santos (1992) enfatiza de maneira exaustiva a inseparabilidade desses conceitos, salientando que somente o uso simultâneo das quatro categorias – estrutura, processo, função e forma – nos permitirá apreender a totalidade em seu movimento, uma vez que nenhuma das citadas categorias analíticas existe separadamente. A preocupação com uma análise espacial que privilegie a totalidade (ou o todo social) também é compartilhado por Lefebvre (1991; 2001), quando argumenta que função, forma e estrutura não podem ser analisados separadamente. Lefebvre salienta que a separação de uma sociedade em partes implica na perda do “todo”. Por entender que o tempo está intrínseco nas relações espaciais, Lefebvre, diferentemente de Santos, não lança mão do processo como uma categoria analítica.

Por representar a ação contínua que se desenvolve rumo a um resultado qualquer, o processo, como já dissemos, envolve conceitos de tempo, continuidade e mudança: tempo porque todo e qualquer processo insere-se em uma determinada temporalidade onde se desenvolve dentro de uma dada estrutura até começar a tomar forma no espaço; continuidade porque o processo é o eterno devir, ou seja, quando um dado evento é interrompido, ele não deixa de representar um processo, pois assim como um evento é causa de um outro evento, só a totalidade em movimento (processo) cria novos eventos (SANTOS, 2002). O resultado de todo e qualquer processo é a sua

materialização no espaço, representando mudança de função das formas espaciais. Nesse sentido, as novas formas produzem também novas funções, mudando a estrutura do lugar e provocando no mesmo uma nova dinâmica espacial.

Passíveis de uma datação, as diversas formas que compõem o espaço são também suscetíveis de ser suprimidas. Essas mutações podem ocorrer por motivos estruturais ou funcionais, mas representam sempre uma resposta do espaço e de sua organização à dinâmica da sociedade. A mudança estrutural mantém íntima ligação com as formas. Quando velhas formas são alteradas para uma adequação às novas funções, significa dizer que a organização espacial existente não atende de maneira tão eficaz à dinâmica social de um novo momento histórico. Alteram-se, portanto, as formas e o uso do solo, conduzindo o espaço a se adequar ao movimento que lhe concede dinamismo (TRINDADE JR., 1996).

Segundo Milton Santos (2002), os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. Essa mudança, apesar de materializar-se no espaço, não ocorre de imediato. Sendo assim, um determinado tempo é necessário para que os eventos ocorram e produzam as mudanças estruturais, funcionais e também nas formas espaciais.

Sendo o espaço a expressão territorializada da sociedade, o maior ou o menor acesso a certos padrões de consumo ocorre, em grande parte, pela segregação no espaço das diversas classes ou frações de classe. Isso se verifica basicamente em decorrência da capacidade diferencial que cada grupo social tem de pagar pela residência que

ocupa, cuja característica é definida não só pelo tipo-qualidade, mas – igualmente – pela localização. A segregação residencial, comumente exemplificada pelos condomínios fechados, não se caracteriza, portanto, apenas pelo tipo de residência, mas também por sua localização, sendo que essa escolha depende de um diferencial financeiro que permite a aquisição de um espaço valorizado por esse estrato social privilegiado que pode optar por sua auto segregação residencial (TRINDADE JR., 1996; FERNANDES, 2003; 2006 2009; 2010; 2014).

Muitos são os mecanismos que conduzem a um processo de mudança do uso do solo e das formas espaciais. Como parte do processo de produção do espaço urbano, os agentes produtores desse espaço promovem mudanças no seu uso. Com isso, novos espaços residenciais são produzidos nas periferias distantes com amenidades, espaços esses – como já dissemos – destinados às classes que podem pagar por esse padrão residencial. Participam decisivamente do processo de consolidação dessas periferias enobrecidas os proprietários fundiários e o capital imobiliário. A partir desse processo de mudança funcional, toda a porção espacial sobre a qual incide esse evento passa também por uma mudança estrutural que, com o passar de um tempo determinado, modifica também suas formas, desencadeando-se uma verdadeira metamorfose espacial. Objetivando aplicar esta temática a uma realidade espacial, em seguida, estaremos discorrendo sobre o processo de mudança de função que se delinea em Ilha de Guaratiba, evento este responsável por uma mudança estrutural do lugar em questão.

O PROCESSO DE MUDANÇA EM ILHA DE GUARATIBA E A SUA DINÂMICA ESPACIAL

Ilha de Guaratiba, porção periurbana da zona oeste do município do Rio de Janeiro vem passando por mudanças consideráveis em sua área, principalmente a partir das duas últimas décadas, no que tange a especulação imobiliária e o conseqüente surgimento de vários condomínios horizontais na configuração espacial representada pela porção leste da baixada de Guaratiba.

O local bucólico, visitado esporadicamente por proprietários de residências secundárias – tradicional produtor agrícola – passa por um constante processo de valorização fundiária/imobiliária e por um aumento considerável em sua população residente.

A localidade em tela, há anos é apresentada como o mais provável alvo sobre o qual incidirá o volátil capital especulativo imobiliário. Muitos especialistas no assunto apontam que a cidade do Rio de Janeiro crescerá em direção a Guaratiba (LESSA, 2001).

Representada por uma área de baixada, cercada em grande parte pelo maciço da Pedra Branca (Serra Geral de Guaratiba), o lugar tem como principais marcas sua belíssima paisagem natural e a tranquilidade típica de um local que – de certo modo – parou no tempo.

A toponímia originou-se por corruptela do nome do inglês Willian que, vindo em meio a comitiva de D. João VI em 1808, apropriou-se de boa parte das terras da área em questão. Como os antigos

caiçaras, seus contemporâneos, não se esmeravam em pronunciar corretamente o seu nome, passaram a chamá-lo de Senhor Wilha de Guaratiba, Senhor Ilha de Guaratiba e, por fim, Ilha de Guaratiba – em alusão ao inglês Willian, antigo proprietário das terras do lugar (LESSA, 2001). Já o topônimo Guaratiba – bem mais antigo – deriva do grande número de aves pernaltas que povoavam a localidade – os guarás. Como “tiba”, em Tupi-Guarani, equivale à abundância, etimologicamente, Guaratiba significa “abundância de guarás” (FERNANDES, 2012; 2015).

Devido ao seu passado agrícola, o local caracterizou-se como um dos últimos remanescentes “rurais” do município do Rio de Janeiro. A habilidade do Guaratibano no trato com a terra fez de Ilha de Guaratiba, durante décadas, um verdadeiro “cinturão verde” (grande produtor de hortaliças, frutas e verduras), cuja produção era vendida principalmente nas feiras-livres espalhadas pela cidade. Em Ilha de Guaratiba, o dia do descanso semanal era a segunda-feira, pois no domingo, o dia era de feira (FERNANDES, 2003; 2006; 2010).

Com a decadência das feiras-livres a partir da década de 1980 – devido ao advento dos supermercados (MASCARENHAS, 1991) e “sacolões” (FERNANDES, 2006; 2010) – a produção de alimentos na localidade também decaiu. O declínio da atividade agrícola, ao forçar os antigos produtores-feirantes a buscarem uma nova alternativa para sua sobrevivência, detonou um processo de mudança de valores da terra, uma vez que o seu outrora valor de uso (agrícola) aos poucos foi sendo substituído pelo valor de troca (imobiliário), dando início a uma mudança de função das mesmas.

Muitos dos antigos agricultores optaram por vender boa parte de suas terras, que perdendo seu valor de uso e sua anterior função agrícola, passaram a representar uma espécie de reserva de valor fundiário-imobiliário (valor de troca), estando agora comprometidas com uma nova estrutura produtiva, relacionada à função residencial. Outros, por sua vez, passaram a especular sobre as terras na busca por sua valorização, acumulando as funções de proprietários fundiários e especuladores imobiliários. Por fim, outros produtores mudaram apenas de ramo, passando a produzir e comercializar plantas ornamentais nas terras que antes produziam alimentos. Apesar de manter a função primeira da terra, a produção de ornamentais, no entanto, está comprometida com uma nova estrutura que se delineia na localidade, relacionada ao mercado imobiliário, uma vez que sua principal função é suprir a demanda crescente dos condomínios e construtoras que têm no “paisagismo fetiche” uma de suas estratégias para a transformação da terra em mercadoria.

Desse momento em diante, em Ilha de Guaratiba, pode-se dizer que por meio de novas relações (capitalistas), a terra transforma-se em mercadoria (GOTTDIENER, 1997), passando a ser negociada no mercado imobiliário (LEFEBVRE, 2008). O outrora espaço agrícola começa a tomar novos contornos, tornando-se residencial. O antigo “espaço rural” começa então a tomar foros de urbano. Como parte do processo de produção do espaço urbano, os agentes (imobiliários) precisam antes promover uma mudança de valores na terra, que perde sua função produtiva (qualitativa), transformando-se – ela mesma – em mercadoria, passando a ter um valor apenas monetário

(quantitativo). Esta é uma das formas em que novos espaços de moradia são produzidos nas periferias distantes com amenidades, espaços estes destinados às classes que podem pagar por este padrão residencial. Assim inicia-se o processo de mudança que provoca uma verdadeira metamorfose no espaço de Ilha de Guaratiba. Sua antiga estrutura rural-agrícola, aos poucos, vai sendo substituída por uma nova estrutura urbano-residencial, mudando a função de suas terras e criando novas formas espaciais.

Ao discorrer sobre a urbanização da sociedade, vale repetir, Lefebvre (1999), focaliza a maneira como o subúrbio transforma-se em tecido urbano. Para ele, uma segunda residência em pleno campo, transforma essa área rural em área (sub)urbana. A partir daí, o tecido urbano prolifera, estende-se e corrói os resíduos de vida agrária. A abordagem lefebvrea em torno do processo de urbanização da periferia metropolitana elucida a eclosão deste evento em Ilha de Guaratiba, uma vez que podemos perceber a importância da residência secundária na gênese da transformação em voga. A partir do fenômeno da segunda habitação, o processo de urbanização de Ilha de Guaratiba já estava em gestação.

O PAPEL DA RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA: O CASO DE ILHA DE GUARATIBA

Em sua análise sobre as repercussões socioespaciais do fenômeno da segunda residência, Assis (2003) salienta que com a industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais se

fazia necessário que o homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Esta era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias. A cidade, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca de trabalho, agora, apesar de concentrar diversas funções, “expulsa” seus moradores por não lhes oferecer condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza. Assim sendo, devido à proximidade das áreas centrais, as periferias metropolitanas passaram a ser os principais alvos dos especuladores imobiliários que procuravam valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços, ofertando-os aos segmentos sociais específicos que dispunham de renda excedente para adquirir uma residência secundária. Ao citar a busca da natureza como aspiração da sociedade contemporânea, Assis – por meio de uma análise marxista – conclui que, no desenrolar desse processo, a natureza é transformada em mercadoria fetichizada, uma vez que leva à criação do “natural-urbano”.

Ao comungar com Lefebvre, Assis (2003) propõe que o fenômeno da segunda residência – como resultado da lógica capitalista de produção do espaço – é um dos responsáveis pelo processo de urbanização da periferia, uma vez que esse capital “transborda” para as áreas periféricas, materializando-se por meio de imóveis que representam também uma reserva de valor imobiliário. Ao pressupor a disponibilidade de uma renda excedente, a residência secundária deixa de ser apenas uma alternativa de lazer, passando a ser também uma opção de investimento. A partir do momento em que

a segunda habitação passa a agregar também um valor de troca, entra em cena o maior responsável pela transformação do espaço periurbano: o especulador imobiliário. Este, por meio de propagandas insidiosas, tem por objetivo a transformação dos atributos naturais e das amenidades da periferia metropolitana em produto, como podemos ver abaixo em relação à especulação imobiliária em Ilha de Guaratiba:

Enfim, chegou sua vez de viver no paraíso! Aqui na Terra mesmo. Gambás e preás aos montes atravessam desconfiados o asfalto. Bois caminham sem pressa, em fila indiana, rumo aos pastos. Saguís em penca fazem macaquices nos galhos das árvores. Garças e patos selvagens, em sua leveza, desenvolvem coreografias cênicas sobre lagos e córregos em voos espetaculares. Assim é a vida por aqui. Parece que o tempo parou. É sem dúvida o novo Recreio! A diferença é que aqui você ainda negocia com caipiras decentes a preços baixos. Mini sítios para você morar junto ao bom e ao melhor, “longe e perto” de áreas caras e saturadas (FERNANDES, 2006, p.42)

Na citação acima, extraída de um folder publicitário (J. Brandão Negócios Imobiliários), o que mais nos chama a atenção é a ênfase conferida aos atributos naturais do lugar, onde Ilha de Guaratiba é “vendida” como um verdadeiro “paraíso”, perdido em meio à metrópole carioca. Esta propaganda imobiliária do início dos anos 1980, revela o início de uma prática muito comum hodiernamente, mas com uma diferença bastante significativa: o “romantismo” que o citado anúncio nos tenta passar justifica-se pela conjuntura do lugar naquele momento. Na realidade, Ilha de Guaratiba até essa época não

passava de uma localidade caracterizada pelas atividades rurais – pautadas, principalmente, na agricultura – e pelos muitos sítios que eram visitados por seus proprietários nos momentos de lazer. Era o típico fim-de-semana na “roça”. Ou seja, esse tipo de anúncio tinha como público alvo pessoas interessadas em adquirir uma área relativamente grande e em construir uma residência nesses sítios que, na maioria dos casos, tornava-se uma habitação secundária. No entanto, a partir do início dos anos 1990, novas agências imobiliárias começam a oferecer às camadas privilegiadas economicamente um produto diferenciado em relação ao oferecido por seus precursores: as habitações secundárias, aos poucos, começam a dar lugar aos condomínios onde a habitação passa a ser permanente.

Em Santos (2008), o que o lugar é em um determinado momento sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos que ocorrem em diferentes níveis. Esses, são variáveis, pois mudam de significação através do tempo. O que Ilha de Guaratiba era até a década de 1980 constituía-se, basicamente, da interação de um elemento interno (sua aptidão natural e agrícola) com um elemento externo que se internalizou (as residências secundárias e os fluxos sazonais por ela gerados). Dava-se então a interação entre dois níveis: um de ordem local com outro de ordem extra local. A variação do elemento de nível extra local, representado pela produção de moradias permanentes (além das de fim-de-semana), ao intensificar-se a partir da década de 1990, modificou drasticamente a estrutura do elemento de nível local, sendo representativo nesse processo de mudança espacial o advento dos condomínios residenciais. Acerca da

relação entre o externo e o interno, Milton Santos (2008, p.104-105) nos propõe que:

O interno é tudo o que, num momento dado, está já presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extra locais, portanto mais amplas que o lugar... O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele. Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local. Até o momento em que impactam sobre o lugar são externas, mas o processo de espacialização é, também, um processo de internalização.

A mudança de função pressupõe um processo de transformação de determinada estrutura que – desfeita ou refeita – modifica também a forma de um dado elemento ou lugar. No caso específico de Ilha de Guaratiba, a desarticulação da estrutura rural-agrícola, anterior ao processo de consolidação do lugar como reserva de valor imobiliário, desencadeou um processo de transformação socioespacial que vem mudando sua feição espacial. Em Santos (2008) cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um local onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. No lugar estudado, percebemos a existência de elementos representativos de fases anteriores ao processo de mudança em questão que ainda resistem em meio às inovações. Como exemplos, podemos citar alguns resquícios das atividades rurais do passado (agricultura e pecuária leiteira) e a persistência de muitos sítios que ainda são utilizados como opção de

lazer nas férias e nos finais de semana (segunda residência). Entendendo o processo como uma ação contínua que implica continuidade e mudança (SANTOS, 1992), pressupomos que o evento por nós abordado refere-se apenas ao início de uma grande metamorfose espacial pela qual há de passar Ilha de Guaratiba nos próximos anos. Apesar de não representar grandes mudanças na forma (aparência) do lugar, os inúmeros sítios utilizados como residências secundárias formaram o embrião de todo esse processo de mudança que pode ser percebido por meio do vislumbre dos muitos condomínios residenciais que hoje compõem a paisagem do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, em Ilha de Guaratiba, é cada vez maior o número de pessoas que optam por residir em suas antigas residências secundárias. Além disso, muitas famílias (oriundas sobretudo do eixo Recreio-Barra-Zona Sul) têm encontrado no lugar, uma qualidade de vida satisfatória, considerando-se suas vantagens comparativas (disponibilidade de terra, atributos da paisagem, ínfimos índices de criminalidade...). Esses últimos, no entanto, representam uma nova modalidade de residentes: aqueles que optam pelos condomínios horizontais.

O Rio de Janeiro, como se sabe, cresceu em diversos eixos. Sendo assim, desde os primeiros séculos de colonização os aterros contribuíram para a construção do espaço urbano carioca. Com o crescimento da cidade, houve a necessidade de rompimento das

elevações com a perfuração de túneis desde 1887. Mais recentemente, nas últimas décadas, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes ganharam expressão em meio ao espraiamento do tecido urbano carioca. Podemos asseverar então que o Rio de Janeiro cresce em direção à planície de Guaratiba em meio a um crescente processo de especulação imobiliária – que começando a partir da exploração do fenômeno da segunda residência – hodiernamente evoluiu para a divulgação do lugar como a mais nova opção de moradia para um público específico que busca os atributos destacados ao longo desse texto. Sintetizando, o processo em voga integra Ilha de Guaratiba, definitivamente, à malha urbana carioca.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de Segunda Residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: Revista Território. Rio de Janeiro: set/out, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2000.

DAMIANI, Amélia Luisa. O Urbano no Mundo da Mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraines (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

FERNANDES, Marcio Luis. Ilha de Guaratiba: De Espaço a Lugar. 2003. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Geografia) Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos: Rio de Janeiro, 2003.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a valoração do “Lugar:” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. 56 f. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Por uma Necessária Mudança de Valores: uma proposta para a produção de um espaço (urbano) que privilegie o uso e não a troca. In; SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 2, 2009. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

_____. Decodificando geografias pretéritas e hodiernas de Ilha de Guaratiba (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PPGEU/UERJ, 2010. 99 f.

_____. O Caráter Identitário da Toponímia. In: Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas, 3, 2012. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

_____. Corrida à Zona Oeste. In: Jornal O DIA (coluna opinião). Primeira edição. Rio de Janeiro: 22 de novembro de 2014. p. 14.

_____. Descortinando o universo simbólico de um lugar. In: Revista Perspectiva Geográfica. V.9, n.11. Cascavel: UNIOESTE, 2015.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: EDUSP, 1997.

LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

_____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENCIONE, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MASCARENHAS, Gilmar. O Lugar da Feira-Livre na grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989). Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; COELHO, Maria do Socorro Alves. A importância do fenômeno da segunda habitação e suas implicações com a atividade de lazer-veraneio: o exemplo do Estado do Rio de Janeiro. CD-ROM da ANPEGE, 2007.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TRINDADE JR., Sant-Clair Cordeiro da. Estrutura, Processo, Função e Forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Ensaios de Geografia Contemporânea – Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996.

3 SOBRE O HUMANISMO EM GEOGRAFIA

O texto a seguir é fruto das reflexões teóricas que fundamentaram a minha dissertação de mestrado em geografia intitulada “decodificando geografias pretéritas e hodiernas de Ilha de Guaratiba”, defendida em 2010 na UERJ. Em 2014, as citadas elucubrações conceituais foram publicadas como notas e resenhas (<http://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12891/pdf>) por meio da Revista Geograficidade da UFF (Geograficidade v. 4, n. 1 - 2014) sob o título “Um outro horizonte em busca da humanização da geografia”.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Na concepção de Lowenthal (1982, p. 137), uma geografia memorável não estaria atrelada a meros textos de compêndios – muito menos a perspectivas generalizantes que ignoram as particularidades, as individualidades e as singularidades – “[...] mas estudos interpretativos incorporando um acentuado ponto de vista pessoal”. Seguindo tal premissa, entendemos que uma geografia comprometida com aspectos universalizantes que abarcam a sociedade como um todo, eximindo os universos particulares dos indivíduos e grupos sociais, não pode dar conta de uma geografia genuinamente humana e pessoal, forjada por cada geógrafo informal em seu mundo vivido (LOWENTHAL, 1982; COSGROVE, 2004).

Por menosprezar o rico material representado pelas experiências do mundo vivido, bem como as concepções que derivam dessas vivências, “a geografia trilhou um longo caminho até introduzir o homem como ser pensante em suas pesquisas” (MELLO, 1991, p. 1). No início dos anos 1970, no entanto, alguns geógrafos frustrados com uma geografia onde o ser humano representava apenas mais um elemento da paisagem estudada (MORAES, 2007), “começaram a buscar nas filosofias do significado respostas para suas angústias” e caminhos para o rompimento com os pressupostos positivistas e neopositivistas que predominavam na ciência geográfica (MELLO, 1990, p. 22). Surgia a geografia humanista, uma perspectiva que focaliza o homem no centro de todas as coisas, uma vez que todo ser humano pensa e filosofa, sendo portanto capaz de refletir sobre os fenômenos do(s) mundo(s) vivido(s) (RELPH, 1976; BUTTIMER, 1982; TUAN, 1982; MELLO, 2000).

Por uma geografia mais humana entende-se aquela que reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. Nesse sentido, a abordagem humanista em geografia, possuindo a fenomenologia existencial como filosofia subjacente e a hermenêutica como método de interpretação, procura valorizar a experiência do indivíduo ou grupo, visando compreender o mosaico de sentimentos e o entendimento das pessoas em relação aos seus lugares. Nessa perspectiva, os geógrafos da corrente em tela argumentam que sua abordagem merece o rótulo de humanista, pois estudam os aspectos do homem tais como significações, valores, metas e propósitos, bem

como alegorias, sonhos, devaneios e reminiscências. O texto presente discorre sobre os pressupostos do horizonte humanista, estabelecendo este viés como uma proposta para a humanização da geografia.

UM OUTRO HORIZONTE EM BUSCA DA HUMANIZAÇÃO DA GEOGRAFIA

O movimento humanístico destaca o homem e o trata com seus significados, valores, objetivos, dilemas e ações em oposição ao enfoque abstrato, mecanicista e determinista dos paradigmas anteriores. A crítica à visão reducionista do homem, principalmente após 1970, favoreceu aos geógrafos humanísticos a interpretação do sentimento e a compreensão das relações entre os homens e seu mundo vivido. Essa perspectiva, ao defender a dimensão subjetiva e a experiência vivida pelos indivíduos e grupos sociais, propõe uma compreensão do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1982; 1983).

As ideias acima citadas surgem como relevantes para esta tendência geográfica. No lugar o indivíduo se encontra ambientado e mesmo integrado. Tal expressão conceitual compõe este mundo pleno de sentimentos e afeições, um centro de significância ou um foco de ação emocional do homem. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que exprime afetividade e valores para o indivíduo ou a

sua coletividade (CHRISTOFOLETTI, 1982). Em contraponto, o espaço é representado por qualquer porção da superfície terrestre, sendo amplo, desconhecido, indiferenciado, rejeitado ou mesmo odiado (TUAN, 1982; 1983; 1998; MELLO, 1990; 1991; 2001), possivelmente a ser capturado ou conquistado.

Apesar da distinção entre esses conceitos-chave da geografia em geral (CORRÊA, 2002) e da ramificação humanista em particular (HOLZER, 2001; 2008), na experiência, o significado de espaço pode se fundir e/ou confundir com o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983). Segundo Mello (1990, p. 105):

Certos espaços só se tornam lugares após uma demorada experiência. O que inicialmente é feio ou até mesmo odiado, com o tempo ganha foros de lugar. Espaços se tornam lugares em razão do contato com outras pessoas e em trocas afetivas, econômicas etc.

A geografia humanista está preocupada com a dimensão afetiva em meio ao vivido/existencial. Assim sendo, é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista, não a “distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraíndo uma experiência” (CLAVAL, 2001, p. 46). Nessa trilha, estar junto, estar próximo, não significa a proximidade física, mas o relacionamento afetivo com outra pessoa ou com outro lugar (CHRISTOFOLETTI, 1882). Lugares e pessoas fisicamente distantes podem estar afetivamente muito

próximos. Portanto, o estudo do espaço remonta à análise dos sentimentos e ideias espaciais das pessoas e grupos de pessoas (TUAN, 1982). Sob a perspectiva positivista, a geografia diz respeito à análise da organização espacial. Sob o horizonte humanista, espaço e lugar assumem características muito diferentes (CHRISTOFOLETTI, 1982), cabendo ao geógrafo da ala humanista traduzir o que representam por meio de uma estrutura coerente (CHRISTOFOLETTI, 1982; TUAN, 1982).

Da valoração das atitudes decorre a preocupação com gostos, preferências, características e particularidades dos lugares. Valora-se também “o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos universos vividos, na sua personalidade e distinção”. Há então o entrelaçamento entre a pessoa ou grupo social e o lugar (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 23), uma vez que o indivíduo não é distinto de seu mundo vivido (RELPH, 1976).

Tuan (1982, p. 159), por seu turno, relata que “a contribuição da geografia humanística para a ciência está na revelação de materiais dos quais o cientista, confinado em sua própria estrutura conceitual, pode não estar consciente”. Para o pesquisador:

Esse material inclui a natureza e a gama de experiências e pensamentos humanos, a qualidade e a intensidade de uma emoção, a ambivalência e a ambiguidade dos valores e atitudes, a natureza e o poder do símbolo e as características dos eventos, das intenções e das aspirações humanas (p. 159-160).

Para elucidar esse mosaico de objetos materiais e imateriais em meio à indivisibilidade sujeito/objeto, o geógrafo humanístico:

[...] deve ter um interesse penetrante pela filosofia, pois esta levanta questões fundamentais de epistemologia para as quais podemos buscar explicações no mundo real. A filosofia proporciona também um ponto de vista unificado a partir do qual toda uma série de fenômenos humanos pode ser sistematicamente avaliada (TUAN, 1982, p. 161).

Nestes termos, estamos falando da hermenêutica, que segundo Eliade (1971), é o único método eficaz de interpretação do qual o humanismo não pode se privar, e da fenomenologia, na qual a geografia humanista busca elementos para pautar suas pesquisas (GOMES, 2007).

AS FILOSOFIAS DO SIGNIFICADO: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA GEOGRAFIA HUMANISTA

Apoiada nos princípios da fenomenologia e da hermenêutica, a geografia humanista tem interesse em entender a alma dos lugares a partir das experiências vividas pelos indivíduos e grupos sociais. Esta perspectiva entende ser o lugar parte integrante do ser, sendo cada indivíduo um geógrafo informal capacitado para discorrer sobre a alma dos lugares, por ser o homem quem produz, aprende, vive e transmite geografia (SCHUTZ, 1979; BUTTIMER, 1982; LOWENTHAL, 1982; COSGROVE, 2004; MELLO, 2004; 2005; 2007).

“A fenomenologia é a filosofia presente em um número maior de estudos humanísticos em geografia” (MELLO, 1991, p. 36), sendo também considerada um método de investigação (ARANHA, 1996;

GOMES, 2007). “Seu criador, o filósofo alemão Edmund Husserl (1859 – 1938) critica as teorias científicas, particularmente as de inspiração positivista, excessivamente apegadas à objetividade e à crença de que a realidade se reduz àquilo que se percebe pelos sentidos” (MELLO, 1991, p. 36).

Etimologicamente, fenomenologia é o estudo do fenômeno, sendo seu papel analisar a dinâmica que fornece sentido e significado aos objetos, tratando o mundo e os seres humanos de uma maneira indissociável (SCHUTZ, 1979). Examinando o conceito de fenômeno, que em grego significa o que aparece (ARANHA, 1996), compreendemos melhor que a fenomenologia trata do conhecimento como ele surge, isto é, como se apresenta à consciência. Como fonte de significado para o mundo, a consciência não se restringe ao mero conhecimento intelectual, mas é geradora de intencionalidades não só cognitivas como afetivas e práticas. O olhar sobre o mundo é o ato pelo qual o homem o experiencia, imaginando, julgando, amando, temendo (SCHUTZ, 1979; ARANHA, 1996).

A fenomenologia critica a tendência naturalista que orienta o método das ciências humanas. Para esta filosofia, não há fatos com a objetividade pretendida pelo positivismo, já que não entendemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados. O mundo que decodifico é um universo para mim, daí a importância do sentimento, do entendimento e da rede de significações que envolvem os nossos universos vividos (ARANHA, 1996). Para Schutz (1979), o ponto de partida irreduzível para as bases fenomenológicas diz respeito às

experiências do ser humano consciente, que vive e age em um mundo que ele capta, interage e interpreta – assumindo significados múltiplos.

Como experiência é sempre vivência de alguma coisa, todas as experiências diretas de seres humanos são experiências em, e de seu mundo vivido, elas o constituem, são dirigidas a ele, são nele testadas e vivenciadas. O universo vivido é simplesmente toda a esfera das experiências cotidianas, direções e ações através das quais os indivíduos lidam com seus interesses. De acordo com a filosofia fenomenológica, cada indivíduo constrói o seu próprio mundo. Assim, subjetivamente, duas pessoas jamais poderiam vivenciar a mesma situação da mesma forma (SCHUTZ, 1979). Neste particular, Buttimer (1982, p. 167), assinala que:

Os fenomenologistas têm sido os porta-vozes mais sistemáticos deste esforço. Desafiando muitas das premissas e dos procedimentos da ciência positiva, expuseram uma crítica radical do reducionismo, da racionalidade e da separação de “sujeitos” e “objetos” na pesquisa empírica. Com os existencialistas, apregoam o argumento da libertação da experiência vivida, apelando por descrições mais concretas do espaço e do tempo, e de seus significados na vida humana diária.

Por contemplar como traço comum a inseparabilidade sujeito-objeto, a fenomenologia examina de maneira radical os fenômenos da consciência ou da experiência vivida, busca os fatos como são produzidos, interpretando a apreensão da essência e desta maneira investiga os atos e o entendimento sobre o mundo vivido. Neste contexto:

O lugar surge como conceito-chave na geografia humanística advindo da noção fenomenológica de mundo vivido

emocionalmente, modelado, introjetado e revestido de eventos, pessoas, itinerários, lutas, ambiguidades, envolvimento, sonhos, desatinos, “canções que minha mãe me ensinou”, base territorial e toda sorte de elementos que permite à pessoa se sentir em casa ou, por outro lado, distanciada em meio a um estranhamento topofóbico (MELLO, 2005, p. 34).

Por muito tempo os geógrafos excluíram de suas abordagens os laços de vizinhança, o estoque de conhecimento, a agradabilidade, a topofobia, a fixação aos espaços e lugares, as experiências cotidianas e os elos que unem as pessoas ao meio ambiente. A fenomenologia, considerando esses atributos, serve de ponte a esses especialistas, com vistas ao entendimento do mundo vivido, pois – diferentemente da ciência que omite as questões da vida – não trata o mundo independente dos seres humanos (MELLO, 1991).

Com respaldo no mundo vivido, o geógrafo pode entender como nasce a magia dos lugares, as particularidades intrínsecas de cada porção territorial, a distinção de diferentes pontos da cidade, o encantamento, o desprezo, a atração e o que é típico dos lugares (MELLO, 1991).

O mundo vivido é a consciência e o meio ambiente íntimo de cada um, emocionalmente modelado e revestido de eventos, relações, ambiguidades, envolvimento, valores e significados, o qual compreende os seres humanos com toda ação e interesses humanos, trabalhos e sofrimentos (MELLO, 1991).

O mundo vivido de cada um já existia antes do nascimento da pessoa, que vivencia e interpreta seu mundo a partir de valores e estoques de experiências pessoais, e também por meio de outros

indivíduos que lhe transmitem conhecimentos pretéritos e hodiernos (MELLO, 2000).

A intersubjetividade, ou intermundo, é o mundo comum a diferentes pessoas, cenário e objeto das ações e das interações dos seres humanos. O mundo vivido, continuamente experienciado, é modificado pelas ações humanas, que também modifica as suas ações (MELLO, 1991). “Já o estoque de experiências é um enriquecimento cotidiano, prático e teórico, que fornece ao homem elementos para agir e pensar” (MELLO, 1991, p. 38). “No entanto, este conhecimento não é homogêneo e sim incoerente, parcial, contraditório e ambíguo” (MELLO, 2000, p. 58). “O conhecimento do mundo, recebido pela cultura formal e informal, e completado pela experiência pessoal, gera intimidade e afetividade pelo lugar vivido” (MELLO, 2000, p. 58)). Este mundo que, para a fenomenologia é o contexto dentro do qual a consciência é revelada, ocorre à nossa experiência e interpretação (ELIADE, 1971; BUTTIMER, 1982; MELLO, 2005; GOMES, 2007).

A hermenêutica é outra filosofia do significado utilizada pelos geógrafos humanistas, tendo como precursor o alemão Wilhem Dilthey (1833 – 1911) que adicionou a este movimento filosófico – próximo da fenomenologia de Schutz – elementos da importância interpretativa (MELLO, 1991). A origem do termo se situa na antiguidade, inspirada na mitologia grega de Hermes, deus da comunicação, encarregado de trazer as mensagens do Olimpo (GOMES, 2007). Utilizada originalmente pelos antigos teólogos como metodologia própria à interpretação da Bíblia, o termo passou posteriormente a designar

todo esforço de interpretação científica de um texto difícil que exige uma explicação. Contemporaneamente, a hermenêutica constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos, sendo fundamental em todas as humanidades e em todas as disciplinas que se ocupam com a interpretação das obras dos homens (PALMER, 1970; JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006; ABBAGNANO, 2007).

“Na hermenêutica”, como na fenomenologia, “não há separação entre sujeito e objeto”. Assim sendo, esta “filosofia interpretativa tenta explicar os conteúdos da mente e outros aspectos da experiência vivida” em meio à intuições, onde os indivíduos e grupos sociais não são dissociados de sua base territorial experienciada. Cabe ao geógrafo esclarecer o significado dos conceitos, símbolos e aspirações, à medida que tudo isso está atrelado ao espaço e ao lugar. Ou seja, “o geógrafo humanístico tem como tarefa interpretar a ambivalência, ambiguidade e complexidade da consciência dos indivíduos e/ou grupos sociais a respeito do meio ambiente” (MELLO, 1991, p. 42).

Vale ressaltar que “as fronteiras entre fenomenologia e hermenêutica não são muito rígidas”. Assim sendo, “vários geógrafos humanísticos – entre eles Tuan, Buttimer, Lowenthal e Relph – embora se classifiquem como fenomenologistas, exibem o movimento hermenêutico de forma inconfundível” (MELLO, 1991, p. 42).

Na vertente humanista, vale repetir, a distribuição espacial dos eventos e fatos sociais não representa o elemento determinante da pesquisa. O fundamental para os geógrafos deste horizonte é a

existencial maneira de viver das pessoas nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraíndo experiências (CLAVAL, 2001).

DECODIFICANDO CONCEITOS E TEMAS HUMANÍSTICOS

Comumente, os conceitos de espaço e lugar expressam – metafórica e respectivamente – as noções de escuridão e luminosidade (MELLO, 2000). No entanto, longe dos ditames positivistas e neopositivistas, não há uma regra preestabelecida para que espaços opacos, imersos por penumbra, alcem, através de sua iluminação ou claridade, ao patamar de lugar. Parafraseando Mello (2003), podemos apontar que o lugar pode perder ou receber tal condição dependendo das trevas ou do brilho com que o mesmo é embotado ou iluminado no transcurso do tempo. Em Tuan (1983, p.179) o “lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção”. Sendo assim, “muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual” (TUAN, 1983, p. 180). Por maior que seja sua opacidade ou visibilidade, certos objetos ou lugares que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra (TUAN, 1983).

Para Tuan (1983, p. 184), o lugar é também “um reservatório de lembranças e sonhos”. Nesse ínterim, a notoriedade visual apenas, não se configura como uma garantia de que certos espaços se tornem lugares. O profundo sentido de lugar resulta de uma combinação de fatores e valores históricos, culturais, econômicos, locacionais,

existenciais, subjetivos, intersubjetivos, invisíveis e visuais (YÁZIGI, 2003). No tocante à linha de pensamento aqui empreendida, a visibilidade não estaria atrelada apenas às construções humanas e aos elementos da natureza que conferem valores visuais a determinados fixos. No entanto, não há como negar que esses atributos culturais e naturais, em muitos casos, representam fatores de transformação de determinadas localidades que, com isso, podem sofrer mudanças qualitativas ou não-qualitativas, dependendo das diferentes perspectivas de seus vivenciadores. Em relação ao ponto-de-vista diferenciado dos indivíduos com relação à visibilidade, Tuan (1983, p. 184) sublinha que “[...] a maioria dos lugares não são criações deliberadas, pois são construídos para satisfazer necessidades práticas”. Nesse contexto, os mesmos adquirem visibilidade e significado tanto para os habitantes locais como para os de fora (TUAN, 1983).

Na concepção de Gomes (2007), a primeira característica fundamental do humanismo retomada pela geografia concerne na incontornável visão antropocêntrica, segundo a qual o homem é a medida de todas as coisas. Ademais, os seres humanos, individualmente ou em grupos, tendem a situar o seu lugar vivido como o centro do mundo. Neste contexto, o egocentrismo e o etnocentrismo tornam-se traços humanos universais (TUAN, 1980). Com base em Tuan (1980), Mello (1991, p.202) descreve o etnocentrismo como:

Um fenômeno universal de supervalorização do “centro”, “umbigo”, “mais saudável” ou “melhor lugar do mundo” e pode também ser compreendido como egocentrismo coletivo. As pessoas do “centro” estabelecem discriminação entre “nós” (“superiores”) e “eles” (“de menor valor”, “de cultura inferior”) olhando para estes de forma “blasé” e, por vezes, com apatia, sarcasmo ou agressividade.

A noção de centro é uma das mais relevantes manifestações culturais, uma vez que, comumente, as pessoas tendem a situar o lugar em que vivem como o mais importante e favorável, e como o centro do seu mundo. “Todos os povos antigos põem-se como centro das relações e organizam o que entendem por mundo nessa referência”. Nesse sentido, o topo é uma noção correlata. “Todo um simbolismo religioso e cartográfico deriva dessa centralidade, organizando a concepção e a relação geográfica desses povos” (MOREIRA, 2009, p. 67). De acordo com crenças indianas, o Monte Meru estaria erguido no centro do mundo. Já uma crença iraniana afirma que a montanha sagrada de Elburs estaria situada no ponto central da Terra. O nome do Monte Tabor, na Palestina, poderia significar “umbigo”. O monte Garizim, na região central da Palestina, sem dúvida alguma desfrutava do prestígio de lugar central, pois era chamado de “umbigo da Terra” (ELIADE, 2007). A Palestina, segundo antiga tradição até hoje preservada na região, na sua condição de país mais alto por estar perto do cume da montanha cósmica, não teria sido encoberta pelo dilúvio. Um texto rabínico afirma: “A terra de Israel não foi submergida pelo dilúvio”. Para os cristãos,

O Gólgota estava situado no ponto central do mundo, já que era o cume da montanha cósmica e, ao mesmo tempo, o

lugar onde Adão tinha sido criado e sepultado. Assim, o sangue do Salvador é derramado sobre o crânio de Adão, enterrado precisamente aos pés da Cruz, servindo para sua redenção. A crença de que o Gólgota estaria situado no centro do mundo ainda é preservada no folclore dos cristãos orientais (ELIADE, 2007, p.24).

Por meio das crenças as quais fazemos menção podemos depreender que cada cidade oriental estava localizada no centro do mundo. Para alguns desses povos, o ponto mais alto da montanha cósmica não seria apenas o ponto mais elevado da Terra, mas também o umbigo do mundo, o ponto no qual começou a criação. Algumas tradições explicam o simbolismo do centro em termos tomados da embriologia, segundo o qual “o Ser Divino criou o mundo como um embrião. Do mesmo modo que o embrião começou a passar do umbigo em diante, Deus começou a criar o mundo do umbigo em diante, e a partir daí, ele se espalhou em diferentes direções” (ELIADE, 2007, p. 25). Nesse ínterim, o mundo teria sido criado a partir de Sião e o universo concebido a partir de um ponto central. A criação do homem também teria acontecido em um ponto central, no centro do mundo (ELIADE, 2007).

Segundo tradição mesopotâmica, o homem teria sido formado no “umbigo da Terra”. Assim sendo, o Paraíso, onde Adão foi criado a partir do barro, encontra-se localizado no centro do cosmo. O Paraíso era o umbigo da Terra, e, segundo uma tradição síria, teria sido estabelecido em uma montanha mais alta do que todas as outras. Adão teria sido criado no centro da Terra (ELIADE, 2007). Partindo da premissa de que a criação derivou a partir de um centro, podemos

presumir igualmente que qualquer lugar fundado tem sua edificação no centro do mundo dos indivíduos que o estabeleceram como lar, abrigo, refúgio e morada.

Diferentemente da teoria social crítica tradicional – na qual o conceito de lugar está vinculado à esfera local (CARLOS, 1996; SANTOS, 2002) – na perspectiva humanista, tal aforismo, por não possuir escala definida, torna-se demasiadamente difuso uma vez que, tanto pode designar um assento, quanto abarcar o mundo todo (TUAN, 1983). Todavia, o mesmo Tuan que retoma a máxima que define a Geografia como “o estudo da Terra como o lar das pessoas” (TUAN, 1991, p. 89), aponta também que “[...] a topofilia soa falsa quando é manifestada por um extenso território” (TUAN, 1980, p. 116). No entanto, o amor patriótico, significativo em sua dimensão, pode contrariar suas elucubrações. Para o citado geógrafo, os sentimentos topofílicos necessitam de “[...] um tamanho compacto, reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos” (TUAN, 1980, p. 116). Além disso, uma pessoa pode se identificar mais facilmente com uma área, se ela indica ser uma unidade natural, pequena o suficiente para ser conhecida pessoalmente (TUAN, 1980). Nesse campo, o lugar se confunde com a esfera local, sendo também o lócus do cotidiano “responsável pelas paixões humanas por meio da ação comunicativa e por diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2002, p. 322).

PALAVRAS FINAIS

Vários cientistas sociais – principalmente após a década de 1970 – têm se empenhado em criticar a visão reducionista do homem, postulada pela ciência positiva, tendência que favoreceu aos geógrafos humanistas a interpretação do sentimento e a compreensão das relações entre os homens e seu mundo. A referida corrente do pensamento geográfico se opõe igualmente ao positivismo, na tentativa de superar o reducionismo. Alguns filósofos como Wilhelm Dilthey, no entanto, na passagem entre os séculos XIX e XX, já criticavam a tendência cientificista, naturalista e positivista que norteava as ciências humanas de então. Para o citado cientista, precursor da hermenêutica, os fatos referentes ao espírito ou à alma não se assemelham aos processos naturais, por se referir ao mundo humano da significação e do valor. Sendo assim, o nicho de valorações e demais sentimentos provenientes da subjetividade e da intersubjetividade não deve ser retirado do contexto histórico dos indivíduos e grupos sociais, não sendo possível formular leis objetivas sobre o mesmo, mas sim buscar sua compreensão e interpretação (JAPIASSÚ, 1975; ARANHA; MARTINS, 1992; ARANHA, 1996).

Neste percurso, o positivismo seria responsável por uma fábula, uma vez que por meio desta inclinação, a ciência se torna um mito, passando a ser considerada a única forma adequada de conhecimento em detrimento de outras possíveis abordagens do real. Trata-se, portanto, de uma perspectiva deformada do saber pois, ao admitir que o conhecimento verdadeiro refere-se apenas ao que pode ser

provado, experimentado e, portanto, objetivo, incorre em um reducionismo que limita as abordagens referentes ao ser humano - que por pensar, sentir, sonhar e filosofar – sugere que sua subjetividade seja foco das pesquisas científicas. Aliás, foi da pretensa objetividade apregoada pelo ideário positivista que derivou o “mito da neutralidade científica”, segundo o qual as pesquisas científicas estariam à margem da influência social, cultural ou política, se ocupando o cientista da descrição dos fenômenos, sem interferir nos estudos.

A fenomenologia, como sabemos, foi uma das primeiras filosofias a fazer oposição ao reducionismo e ao cientificismo das ciências ditas positivas. Enquanto o positivismo requer um conhecimento científico cada vez mais neutro, despojado de subjetividade e, por conseguinte, distante do homem, a fenomenologia propõe a retomada da humanização da ciência, com nova relação entre sujeito-objeto e homem-mundo, considerados metades inseparáveis. Como doadora de sentido e fonte de significado para o mundo, a consciência não se restringe ao mero conhecimento intelectual, mas é geradora de intencionalidades não só cognitivas como afetivas e práticas. O olhar sobre o mundo é o ato pelo qual o homem experiencia seu universo vivido, imaginando, julgando, amando, temendo, sonhando. Nesse sentido, o universo que vivencio é um mundo para mim, daí a importância do sentido, da rede de significações que envolve o que é captado ou compreendido sensorial, mental ou psicologicamente (JAPIASSÚ, 1975; ARANHA; MARTINS, 1992; ARANHA, 1996).

A imagem mítica do cientista ignora que ele faz parte e depende de uma estrutura real do mundo que o cerca. Essa pretensa neutralidade ignora o poder persuasivo da experiência, como se o pesquisador pudesse ser o detentor de uma verdade única que, uma vez formulada em sua coerência, estaria isenta de questionamentos; como se ele pudesse guardar para sempre a imagem de um indivíduo imune à incoerência das paixões (JAPIASSÚ, 1975). Devido a esse arcabouço positivista que, cônica ou inconscientemente, persiste em permear boa parte das abordagens relacionadas às humanidades, habitualmente sobrevêm ao pesquisador, preocupações metodológicas como “a utilização da mesma pessoa verbal do início ao fim do texto” e – principalmente – “o necessário cuidado redobrado para não incorrer no fatídico erro da parcialidade”, interferindo indevidamente na pesquisa que, apesar de ser de sua autoria, não deve manifestar seu ponto de vista particular.

A liberdade é apregoada por meio das filosofias do significado norteadoras da geografia humanista que – avessa às regras positivistas, leis, modelos, certezas, precisões – defende que o pesquisador, envolvido no universo vivido das pessoas, pode, tanto utilizar diferentes pessoas verbais (eu ou nós, por exemplo), quanto comprometer a pretensa imparcialidade da pesquisa, defendida pelos paradigmas positivistas e neopositivistas.

A tão largamente difundida “neutralidade científica” tornou-se mito devido ao discernimento de que toda pesquisa científica defende um determinado ponto de vista, tanto do pesquisador, quanto do grupo que ele representa, sendo por isso tendenciosa. A filosofia

desmistificou essa crença e, a partir deste precedente, o humanismo passou a apregoar a inclusão dos valores humanos atrelados à subjetividade e ao intermundo em seus estudos. Uma vez que o pesquisador também representa uma parte do universo vivido pesquisado, suas experiências vivenciais não precisam mais ser desprezadas.

Diante do exposto neste breve ensaio, vale salientar neste derradeiro parágrafo que, a abordagem elaborada a partir da visão subjetiva converge para a elucidação da intersubjetividade, que para Schutz (1979) representa um estoque de conhecimentos vivenciado e interpretado por várias pessoas que funciona como uma espécie de código de referência. Nesse sentido, vivenciar determinado lugar pressupõe viver envolvido interativamente com muitas pessoas, em complexas redes de relacionamentos que convergem para a ocorrência de experiências compartilhadas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1210 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 1992. 232 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996. 255 p.

BUTTNER, Anne. **Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 156 p.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **As Perspectivas dos Estudos Geográficos**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 11-36.

CLAVAL, Paul. **O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 15-47.

COSGROVE, Denis. **A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

ELIADE, Mircea. **La Nostalgie des Origines**. Paris: Folio-Essais; Galimard, 1971.

_____. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 2007. 175 p.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 366 p.

HOLZER, Werther. **A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 103-122.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: uma revisão**. Espaço e cultura. Rio de Janeiro: UERJ, p. 137-147, 2008. Edição comemorativa 1993-2008.

JAPIASSÚ, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 309 p.

LOWENTHAL, David. **Geografia, experiência e Imaginação: Em direção a uma epistemologia geográfica**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

MELLO, João Baptista Ferreira de. **Geografia Humanística: A Perspectiva da Experiência Viva e Uma Crítica Radical ao Positivismo**. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 52, n. 4 p. 91-115, 1990.

_____. **O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – uma introdução à geografia humanística**. 1991. 300 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Símbolos dos Lugares, dos Espaços e dos “Deslugares”**. Espaço e Cultura: Rio de Janeiro, 2003. p. 64-72.

_____. **Dos Espaços da Escuridão aos Lugares de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como e documento para a construção de conceitos geográficos**. 2000. Paginação irregular Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Descortinando e (Re)pensando Categorias Espaciais com Base na Obra de Yi-Fu Tuan**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 87-101.

MELLO, João Baptista Ferreira de. **No Pulsar da Cidade Maravilhosa de São Sebastião do Rio de Janeiro**. In: SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOBRE AMERICA LATINA Y EL CARIBE – SOLAR 9. 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na Obra de Anne Buttimer**. Espaço e Cultura . Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 33-40, 2005.

_____. **Os Tambores e as Flechas de São Sebastião do Rio de Janeiro**. In: Revista Imaginário e Arte ,São Paulo, n.15, p. 37-67, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007. 152 p.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009. 172 p.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Edições 70. São Paulo: Martins Fontes, 1970. 284 p.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976. 156 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319 p.

TUAN, Yu Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. (Trad. Livia de Oliveira) São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980. 288 p.

TUAN, Yu Fu. **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164.

_____. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. (Trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

_____. **The good life**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986. 191 p.

_____. **Escapism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998. 245 p.

YÁZIGI, Eduardo. **Patrimônio Ambiental Urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). *Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 253-265.

4 POR UMA GEOGRAFIA MEMORÁVEL

O Texto a seguir foi extraído da parte operacional da minha dissertação de mestrado sob o título “Decodificando Geografias Pretéritas e Hodiernas de Ilha de Guaratiba”, orientada pelo professor doutor João Baptista Ferreira de Mello, defendida em 26 de novembro de 2010 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este artigo foi entregue ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UERJ em março de 2011 e publicado no site Webartigos.com em agosto de 2015 sob o título **“DESCORTINANDO A MARCHA URBANIZADORA EM ILHA DE GUARATIBA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR SEUS MORADORES”**.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Em relação ao inexorável processo de urbanização da sociedade, alardeado há décadas por vários pesquisadores, é comum a utilização de textos de cientistas e intelectuais especializados nas questões relacionadas ao(s) fenômeno(s) urbano(s) como principal referência. Por representarem interpretações da realidade, as citadas elucubrações podem ser consideradas informações de segunda e/ou terceira mão, pois somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão. Sem abdicar dos referenciais teóricos dos cientistas sociais que se debruçam sobre a questão urbana, neste texto, utilizaremos, igualmente, a experiência vivida dos moradores de Ilha de Guaratiba

como a principal fonte de nossa pesquisa em uma tentativa de descortinar a marcha urbanizadora na referida porção espacial.

Na vertente humanística, a distribuição espacial dos eventos e fatos sociais não representa o elemento determinante da pesquisa. O fundamental para os geógrafos deste horizonte é a existencial maneira de viver das pessoas nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraindo experiências (CLAVAL, 2001).

Apesar desta constatação, acreditamos que, em casos específicos, as metamorfoses espaciais são responsáveis por uma gama de acontecimentos relevantes para a aura do lugar, influenciando direta ou indiretamente seus vivenciadores (FERNANDES, 2003; 2006).

Em relação ao processo de mudanças espaciais que ocorre em Ilha de Guaratiba há algumas décadas, verificamos, no seu transcorrer, a construção de símbolos de outrora e hodiernos – materiais e imateriais – que estreitam ainda mais a relação do guaratibano com seu universo vivido. Sendo assim, os diferentes contextos geográficos que serviram de pano de fundo para as experiências vividas no lugar em foco não poderiam ser negligenciados, motivo pelo qual decidimos por sua explanação (FERNANDES, 2010; 2012).

Nessa trilha, empregando os fundamentos metodológicos da geografia humanística, quais sejam as filosofias do significado: fenomenologia e hermenêutica (TUAN, 1980; 1983; MELLO, 1991; 2000) – o presente texto aborda a marcha urbanizadora em Ilha de Guaratiba no entendimento de seus moradores. Entendendo que

somente os indivíduos e grupos sociais integrantes de seu universo vivido são capazes de interpretar sua espacialidade em primeira mão por meio de suas vivências, embates e experiências (GERTZ, 2013; BARCELLOS, 2006), utilizaremos as experiências vividas pelos guaratibanos em seu lugar vivido como base investigativa – a começar pelo contexto rural-agrícola de outrora da localidade em tela.

A PRETÉRITA ESTRUTURA RURAL-AGRÍCOLA

Os escritos compilados pelo saudoso Rivadávia Pinto, exímio historiador do recorte espacial em questão, constituem um acervo relevante a respeito da história de Ilha de Guaratiba. Após o aludido pesquisador ser vitimado por um acidente automobilístico, sua obra passou às mãos de seu sobrinho, Nilson Pinto, 52 anos, a quem nos dirigimos a fim de situarmos temporalmente a espacialidade pretérita do lugar mencionado.

Embasado nas pesquisas de seu tio, Nilson nos assegura que os registros da história de Guaratiba remontam a 1579, anos após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (PINTO, 1986). Segundo este artigo, o lugar era habitado pelos índios Tupi-Guaranis. A rotina destes só veio a ser alterada com a chegada de Manoel Velloso que junto com a esposa, Jerônima Cubas, filha de Brás Cubas, veio morar na recém constituída sesmaria de Guaratiba com sua família e, a partir de então, passou a construir e administrar engenhos de produção de açúcar e aguardente para exportação (PINTO, 1986). No século XVIII, a cultura cafeeira também incidiu

sobre o local, principalmente nas encostas da Serra Geral de Guaratiba. Nesse contexto, o café provocou uma verdadeira devastação nas matas do Rio de Janeiro e, particularmente, em Guaratiba, onde ainda hoje se verifica nas encostas dos morros, espécimes isolados oriundos dessa época. O apogeu e o declínio das riquezas dos setores canavieiro e cafeeiro introduziram no local especificidades e particularidades que lhe imprimiram características que persistem até hoje (PERFIL DE GUARATIBA, 2005).

O local em foco se caracterizou como um dos últimos remanescentes rurais do município do Rio de Janeiro. A habilidade dos guaratibanos no trato com a terra fez de Ilha de Guaratiba, durante décadas, um verdadeiro “cinturão verde”, grande produtor de frutas, verduras e hortaliças. Os alimentos produzidos eram vendidos no CEASA, no próprio local de cultivo e, principalmente, nas feiras livres espalhadas pelo Rio de Janeiro. Em Ilha de Guaratiba, o dia do descanso semanal era a segunda-feira, pois no domingo, o dia era de feira (FERNANDES, 2003; 2006; 2009).

Para entendermos melhor a disposição dos elementos e a rede de relações que constituíam a pretérita estrutura rural-agrícola do referido lugar, recorreremos às experiências vividas por um dos moradores mais antigos de Ilha de Guaratiba, que nos passou o seguinte relato: Em suas palavras,

entre as décadas de 1930 e 1940, Ilha de Guaratiba era um grande laranjal, com exceção dos morros, onde predominava a banana. Eu trabalhei em diversas fazendas que naquela época produziam laranja que era exportada para os Estados Unidos. No entanto, com o desenrolar da Segunda Grande

Guerra, a exportação do produto decaiu bastante. Por conta disso, o apodrecimento das frutas nos pés originou uma praga que deu início a um processo de decadência dessa cultura. No pós-guerra, a laranja aqui produzida deixou de ser exportada, passando a ser comercializada apenas no CEASA e nas feiras livres. Nesse ínterim, muitos laranjais foram sendo substituídos por hortas e pelo cultivo de outros produtos como mamão, legumes e verduras, iniciando assim um processo de diversificação da produção agrícola tendo em vista o comércio interno desses produtos. Nessa época, os bondes saíam daqui lotados de produtos da roça (legumes, verduras e frutas), principalmente para Campo Grande, onde eram comercializados.

Com 87 anos de idade e de experiências vividas em seu lugar, o guaratibano Mário Sardinha pode ser considerado uma enciclopédia viva que muito tem a nos revelar sobre o passado agrícola de Ilha de Guaratiba. Esbanjando simpatia e orgulho em relatar sobre seu vínculo com o lugar, quando no mesmo ainda vigorava uma estrutura agrícola, o Sr. Mário – que foi agricultor, feirante e produtor de ornamentais em períodos distintos – oferece uma ideia de como era o local estudado durante este período. No início de sua fala, o citado morador se reporta aos grandes laranjais que predominavam na referida espacialidade na primeira metade do século XX. Nestes termos, qualificando as palavras do Sr. Mário, consideremos livremente as elucubrações de Abreu (2008) quando frisa que a produção citrícola agiu como grande freio à onda loteadora até a primeira metade do século passado, impedindo que alguns municípios da Baixada Fluminense e bairros da Zona Oeste tradicional do Rio de Janeiro fossem atingidos pela febre imobiliária de então. Entretanto, com a eclosão do conflito mundial, as exportações entraram em

colapso, pois toda a laranja era exportada em navios frigoríficos estrangeiros, que não mais aportavam no Rio de Janeiro. Ademais, a falta de armazéns frigoríficos e o transporte rodoviário deficiente das chácaras para a ferrovia conduziram ao apodrecimento das frutas nos pés, originando uma praga citrícola que dizimaria grande parte das plantações. Ao findar a guerra, com a produção não atendendo mais ao mercado interno, a exportação da laranja foi proibida, conferindo o golpe de misericórdia nos que conseguiram conservar seus laranjais durante a crise. A partir de então, os laranjais foram substituídos pelos loteamentos em municípios como Nova Iguaçu e em bairros como Campo Grande.

Essa marcha urbanizadora, no entanto, não ocorreu em Ilha de Guaratiba neste contexto temporal, uma vez que muitos de seus laranjais foram mantidos para atender a demanda interna, como bem salientou o Sr. Mário, e os demais foram substituídos por uma diversificação de culturas agrícolas que passou a caracterizar o lugar como um verdadeiro cinturão-verde – grande produtor de hortifrutigranjeiros – que passaram a ser comercializados nas diversas feiras-livres da cidade (FERNANDES, 2003; 2006; 2009).

A DECADÊNCIA DAS FEIRAS-LIVRES

O relato do Sr. Mário, esboçado no tópico anterior, nos remete à estrutura agrícola de Ilha de Guaratiba de outrora e sua dependência em relação às feiras-livres que, a partir da década de 1950, passaram a representar uma espécie de âncora para muitos guaratibanos, sendo

responsável pela manutenção da produção agrícola do lugar. Sobre esta modalidade varejista, vejamos o que tem a nos informar Evanir de Souza (76 anos de idade):

Na época áurea das feiras-livres, iniciou-se aqui na Ilha um torneio de futebol chamado “ruim de bola” que acontecia toda segunda-feira. O bairro todo participava dessa grande festa semanal, mas seus organizadores eram os antigos produtores, que eram também feirantes. Só a partir de terça-feira a semana começava, pois na segunda era feriado por aqui. Como a principal feira da maioria dos produtores acontecia no domingo, decretou-se no lugar a segunda-feira como o dia do descanso semanal, uma vez que nesse dia ocorriam poucas feiras pela cidade e o movimento de fregueses era pequeno. De terça a sábado, era necessário dar duro na roça a fim de garantir mercadoria para mais uma semana de feiras.

Até a década de 1980, ser feirante em Ilha de Guaratiba era símbolo de status. Todavia, a decadência das feiras-livres rompeu radicalmente com o modo de viver de boa parte dos guaratibanos. O início desse processo ocorreu devido ao encarecimento dos implementos agrícolas e a posterior invasão de produtos vindos de outras regiões do estado, como Petrópolis e Nova Friburgo, e até mesmo de São Paulo. Consequentemente, muitos dos feirantes da localidade deixaram de produzir o que vendiam, tornando-se feirantes atravessadores, uma vez que passaram a comprar no CEASA os produtos que seriam posteriormente revendidos por eles nas feiras-livres.

O golpe de misericórdia na feira livre e naqueles que dela dependiam foi dado pelo advento dos sacolões, uma vez que essa espécie de quitanda popular recebia produtos com preços que representavam uma concorrência desleal para nós, feirantes-produtores.

O autor do supracitado relato, antes de migrar para o ramo paisagístico, foi produtor rural e feirante. Mesmo sendo um pouco mais jovem que o Sr. Mário, Evanir de Souza vivenciou parte do apogeu da feira-livre, bem como seu processo de esvaziamento. Durante seu depoimento, foi possível captar uma atmosfera nostálgica quando se

reportava aos áureos tempos em que a estrutura do lugar se baseava em uma relação mais estreita com a terra e com as pessoas. Do mesmo modo, notamos sua frustração quando, ao final, fez menção à decadência do referido comércio. Trata-se, pois, da força inexorável do chamado “progresso”.

Na concepção de Mascarenhas (1991, p. 1)), “a feira-livre consiste em modalidade periódica de comerciantes varejistas” que expõem em estruturas versáteis suas mercadorias, utilizando para isto a via pública, dependendo - portanto - de concessão da municipalidade para temporariamente se apropriar dos logradouros (p. 12). Assim sendo,

o feirante não é proprietário da fração espacial que utiliza, ao contrário do comércio tradicional. Ele apenas adquire, em caráter provisório, o direito de usufruir daquele espaço em dias da semana e horários preestabelecidos pelo poder público, para expor determinados produtos (MACARENHAS, 1991, p. 13).

Amplamente dispersa pela cidade do Rio de Janeiro, a feira-livre vem desempenhando, ao longo do tempo, um importante papel no abastecimento urbano, sobretudo no setor alimentar (verduras, legumes, frutas e pescado). Dos bairros de elite da Zona Sul aos subúrbios da Zona Oeste, essa reunião periódica encontra-se integrada ao cotidiano da vida social carioca. A partir da década de 1970, no entanto, uma nova modalidade de varejo entra em cena: os supermercados. Sua rápida expansão na cidade inaugura um período de forte concorrência com os tradicionais mercados periódicos,

comprometendo seu desempenho e modificando radicalmente sua distribuição espacial (MASCARENHAS, 1991).

Retornando ao relato de Evanir de Souza, podemos constatar que a aura do lugar privilegiava a agricultura, onde a maioria das terras cultiváveis era utilizada por seus proprietários – notadamente pequenos e médios produtores agrícolas – para produzir frutas, verduras e legumes que eram comercializados em grande parte nas feiras livres localizadas em bairros distintos. A atividade agrícola, voltada para esse comércio varejista, possibilitava aos produtores de Ilha de Guaratiba uma espécie de autossustentação, conferindo suporte, durante muitas décadas, a essa atividade no local.

A decadência das feiras livres, iniciada com o advento dos supermercados a partir da década de 1970 (MASCARENHAS, 1991), e agravada pela proliferação das quitandas populares (sacolões) por toda a cidade a partir de 1990 (FERNANDES, 2006; 2010), deixou a maioria dos produtores agrícolas de Ilha de Guaratiba sem mercado consumidor para seus produtos, fazendo com que esta atividade ruísse vertiginosamente no local. Daí em diante, todo o lugar começou a mudar, desde sua paisagem e configuração espacial, até as pessoas e seu modo de viver.

Apesar das transformações decorrentes da crise da pretérita Ilha de Guaratiba – representada pelas antigas atividades econômicas – muitas marcas do passado do lugar ainda resistem. Exemplo disso é o futebol que persiste em acontecer no mesmo dia da semana (segunda-feira), mantendo o mesmo nome de antes (ruim de bola). A diferença é que, hodiernamente, participam deste torneio empresários

e comerciantes do lugar, e não mais agricultores e feirantes, como em outrora. Outra marca do passado é representada por alguns agricultores que até hoje tentam resistir, persistindo com suas tradicionais plantações de verduras e legumes. Outros produtores, no entanto, passaram a produzir plantas ornamentais nas terras antes destinadas à agricultura. Esse foi o caso de Evanir de Souza, que após ter vivenciado a decadência da feira-livre e da agricultura local, tornou-se paisagista por meio da influência de Burle Marx – com quem trabalhou – sendo hoje um dos maiores produtores de plantas ornamentais do Rio de Janeiro, proprietário do Horto Rio Verde (FERNANDES, 2003; 2006; 2009).

A INFLUÊNCIA DE ROBERTO BURLE MARX

Por outro lado, a conversa que tivemos com Evanir de Souza foi relevante, não apenas por nos ajudar a desvendar o geográfico contexto pretérito do lugar relacionado à sua agricultura e à sua relação com as feiras-livres. Evanir, como já foi dito, migrou da agricultura e do referido mercado periódico para o ramo paisagístico e, conseqüentemente, para o comércio de ornamentais, sendo diretamente influenciado pelo paisagista Roberto Burle Marx, com quem trabalhou. Segundo o depoimento de Marlon, 35 anos, tal influência ocorreu como

um efeito cascata, uma vez que seus discípulos diretos, representados por aqueles que com ele trabalhavam, passaram a produzir ornamentais em suas propriedades, a

fim de complementar a produção do Sítio, que não dava mais conta da demanda. Esses antigos aprendizes, em grande parte, são hoje proprietários das maiores chácaras e hortos de Ilha de Guaratiba, influenciando assim produtores, jardineiros e paisagistas que hoje vivem dessa atividade.

Tentando elucidar a maneira como Ilha de Guaratiba e as pessoas do citado lugar têm sofrido a influência do prestigioso paisagista em questão, Marlon, funcionário e guia do Sítio Roberto Burle Marx, assevera que os muitos trabalhos de Burle Marx passaram a demandar uma grande quantidade de ornamentais, da qual seu sítio de produção não dava mais conta. Assim sendo, seus funcionários passaram a dar suporte a essa produção por meio do cultivo de plantas em suas, até então, ociosas propriedades. Segundo o mesmo depoimento, daí em diante, esses novos produtores floristas foram se tornando donos de seu próprio negócio e influenciando muitos a mudarem de ramo e de vida. Mas tudo teria começado, segundo Marlon, a partir de Burle Marx.

Para dar conta da grande quantidade de plantas que demandavam seus muitos jardins, em 1949, o referido paisagista adquiriu o antigo Sítio Santo Antônio da Bica – hoje Sítio Roberto Burle Marx – com mais de 35 mil metros quadrados, localizado aos pés da Serra Geral de Guaratiba, onde passou a produzir, ambientar e colecionar centenas de espécies ornamentais. Devido às muitas amizades que fez e à grande afinidade que possuía com o lugar, além da necessidade de estar mais próximo de seu trabalho, Burle Marx mudou-se em definitivo para Guaratiba em 1973, intensificando assim sua influência sobre o local (CAL S, 1995; SÁ, 2008).

Da mesma forma como a produção de hortifruti-granjeiros substituiu a citricultura após sua crise nos anos 1940/1950, garantindo a aptidão agrícola dos guaratibanos, a floricultura – principalmente após 1990 – vem substituindo as tradicionais roças de Ilha de Guaratiba. Esse fenômeno, no entanto, não seria bem sucedido não fosse o prestígio de Roberto Burle Marx que, nas palavras de Marcelo Paes Costa, 41 anos, representou um marco,

um divisor de águas entre uma segmentação econômica (a agricultura) e outra (o paisagismo). Nesse aspecto, Ilha de Guaratiba foi uma coisa antes de Burle Marx e outra depois dele. Os hortos mais antigos do local começaram a ganhar visibilidade depois que o eminente paisagista começou a difundir Guaratiba pela cidade. Ilha é hoje um grande polo produtor de plantas ornamentais, conhecido até fora do estado, graças a ele.

Como a maioria dos moradores de Ilha de Guaratiba, Marcelo não questiona a importância do eminente paisagista para o lugar. Para Chel, como Marcelo é carinhosamente conhecido, a transição da agricultura para a floricultura e o paisagismo só foi possível devido à mediação de Burle Marx.

Além de ter possibilitado uma alternativa viável de trabalho à comunidade guaratibana, Burle Marx é uma das principais referências da localidade, sendo constantemente lembrado. Exemplo disso é a adoção de seu nome pelo maior colégio do local e a substituição do nome da antiga estrada da Barra de Guaratiba, que passou a se chamar Estrada Roberto Burle Marx. Apesar da indiscutível influência

de Burle Marx sobre o lugar, pessoas que conviveram diretamente com o paisagista, relatam que as influências foram recíprocas:

Trabalhei diretamente com o Burle Marx durante 13 anos (de 1982 a 1994). Na verdade, eu morava na Tijuca e trabalhava no escritório dele em Laranjeiras. Eu frequentava o sítio apenas quando tinha alguma festa, isso em 1982, quando conheci esse lugar e passei a trabalhar aqui. Ele gostava tanto desse lugar que passou a divulgá-lo em todo canto. Por onde ia, falava de Guaratiba. Ele se mudou do Leme pra cá por causa dessa afinidade que possuía com a localidade e principalmente com o sítio, de onde só saía em casos extremos.

Dentre as pessoas que conviveram diretamente com Burle Marx está o paisagista Luiz Alberto, 47 anos. Em seu depoimento, Lula faz questão de salientar sobre a forte relação de afetividade e apego emocional de Burle Marx para com Guaratiba, o lugar que escolheu para trabalhar, morar e viver.

Por ser apaixonado pela natureza e pelo bucolismo de suas paisagens, Burle Marx – que também era pintor – escolheu Ilha de Guaratiba para viver, trabalhar e produzir suas telas, utilizando seu belíssimo cenário como pano de fundo e inspiração. Foi assim que esse eclético artista produziu centenas de pinturas, magnetizado pela beleza cênica do lugar que escolheu como âncora e também para viver suas experiências (SÁ, 2008; TUAN, 1980; 1983).

A despeito de manter a função primeira da terra, a produção de ornamentais está comprometida com uma nova estrutura que se delinea na localidade, relacionada ao mercado imobiliário. Atualmente, sua principal função é o suprimento da demanda

crescente dos condomínios e construtoras que têm no “paisagismo fetiche” uma de suas estratégias para a transformação da terra em mercadoria imobiliária. Em Ilha de Guaratiba, no entanto, esse processo especulativo teve seu marco na década de 1970 através, inicialmente, da aquisição de sítios e terrenos que deram origem às primeiras residências secundárias da localidade.

A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E AS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS

Uma outra abordagem sobre Ilha de Guaratiba nos é passada pelo médico José Humberto Resende, 61 anos, que como muitas outras pessoas, foi alvo da especulação imobiliária fomentada a partir da década de 1970, tornando Ilha de Guaratiba um dos locais mais procurados por aqueles que desejam fugir momentaneamente da agitação metropolitana, como ele mesmo salienta:

Cheguei aqui em Ilha de Guaratiba em 1976, quando adquiri esta residência. Escolhi passar as férias e finais de semana aqui por ser um lugar tranquilo, aconchegante e com a Mata Atlântica ainda muito preservada em relação a outros locais da cidade. Como médico, sempre nutri um desejo por criar um lugar onde pudesse estudar e relaxar, pois em Copacabana, onde moro, isso é impossível. Por isso mesmo, a casa que fiz aqui é permanente. Embora permaneça durante a semana em Copacabana devido ao trabalho, é esse o lugar que escolhi para viver com minha família.

Por meio de seu depoimento, o referido médico explicita os motivos que o levaram a adquirir uma segunda residência em Ilha de Guaratiba. Dentre as razões que interferiram em sua escolha, são

citados os atributos naturais, associado ao bucolismo e a tranquilidade – contrapondo-se à agitação do bairro onde reside permanentemente. Relacionando o fenômeno da aquisição das residências secundárias à análise do processo de urbanização do Rio de Janeiro, não há como desconsiderar a atuação do capital especulativo imobiliário no processo de produção de moradia, sendo este um dos grandes responsáveis pelo espraiamento da malha urbana carioca (ABREU, 2008; RIBEIRO, 1997). Neste contexto, Ribeiro e Coelho (2007) nos apontam para o surgimento das novas formas de morar dirigidas pelo capital imobiliário às classes de maior poder aquisitivo, que por sua amplitude no meio urbano, tem contribuído para a reestruturação espacial e expansão das metrópoles. Como exemplos materializados espacialmente, podemos citar os condomínios residenciais. No entanto, essa lógica relacionada à produção do espaço urbano, muitas vezes, inicia-se a partir do processo de aquisição de residências secundárias pelas classes economicamente privilegiadas, como nos aponta Assis (2003) para um contexto geral e Fernandes (2003; 2006; 2009) para um contexto específico, baseando-se no processo de urbanização de Ilha de Guaratiba.

Em sua pesquisa sobre a expressão espacial do fenômeno da segunda residência, o geógrafo Lenilton Francisco de Assis se preocupa em tentar elucidar as principais causas do evento espacial em pauta, esclarecimento que coincide com o relato esboçado anteriormente por José Humberto. Em sua análise sobre as repercussões espaciais do fenômeno da segunda residência, Assis (2003) salienta que, a partir do processo de metropolização de certas

idades, cada vez mais se fazia necessário que o homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Essa era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias. O espaço urbano, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca de trabalho, agora, apesar de concentrar diversas funções, leva seus moradores a buscar novas áreas que lhes ofereçam as condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza. Assim sendo, devido à proximidade das áreas centrais, as periferias metropolitanas passaram a representar os principais alvos dos especuladores imobiliários que procuram valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços, ofertando-os aos segmentos sociais específicos que dispunham de renda excedente para adquirir uma residência secundária.

Assis (2003) propõe ainda que o fenômeno da segunda residência é um dos responsáveis pelo processo de urbanização da periferia, uma vez que determinado capital migra para as áreas periféricas, materializando-se por meio de imóveis que passam a representar também uma reserva de valor imobiliário. Ao pressupor a disponibilidade de uma renda excedente, a residência secundária deixa de ser apenas uma alternativa de lazer, passando a ser também uma opção de investimento. A partir do momento em que a segunda habitação passa a agregar também um valor de troca, entra em cena o maior responsável pela transformação do espaço periurbano: o especulador imobiliário. Este, por meio de propagandas insidiosas, tem por objetivo a transformação dos atributos naturais e das

amenidades da periferia metropolitana em verdadeiros chamarizes residenciais, como podemos ver abaixo em relação à especulação imobiliária em Ilha de Guaratiba:

Enfim, chegou sua vez de viver no paraíso! Aqui na Terra mesmo. Gambás e preás aos montes atravessam desconfiadas o asfalto. Bois caminham sem pressa, em fila indiana, rumo aos pastos. Saguis em penca fazem macaquices nos galhos das árvores. Garças e patos selvagens, em sua leveza, desenvolvem coreografias cênicas sobre lagos e córregos em voos espetaculares. Assim é a vida por aqui. Parece que o tempo parou. É sem dúvida o novo Recreio! A diferença é que aqui você ainda negocia com caipiras decentes a preços baixos. Mini sítios para você morar junto ao bom e ao melhor, “longe e perto” de áreas caras e saturadas (FERNANDES, 2006, p.42).

Na citação acima, extraída de um folder publicitário (J. Brandão Negócios Imobiliários), o que mais nos chama a atenção é a ênfase conferida aos atributos naturais do lugar, onde o mesmo é vendido como um verdadeiro paraíso perdido em meio à metrópole carioca. Esta propaganda imobiliária do início dos anos 1980 revela a gênese de uma prática muito comum hodiernamente, mas com uma diferença bastante significativa: o romantismo que o citado anúncio nos tenta passar justifica-se pela conjuntura do lugar naquele momento. Na realidade, nesse período, Ilha de Guaratiba não passava de uma localidade caracterizada pelas atividades rurais – pautadas, principalmente, na agricultura, e nos muitos sítios – como o do Dr. Humberto – visitados por seus proprietários nos momentos de lazer. Era o típico fim de semana na roça. Assim sendo, esse tipo de anúncio tinha como público alvo, pessoas interessadas em adquirir uma área

relativamente grande, onde pudessem construir um sítio que, na maioria dos casos, abrigava também uma habitação secundária. No entanto, a partir do início dos anos 1990, novas agências imobiliárias começam a oferecer às camadas privilegiadas economicamente um produto diferenciado em relação ao oferecido por seus precursores. As habitações secundárias, aos poucos, começam a ceder lugar aos condomínios onde a habitação passa a ser permanente.

Retornando à abordagem de Assis (2003), quando o mesmo se debruça sobre o processo de transformação da segunda residência em habitação permanente, o referido geógrafo explica que na última fase deste processo, o perímetro original é absorvido pela expansão metropolitana, formando, agora, uma parte da própria cidade, ao passo que as segundas residências anteriores são metamorfoseadas em residências permanentes. Atualmente, em Ilha de Guaratiba, é cada vez maior o número de pessoas que optam por residir em suas antigas residências secundárias. Além disso, famílias, oriundas, sobretudo, do eixo Recreio-Barra-Zona Sul, têm encontrado no lugar uma qualidade de vida satisfatória, considerando-se suas vantagens locais, como preços relativamente baixos, disponibilidade de terra, atributos da paisagem, ínfimos índices de criminalidade, entre outras. Esses últimos, no entanto, representam uma nova modalidade de residentes: aqueles que optam pelos condomínios horizontais.

Apesar de simbolizar uma nova dinâmica espacial em Ilha de Guaratiba, o fenômeno da produção de moradia – em uma escala de análise mais ampla – revela, como aponta Ribeiro (1997, p.199), a

continuidade do processo de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro:

A partir da segunda metade do século XIX, especialmente depois de 1870, a cidade do Rio de Janeiro sofre importantes transformações urbanas geradas pela ação de um conjunto de capitais que passam a investir sobre o espaço urbano. Entre eles, o que poderíamos chamar de capital imobiliário, aplicado na produção de moradias para aluguel e na compra, parcelamento e venda de lotes de terra anteriormente utilizados para fins agrícolas...

No caso específico de Ilha de Guaratiba, a desarticulação da estrutura rural-agrícola, anterior ao processo de consolidação do lugar como reserva de valor imobiliário, desencadeou um processo de transformação espacial que vem mudando sua feição espacial. Considerando que cada local combina variáveis de tempos diferentes (SANTOS, 1997), no lugar estudado, percebemos a existência de elementos representativos de fases anteriores ao processo de mudança em questão que ainda resistem em meio às inovações. Como exemplos, podemos citar alguns resquícios das atividades rurais do passado e a persistência de muitos sítios que ainda são utilizados como opção de lazer nas férias e nos finais de semana (segunda residência). Uma vez que o processo é a ação contínua que implica tempo, continuidade e mudança (SANTOS, 1992), entendemos que o fenômeno da segunda habitação representou a gênese da metamorfose pela qual Ilha de Guaratiba passa. No bojo das residências secundárias, no início da década de 1990, começaram a surgir os primeiros condomínios residenciais, fruto da crescente valorização imobiliária promovida no lugar.

A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E O ADVENTO DOS CONDOMÍNIOS

As vantagens comparativas do lugar, utilizadas como pano de fundo nas propagandas imobiliárias, foram expostas por Paulo César (42 anos) do seguinte modo:

Na minha visão, o motivo preponderante da valorização imobiliária – responsável pela construção dos condomínios – e da consequente vinda de pessoas para cá, é a natureza e a tranquilidade. No entanto, esses não são os únicos fatores. Associado a isso, está a menor carga tributária (IPTU) em relação ao Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e a bairros da Zona Sul. Além disso, o fator proximidade também pode ser incluído nesse pacote, uma vez que estamos próximos a essas áreas. Embora tenhamos essa característica rural, estamos dentro de uma metrópole, que é a cidade do Rio de Janeiro. Ilha de Guaratiba permitiu às pessoas que para cá vieram, estar em um lugar agradável e pleno de amenidades, pagando um valor bem menor, em comparação à Barra e ao Recreio que é logo ali.

Como residente e profundo conhecedor de seu lugar vivido, Paulo César, ou Paulinho – como é conhecido – sintetiza as características da localidade, que para ele são preponderantes para a valorização imobiliária que culminou com a construção dos atuais condomínios na localidade. Paulino aponta os atributos naturais, a disponibilidade de terras, além da proximidade relativa da área central e de bairros dotados de subcentros comerciais e de serviços como os principais fatores de valorização imobiliária que promoveram, tanto a aludida mobilidade residencial, quanto a consequente gênese dos condomínios que passaram a ser construídos para dar conta desse

novo e crescente público. Mais que isso, o citado morador cita uma carga tributária menor como estímulo para a migração rumo ao oeste.

Criado sobretudo nas áreas novas da metrópole dotadas de amenidades naturais, o condomínio exclusivo horizontal é o resultado de um processo de efetiva valorização fundiária e promoção imobiliária. Constituindo-se no “eldorado” para uma alta classe média oriunda, em parte, das antigas áreas nobres da cidade, os condomínios caracterizam-se por uma auto segregação de grupos sociais que, dispendo de renda, podem residir onde lhe aprouver. E a escolha da nova residência é influenciada pela maciça propaganda em torno das amenidades e do novo estilo de vida (CORRÊA, 1992).

Como fruto da crescente valorização imobiliária na década de 1990, surgiram em Ilha de Guaratiba os primeiros condomínios residenciais. O local, que durante séculos foi pouco explorado, o qual os populares diziam ter parado no tempo em relação a outras localidades do município do Rio de Janeiro, passa então a chamar atenção de um grande número de pessoas em meio a inúmeros problemas metropolitanos. Seus domínios começaram a ser objeto de desejo no que tange a residir em um local pleno de amenidades, proporcionando aos que desejam fugir da metrópole uma qualidade de vida compatível com seus anseios. Nesse sentido, não é demais repetir, os atributos do lugar como montanha, verde, tranquilidade, segurança, entre outros, são então utilizados como chamarizes para aqueles que almejam estar, paradoxalmente, próximo e distante da vida urbana, como o morador Paulo César aponta em seu depoimento.

Enquanto conversávamos com o Paulinho, percebemos que o mesmo não conseguia se dissociar do lugar. Em frases como ‘nós estamos’ e ‘embora tenhamos’, esse guaratibano apaixonado por seu mundo vivido, expressa em meio a uma explícita introjeção, que não há separação entre ele e seu lugar, como preconizam, Buttimer (1982); Lowenthal (1982); Cosgrove (2004) e Tuan (1983).

Como exposto anteriormente, a gênese da corrida em direção ao aludido “paraíso perdido” no interior da metrópole, ocorreu quando vários proprietários de segunda residência passaram a residir permanentemente no local. Esse fenômeno chamou a atenção de alguns especuladores imobiliários, que passaram a explorar os encantos da localidade em suas propagandas publicitárias. Esse tipo de ativismo especulativo persistiu durante a primeira metade da década de 1990, aumentando assim a demanda por imóveis em uma escala onde as antigas propriedades, como os sítios e mini sítios, não davam mais conta. Começaram a surgir então os primeiros condomínios residenciais horizontais, sendo estes construídos em áreas planas do local, sobretudo na planície da maré, por meio de intensos aterramentos de manguezais e canais aluviais.

Desde a instalação dos primeiros condomínios no subespaço particular, denominado genericamente sub bairro (SOUZA, 2004), a valorização imobiliária é crescente. A cada dia, morar no sub bairro fica mais dispendioso e difícil, principalmente nos condomínios que, com raríssimas exceções, representa uma opção apenas para pessoas oriundas de áreas valorizadas como Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e bairros da Zona Sul. Esse fato se

justifica pelo alto valor conferido aos terrenos, sendo acessível apenas a classes privilegiadas economicamente que, em grande parte, residem em áreas valorizadas da cidade.

Por representar uma modalidade de empreendimento que necessita de grande extensão, e sendo erguidos sobre áreas de preservação ambiental, os condomínios residenciais horizontais, além de representar o pilar de uma nova tendência urbano-residencial, figuram como os maiores responsáveis pela reprodução de inúmeros impactos ambientais. Uma vez que a infraestrutura que poderia dar um melhor suporte ao processo de urbanização na área estudada inexistente, a degradação ambiental passa a denotar uma preocupação constante para muitos guaratibanos.

A HODIERNA TENDÊNCIA URBANA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Ao atingir sua meta, trazendo para a localidade muitas famílias oriundas de outros bairros da cidade, as investidas dos promotores imobiliários fomentaram também, no bojo desse fluxo, uma verdadeira metamorfose espacial, considerando que essa mobilidade pressupunha mudanças estruturais para abrigá-la. Assim sendo, aos poucos, a natureza foi cedendo lugar aos empreendimentos imobiliários, estes promovendo uma série de impactos ambientais, um problema rechaçado por vários guaratibanos, como a professora Maria Elena (67 anos) e o paisagista Marlon (35 anos) em seus depoimentos transcritos a seguir:

Quanto maior a população em um lugar, maior a poluição, maior a quantidade de lixo, maior a contaminação dos rios, antes, povoados por lagostas, caranguejos e peixes. Na mata também encontrávamos preguiças, tamanduás, capivaras e outros bichos. Hoje, no entanto, muito dessa riqueza já não existe mais, havendo ainda o risco de perdermos o pouco que sobrou (MARIA ELENA).

O lado ruim de todo esse processo de valorização imobiliária e urbanização, é a ausência de infraestrutura básica. Sem um necessário planejamento urbano, esse crescimento pode representar um risco muito grande para aquilo que o lugar tem de melhor: a sua natureza. A inexistência de esgotamento sanitário tem contaminado os rios e o lençol freático. O desmatamento nas encostas e o aterramento dos manguezais têm sido constantes, contribuindo ainda mais para a degradação ambiental (MARLON).

Mesmo distintos em alguns aspectos, tanto o relato da Maria Elena quanto o do Marlon evidenciam a preocupação desses moradores em relação aos impactos à natureza do lugar, causados pela implementação dos novos empreendimentos imobiliários e pelo incremento populacional. No entanto, enquanto a professora salienta apenas sobre os riscos advindos dos impactos produzidos por esse aumento no número de residentes, o paisagista enfatiza, igualmente, a ausência de um suporte infraestrutural que, se existisse, poderia minimizar os citados impactos ao meio físico-natural, que segundo ele, é o que o lugar tem de melhor.

Pertinente aos sentimentos e sensações dos indivíduos e grupos sociais em relação a uma agressão ao seu mundo vivido, exemplificados pela apreensão demonstrada pelos referidos vivenciadores de Ilha de Guaratiba devido às agressões ao seu meio ambiente comum, podemos deduzir, com base em Tuan (1980), que

os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas humanos. O referido pensador, certamente, baseia-se na visão totalizante, compartilhada também por Corrêa (1992), que inclui o elemento humano em sua conceituação de meio ambiente. Contudo, tanto em meio à introduções, quanto em relação à abordagem da geografia humana que privilegia o homem, incluindo-o em suas investidas, é inegável também que toda ação humana sobre a natureza, (re)produz impactos ambientais (DREW, 2002).

Ampliando a escala de análise em torno da relação entre o crescimento urbano e os impactos causados à natureza, é interessante nos reportar ao emblemático processo de consolidação da metrópole carioca que, comprimida entre o mar e a montanha, ladeada por praias, restingas, baixadas pantanosas e florestas, teve seu crescimento forjado na luta pelo espaço e na superação das distâncias, geradas por esse mesmo crescimento, frente às condições especiais do seu meio físico (GALVÃO, 1992).

Apertado entre a montanha e o mar, o Rio de Janeiro teve nesses elementos naturais, os grandes balizadores da sua expansão(...). O desenvolvimento da tecnologia permitiu que esses obstáculos fossem gradualmente sendo vencidos, possibilitando que a cidade passasse a incorporar, na sua malha construída, espaços que outrora eram considerados impróprios ou improváveis à ocupação urbana (ABREU, 1992, p.54).

Dentre os espaços considerados impróprios ou improváveis ao espraiamento da malha urbana carioca, estavam, além dos maciços e montanhas citadas por Abreu, também os canais aluviais, áreas de

restingas, bem como manguezais e florestas. Todos estes antigos fatores limitantes, no entanto, não representaram empecilho ao crescimento metropolitano. Sendo assim, desde os primeiros séculos de colonização, os aterros contribuíram para a organização do espaço urbano carioca. Com o crescimento da cidade, houve a necessidade de rompimento das elevações com a perfuração de túneis desde 1887 (CARVALHO, 2002). Mais recentemente, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes ganharam expressão em meio ao espraiamento do tecido urbano carioca. Nas últimas décadas, o Rio cresce em direção a planície de Guaratiba (FERNANDES, 2006; LESSA, 2001), em meio ao receio de seus residentes com a consequente deterioração dos biosistemas naturais que caracterizam seu lugar.

As preocupações do Marlon e da Maria Elena, representando a coletividade do referido lugar, se justifica, pois, sendo uma área de baixada com um verde amplo e exuberante, cercada em grande parte pelo Maciço da Pedra Branca (Serra Geral de Guaratiba), Ilha de Guaratiba tem como marcas mais importantes sua belíssima paisagem natural, sendo este o pano de fundo utilizado pelos agentes imobiliários a fim de atrair adeptos de um etilo de vida baseado em um contato mais próximo com a natureza. O lugar é composto basicamente por duas unidades de conservação, quais sejam a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, localizada na planície da maré, e o Parque Estadual da Pedra Branca, do qual as elevações da Serra Geral de Guaratiba também fazem parte (ATLAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO ESTADO DO

RIO DE JANEIRO, 1990). Além disso, segundo o Sindicato Rural e a Prefeitura do Rio de Janeiro, Ilha de Guaratiba representa uma importante área de preservação rural e ambiental. Quem ratifica essa informação, como mencionado, é a própria prefeitura, em meio a um município tido como urbano.

Ampliando ainda mais o referido processo de transformações espaciais, desta vez para uma análise global, o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é, segundo Wirth (1976), um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos. O referido cientista social lembra que a mudança de uma sociedade rural para uma predominantemente urbana, se verificou no espaço de tempo de uma só geração em alguns países centrais. O autor, no entanto, preocupa-se também em traçar a diferença entre urbanismo e urbanização, onde a urbanização refere-se a forma urbana, representada pelas construções, e o urbanismo, ao estilo de vida peculiar das cidades. Muitos outros teóricos também se debruçam sobre a temática envolvendo a distinção entre a cidade e o urbano, uma vez que o senso comum costuma se referir a esses termos como sinônimos.

Por representar uma realidade hiper complexa e por possuir diversas dimensões, o urbano é representado de formas variadas. Nesse sentido, Yázigi (2003), em seu discurso sobre os diversos valores que envolvem o ambiente urbano (valor histórico, valor social, valor econômico, valor afetivo etc.), salienta sobre a relevância do sentimento de pertença na construção de um patrimônio urbano permanente. Segundo Yázigi, sem querença não se pode esperar grande coisa de um aglomerado urbano, cada vez mais convertido em

uma forma moderna de acampamento. O valor afetivo, portanto, representa uma condição indispensável para a construção de um espaço urbano que seja compreendido como patrimônio e como um ambiente topofílico (TUAN, 1980).

Para Corrêa (2000), a necessidade de maior consumo de espaço em decorrência da valorização fundiária responsável pela valorização dos imóveis nas áreas centrais, aponta, ao mesmo tempo, condições bem mais vantajosas nas periferias distantes dotadas de amenidades. Sobre estas circunstâncias, o processo de urbanização de uma porção periférica da cidade do Rio de Janeiro como Ilha de Guaratiba, muito mais que uma mera mudança espacial, representa transformações subjetivas nas quais seus residentes passam a vivenciar um diferente estilo de vida, baseado em novos valores. Nesse sentido:

A urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporada em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos (WIRTH, 1976, p..93).

Para Tuan (1980, p. 260) “o subúrbio é um ideal, pois sugere um estilo de vida perfeito, no qual se combina o melhor da vida rural e urbana sem os seus defeitos”. No enalço desse estilo de vida alternativo, pessoas de classe média têm se deslocado para Ilha de Guaratiba. Consideremos, a seguir, as ideias de outro morador de Ilha de Guaratiba, o sociólogo Kleber de 34 anos, colocando o seu ponto de vista a respeito do lugar:

Vimos para Ilha de Guaratiba em 1982, onde fui criado. Sendo uma família de classe média, morávamos na Tijuca. Na época, minha mãe procurava um lugar mais tranquilo para criar os filhos, por conta da violência e da criminalidade. Havia, portanto, uma preocupação com nossa educação e formação e, igualmente, para que tudo estivesse mais sob controle. Adoramos o lugar. Ao chegar, nos deparamos com todo esse espaço. Nossa qualidade de vida deu um salto considerável. O que mais nos chamou atenção, no entanto, foi o ar interiorano da localidade. O lugar tem essa coisa lúdica da roça. O lugar ainda respira essa atmosfera, não sei por quanto tempo. Esse é o grande atrativo de Ilha de Guaratiba.

O supracitado relato esclarece os motivos pelos quais áreas (sub)urbanas como Ilha de Guaratiba representam um ideal para determinados indivíduos e grupos sociais. Entre as razões que levaram Kleber e sua família a se mudarem de um dos bairros mais tradicionais do Rio de Janeiro para a área periférica em foco, está a busca por um lugar mais tranquilo para viver. Um local onde um novo estilo de vida em contato mais próximo com a natureza e o campo pudesse aflorar sem que fosse necessário se desvencilhar por completo da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se aproximar da fenomenologia e da hermenêutica em algumas de suas pesquisas e conferências, o geógrafo João Rua não comunga com a vertente humanística. No entanto, objetivando elucidar a questão relacionada às múltiplas interações entre o rural e o

urbano, acreditamos ser pertinente sua asserção. Em seu caminho investigativo, o referido pensador (RUA, 2002a; 2002b) enfatiza, tanto a questão das manifestações do urbano no rural, fenômeno por ele denominado urbanidades, quanto a força do rural diante do urbano (ruralidades). Para Rua, as novas ruralidades comandam o atual processo de reestruturação espacial, uma vez que o rural, ao ser incorporado pelo processo geral de urbanização, se integra ao urbano guardando algumas especificidades.

Em suas considerações teóricas acerca das urbanidades e das novas ruralidades, Rua caminha em direção às abordagens que se referem à hibridez dessas novas realidades espaciais (SANTOS, 2002), uma vez que as duas realidades se (con)fundem. Assim sendo o “velho” ou “interno”, representado pela pretérita estrutura rural de Ilha de Guaratiba, ao associar-se ao “novo” ou “externo”, retratado por seu hodierno processo de urbanização (SANTOS, 1997), conferem ao lugar uma gama de novas características, especificidades, particularidades, singularidades, além de um amplo nicho de símbolos recentes e de outrora que se apresentam à nossa interpretação e podem ser igualmente decodificados por meio das experiências vividas pelos guaratibanos em desdobramentos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008. 155 p.

ASSIS, Lenilton Francisco de. *Turismo de Segunda Residência: a Expressão Espacial do Fenômeno e as Possibilidades de Análise*

Geográfica. *Revista Território*, Rio de Janeiro: set/out, 2003. p. 107-122.

ATLAS das unidades de conservação da natureza do estado do Rio de Janeiro, 1990. Paginação irregular.

BARCELLOS, Frederico Roza. Espaço e Lugar: O olhar geográfico Machadiano sobre o Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX. Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 82 f.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.

CALS, Soraia. *Roberto Burle Marx: uma Fotobiografia*. Rio de Janeiro: Bolsa de Arte, 1995. Paginação irregular.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira de. *Rio de Janeiro : Uma cidade conectada por túneis – panorama até o final dos anos sessenta*. 2002. Monografia (Especialização em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. Paginação irregular.

CLAVAL, Paul. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Meio Ambiente e a Metrópole. In: ABREU, Maurício de Almeida. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 27-36.

_____. *O Espaço Urbano*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000. 94 p.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato;

ROSENDAHL, Zeny (Org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

DREW, David. Processos Interativos Homem-Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 224 p.

FERNANDES, Marcio Luis. Ilha de Guaratiba: De Espaço a Lugar. Monografia de final de curso de licenciatura em geografia. Rio de Janeiro: MSB, 2003. 44 p.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a valoração do “Lugar.” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de geografia, UERJ, 2006. 56 p.

_____. Por uma Necessária Mudança de Valores: uma proposta para a produção de um espaço (urbano) que privilegie o uso e não a troca. Anais do II simpósio nacional o rural e o urbano no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Não paginado.

_____. Decodificando Geografias Pretéritas e Hodiernas de Ilha de Guaratiba. Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. 99 f.

_____. O Caráter Identitário da Toponímia. Anais do terceiro congresso internacional do núcleo de estudo das Américas. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Não paginado.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício de Almeida. Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 13-26.

GERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 213 p.

LESSA, Carlos. O Rio de Todos os Brasis: Uma Reflexão em Busca de Auto-Estima. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478 p.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e Imaginação: Em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRITOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

MASCARENHAS, Gilmar. O Lugar da Feira-Livre na grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989). Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. 220 p.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – uma introdução à geografia humanística. Dissertação de mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. 300 p.

_____. Dos Espaços da Escuridão aos Lugares de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como e documento para a construção de conceitos geográficos. Tese de Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Paginação irregular.
Perfil de Guaratiba.XXVI Região administrativa (GUARATIBA): Setor de Coletas de Dados e Informações, 2005. Paginação incorreta.

PINTO, Rivadávia. Guaratiba: Um Orgulho de 407 Anos. Artigo in NOPH, 1986. Sem paginação.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. 352 p.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; COELHO, Maria do Socorro Alves. A importância do fenômeno da segunda habitação e suas implicações com a atividade de lazer-veraneio: o exemplo do Estado do Rio de Janeiro. CD-ROM da ANPEGE, 2007. Sem paginação.

RUA, João. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio

José; RIBEIRO, Marta Foepfel (Org). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 27-42.

RUA, João. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foepfel (Org). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Infobook, 2002b. p. 43-69.

SÁ, Fátima. Burle Marx Não Morreu. Revista O Globo. Ano 5. N°227. Rio de Janeiro: 30 de novembro de 2008. Paginação irregular.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992. 88 p.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 117 p.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

_____. Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 556 p.

TUAN, Yu Fu. Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980. 288 p.

_____. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 90-113.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio Ambiental Urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 253-265.

5 TOPONÍMIA E IDENTIDADE: A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA DE “SEU ILHA” (DE GUARATIBA)

Este capítulo é representado por um texto produzido no primeiro ano do meu doutorado em geografia. Sob o título “O Caráter Identitário da Toponímia”, o presente artigo foi apresentado e publicado nos anais do 3º Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas – evento ocorrido em 2012 nas dependências da UERJ.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Conferir nome aos lugares possui um forte significado, uma vez que essas denominações estabelecem conexões entre o lugar em tempos pretéritos e hodiernamente. Assim sendo, a toponímia revela posse, memória, simbolismo, querência, adesão, resistência e intimidade com o lugar nomeado (MELLO, 2007). Neste campo, Corrêa (2003, p. 176) sublinha: “a toponímia constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo, sendo um poderoso elemento identitário”. Nesse sentido, os nomes dos logradouros ou bairros conferem a esses lugares uma forte identidade, sendo resultado de vivências, embates, utopias e valores, em meio a amigos, parentes, estranhos, conhecidos e sentimentos, compondo um todo de introjeções, estranhamentos, aderências e pertencimentos (MELLO, 2000). Empregando os fundamentos metodológicos da geografia humanística, quais sejam as filosofias do significado, o presente texto tem por objetivo decodificar a

toponímia e seu caráter identitário, utilizando – para isso – o topônimo “Ilha de Guaratiba” como objeto investigativo.

O CARÁTER IDENTITÁRIO DA TOPONÍMIA

Para Lessa (2001), a toponímia é o primeiro e o mais fiel registro dos lugares. Segundo o autor, a fidelidade das pessoas aos nomes é tanta que aderem aos lugares. Segundo Lessa (2001, p. 58):

Os nomes têm muito maior longevidade que as configurações materiais dos lugares. Um exemplo são os nomes que resistem, ainda que seus lugares originais não mais existam: guardam um inequívoco caráter simbólico. A Praça XI, que continua sendo evocada no samba do Rio; o Castelo é o lugar de um morro que já foi demolido; a Rua do Ouvidor, o que quase ninguém mais sabe quem foi, e dúvidas existem inclusive sobre qual ouvidor teria sido. Outros lugares se modificam eufonicamente: assim, a Batalha de Cerro-Corá, da Guerra do Paraguai, deu origem à favela Serra Coral. A Praça do Asseca virou Praça Seca; o sítio do Willian tornou-se Ilha (de Guaratiba) etc.

Mostrando-se um profundo conhecedor dos lugares de sua cidade e dos contextos que originaram seus nomes, Lessa aponta para a direção que enfocamos, uma vez que as toponímias são por ele abordadas como um verdadeiro mosaico que unem elementos contemporâneos e de outrora. Foi na busca do entendimento sobre o sentido e o significado dos nomes dos diferentes lugares da Cidade do Rio de Janeiro que o autor descobriu ter sido “um tal Willian, dono de

um sítio em Guaratiba, o responsável pela origem do nome do lugar chamado ‘Ilha’” (LESSA, 2001, p. 427).

Como a maioria das pessoas que se debruça sobre Ilha de Guaratiba, para chegar às origens do nome do referido lugar, Lessa se baseou nos escritos do historiador Rivadávia Pinto, segundo o qual, o topônimo “Ilha” teria se originado por corruptela do nome do inglês Willian que, vindo em meio à escolta inglesa que protegia a Família Real Portuguesa em seu traslado para a antiga Terra de Santa Cruz, em 1808, se apossou e passou a residir nas terras da área alvo de nossa investigação. Como os nativos não se esmeravam em pronunciar corretamente o seu nome, passaram a chamá-lo de “Wilha”, seu “Ilha de Guaratiba” e, por fim, “Ilha de Guaratiba” – em alusão ao inglês Willian – antigo proprietário das terras da localidade (LESSA, 2001). Já o topônimo “Guaratiba”, bem mais antigo, derivou-se do grande número de aves pernaltas que povoavam o local – os guarás. Como o vocábulo “tiba”, em Tupi-Guarani, significa abundância, Guaratiba, etimologicamente, significa “abundância de guarás” (PINTO, 1986). Nestes termos, o topônimo Ilha de Guaratiba resulta da corruptela de um nome próprio britânico e de um vocábulo indígena (FERNANDES, 2006).

Apesar de possuir ampla aceitação, a referida versão, advinda de corruptela, alguns guaratibanos possuem outras teorias que tentam elucidar o porquê de um lugar não cercado por água se chamar Ilha. Entre esses moradores, estão o empresário Evanir de Souza e o paisagista Luís Alberto, dos quais repassamos, inicialmente, o parecer do primeiro:

Até a década de 1960, nossa localidade era completamente isolada do restante da cidade. Acredito que a própria localização geográfica do lugar tenha contribuído para seu histórico isolamento. Como estamos do outro lado do maciço, cercados de morros por todos os lados, acabamos por ficar ilhados do mundo a nossa volta. Percebíamos o nosso isolamento principalmente por causa do jornal que aqui chegava dois ou três dias depois de sua edição. Na verdade, isso aqui era uma espécie de ilha sim, só que cercada pela montanha que contorna o local. Até hoje as pessoas que vêm aqui na chácara perguntam ao sair: como eu faço para ir pro Rio? Para elas, nosso lugar está fora dos limites da cidade. Ou seja, de certa forma, ainda estamos “ilhados”. Ainda somos uma “ilha” pois destoamos do restante da metrópole (EVANIR DE SOUZA).

Apesar de não contestar a versão oficial da toponímia local em seu depoimento, Evanir de Souza pontua que o lugar poderia ser considerado uma “ilha” cercada pela Serra Geral de Guaratiba que, se derramando sobre o mar, seguindo por escarpas, montanhas e grotões florestados, contorna o lugar, fazendo do mesmo uma espécie de “ilha”, cercada pelas elevações pertencentes ao Maciço da Pedra Branca a leste, ao sul e ao norte, e pelo mangue a oeste. Esse isolamento natural, ao longo dos séculos, dificultou o acesso a esta área, separando-a parcialmente do restante do município, fazendo com que suas principais especificidades naturais fossem preservadas.

Ainda sobre o topônimo “Ilha”, outro residente do local nos propõe a seguinte suposição:

Acho muito bonita a história do Willian, que – segundo a tradição – deu nome ao lugar. Mas onde estão os descendentes desse tal inglês? Se esse tal Willian tivesse mesmo existido, creio que boa parte das terras da localidade pertenceriam a seus parentes. Pra mim, quando essa história do Willian surgiu, o lugar já se chamava Ilha. Há indícios históricos que os principais rios do local (Piracão e Portinho)

eram navegáveis até o século XIX, antes da construção da Avenida das Américas (antiga Rio-Santos). Nessa época, quando a maré subia, o lugar ficava ilhado, uma vez que – com exceção da planície da maré – é todo cercado por elevações. No meu entendimento, o topônimo Ilha provém da inundação periódica que o lugar sofria no passado por ocasião da subida da maré (LUÍS ALBERTO).

Ao contrário de Evanir de Souza, Luís Alberto (47 anos) contesta a versão toponímica oficial baseada na história do Willian. Para o referido paisagista, o topônimo “Ilha” estaria atrelado às inundações periódicas de parte da Baixada de Guaratiba, em função da subida das águas nos períodos de maré alta. Luís Alberto baseia sua teoria nos registros históricos que asseguram a ocorrência de inundações regulares nas áreas próximas aos rios de canal da Planície da Maré de Guaratiba (CASTRO, 2002; PINTO, 1986) e nos estudos arqueológicos (KNEIP, 1987) e biológicos (ARAÚJO, 1987; MENEZES, 2005) da Baixada de Guaratiba. Ainda no tocante ao lugar e sua denominação, vejamos o que pensam os guaratibanos Márcia (45 anos) e José Humberto:

Eu sempre me orgulhei muito de morar em Ilha de Guaratiba. Quando perguntavam onde morava, enchia a boca pra responder: moro em Ilha de Guaratiba. Quando dava meu endereço, citando Ilha de Guaratiba como meu bairro, as pessoas me perguntavam: Guaratiba? Eu respondia: não. Não moro em Guaratiba. Eu moro em Ilha de Guaratiba. É claro que as pessoas não entendiam a diferença, mas era a maneira que eu encontrava de protestar contra aqueles que – por desconhecerem essa parte da cidade – generalizavam, homogeneizando um lugar que é diferente das demais localidades de Guaratiba (MÁRCIA DUARTE).

O símbolo mais forte de Ilha de Guaratiba é o seu isolamento que a distinguiu dos demais bairros de Guaratiba. Ilha de Guaratiba é específica porque foi esquecida. As pessoas, ou se deslocavam para a praia (Barra de Guaratiba), ou para o

centro gastronômico (Pedra de Guaratiba). Ninguém se deslocava para Ilha de Guaratiba, que se tornou reduto apenas dos antigos agricultores (JOSÉ HUMBERTO RESENDE).

A força do topônimo “Ilha” pode ser detectada nos supramencionados relatos, onde os guaratibanos em tela fazem questão de distingui-lo de Guaratiba como um todo. Nessa trilha, nota-se uma forte identificação para com o lugar e sua denominação, como salientam Márcia Duarte e José Humberto Resende.

Por não ser considerado oficialmente um bairro, Ilha de Guaratiba – sub-bairro de Guaratiba – é frequentemente ignoto, sendo com isso inserto no bairro ao qual compõe. No entanto, os insiders, desbravadores e profundos conhecedores de seu universo vivido, sentem-se ofendidos quando seu lugar é acoplado a outro (espaço), com o qual não se identificam. Esse é o caso da Márcia e de vários outros guaratibanos que fazem questão de salientar que o seu lugar se denomina Ilha de Guaratiba.

Mesmo proprietários de segunda habitação, como é o caso do médico José Humberto Resende, fazem questão de frisar as distinções entre os diferentes subespaços de Guaratiba, tanto para que se evite a confusão entre eles, quanto para que os diferenciais e as especificidades de Ilha de Guaratiba sejam reverenciados.

Guaratiba é representada pela região administrativa do mesmo nome, sendo composta por três bairros: Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Guaratiba, este último, o mais extenso bairro do município do Rio de Janeiro. Apesar da amplitude dessa área, constatamos em

pesquisas de campo anteriores que é em Ilha de Guaratiba – sub-bairro de Guaratiba e alvo de nossa investigação – que os elementos aqui citados, concernentes à toponímia local, estão fortemente caracterizados, fornecendo à localidade uma forte identidade.

Os residentes da Barra de Guaratiba, por exemplo, se orgulham de ser chamados de “barreiros”. Nas demais localidades de Guaratiba, não há uma denominação específica para os residentes. Apenas os moradores de Ilha de Guaratiba são chamados e (re)conhecidos como guaratibanos. O guará, outro exemplo, não é evocado como símbolo em Guaratiba como um todo, mas em Ilha de Guaratiba, a ave simboliza um retorno ao seu passado e uma veneração à sua natureza.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1210 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996. 255 p.

ARAÚJO, Dorothy Sue Dunn de. A Vegetação da baixada de Guaratiba-Sepetiba. In: KNEIP, Maria Lina et al. *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba-Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ; Niterói: EDUFF, 1987. p. 47-72.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.

CASTRO, Augusto César de. *Guaratiba: Ontem e Hoje*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Curso de Licenciatura em História, FEUC, Rio de Janeiro, 2002. Paginação irregular.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

ELIADE, Mircea. *La Nostalgie des Origines*. Folio-Essais. Galimard: Paris, 1971. Não paginado.

FERNANDES, Marcio Luis. A Valorização do “Espaço” produzindo a valoração do “Lugar:” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de geografia, UERJ, 2006. 56 p.

_____. Decodificando Geografias Pretéritas e Hodiernas de Ilha de Guaratiba. Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. 99p.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 366 p.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 309 p.

KNEIP, Maria Lina et AL (Org). *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba-Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ; Niterói: EDUFF, 1987. 257 p.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: Uma Reflexão em Busca de Auto-Estima*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478 p.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e Imaginação: Em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRITOFFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – uma introdução à geografia humanística. Dissertação de mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. 300 p.

_____. Dos Espaços da Escuridão aos Lugares de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como e documento para a construção de conceitos geográficos. Tese de Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Paginação irregular.

_____. No Pulsar da Cidade Maravilhosa de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: IX SOLAR – Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre America Latina y El Caribe – Fragmentação e integração no espaço urbano: Rio de Janeiro, 2004. Sem paginação.

_____. Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na Obra de Anne Buttimer. In: Espaço e Cultura (19-20). Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 33-40.

_____. Os tambores e as Flechas de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: Revista Imaginário e Arte - N°15 - São Paulo:USP, 2007. p. 37-67.

MENEZES, Luiz Fernando et al (Org). História Natural da Marambaia. Rio de Janeiro: EDUR, 2005. Paginação irregular.

PALMER, Richard E. Hermenêutica. Edições 70. São Paulo: Martins Fontes, 1970. 284 p.

PINTO, Rivadávia. Guaratiba: Um Orgulho de 407 Anos. Artigo in NOPH, 1986.

7 UMA ILHA DE SIMBÓLICAS GEOGRAFIAS

Este artigo foi publicado originalmente em 2014 na Revista Perspectiva Geográfica – periódico da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – sob o título “Descortinando o universo simbólico de um lugar”.

PRIMEIRAS PALAVRAS

O lugar – por possuir identidade, carga, caráter e fervor simbólicos – é repleto de simbolismo, estabelecido por elementos que evocam inúmeros significados ao chão experienciado. O próprio lugar representa um símbolo de afetividade, satisfação, felicidade e conagração. O caráter simbólico dos lugares estabelece conexões, decodificando o seu passado e o conectando ao presente. Considerando a premissa de que os lugares e os símbolos adquirem profundo significado através dos laços emocionais tecidos ao longo do tempo, conciliar, entender e decodificar as geografias simbólicas dos lugares são tarefas a serem empreendidas por nós no presente texto. Objetivando debater as mencionadas lucubrações teórico-metodológicas relacionadas ao universo simbólico das pessoas e dos lugares, utilizaremos as experiências vividas e compartilhadas pelos moradores de Ilha de Guaratiba à guisa de exemplificação. Afinal, quem melhor que os guaratibanos podem discorrer sobre as geografias simbólicas de seu universo vivido?

A análise dos espaços e lugares por meio de pesquisas qualitativas engloba dimensões concernentes aos significados, às

questões existenciais e mesmo às metamorfoses simbólicas e sentimentais dos seus vivenciadores, registrando o seu modo de ser e sentir o seu mundo (FERNANDES, 2014).

Os lugares são repletos de símbolos, sendo este preceito defendido pelos geógrafos do horizonte humanista. Nestas condições, o citado campo investigativo tem como uma de suas tarefas conciliar, entender e decodificar o conteúdo simbólico dos lugares, uma vez que, o indivíduo não é distinto de seu lugar, como defende Relph (1976) e cada pessoa possui uma geografia particular e pessoal (LOWENTHAL, 1982; COSGROVE, 2004), faz-se necessário uma abordagem fenomenológica que privilegie o indivíduo em seu mundo vivido.

O objetivo do presente texto é reafirmar a importância simbólica do lugar, bem como a teia de significados que o envolve. Nesta abordagem fenomenológica, onde os indivíduos não se distinguem de seu universo vivido, daremos voz aos moradores de Ilha de Guaratiba a fim de alcançar um melhor entendimento de seu lugar-símbolo e de suas geografias simbólicas. Nesta direção, aplicaremos as lucubrações teóricas abaixo almejando descortinar “uma Ilha de símbolos”.

LUGAR E SIMBOLISMO

Um símbolo tem o poder de sugerir um todo, transcende sua condição como tal e, como parte integrante, se confunde com o lugar no qual se encontra. Neste particular, a carga simbólica de um templo

ou de um estádio pode ser bem mais ampla, expressiva que a sua destinação original. Na verdade, a cruz simboliza a cristandade, a coroa a monarquia (TUAN, 2012) assim como o portal de Brandemburgo representa um dos símbolos máximos da nação alemã (FREITAS, 1999). O simbolismo, entendido como emblema ou interpretação do significado de determinado elemento simbólico (símbolo), manifesta-se nas últimas décadas como um conceito sumamente importante para as pesquisas humanistas e culturais – estudos estes relacionados à compreensão da dimensão subjetiva do lugar (MELLO, 2000, 2003; TUAN, 2012). Segundo Cosgrove (2004):

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não humanizadas paisagens do meio ambiente natural. Estas últimas são, frequentemente, símbolos poderosos em si mesmos (COSGROVE, 2004, p.108).

Para compreender as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem, necessitamos de um conhecimento da linguagem empregada: os símbolos e seu significado nessa cultura. Para o autor, apesar da ligação ser muito tênue entre o símbolo e o que ele representa, todas as paisagens são simbólicas. Ao salientar que os cenários humanos são carregados de simbolismo, Cosgrove focaliza a natureza e a paisagem natural como símbolos poderosos em si mesmos, partindo do pressuposto de que qualquer intervenção

humana na natureza envolve sua transformação em cultura. Apesar dessa transformação não estar sempre visível, especialmente para um estrangeiro, o objeto natural torna-se objeto cultural quando lhe é atribuído um significado simbólico (COSGROVE, 2004). Observemos agora as palavras de Tuan (2012):

Dos múltiplos e variados motivos para mudar-se para o subúrbio, a busca de um meio ambiente saudável e de um estilo de vida informal estão entre os mais antigos. Temos repetidamente observado como o sentimento pela natureza e vida rural é encorajado pelas pressões da vida urbana. O meio ambiente da cidade é ao mesmo tempo sedutor e irritante, bonito e desagradável. Os ricos sempre puderam escapar disso saindo para descansar em suas casas de campo. No mundo ocidental o sentimento pela natureza culminou com o movimento romântico dos séculos XVIII e XIX (...). A cidade simbolizava corrupção (...). O campo simbolizava a vida: a vida revelada nos frutos da terra, nas coisas verdes que crescem, na água pura e no ar limpo, na saudável família humana (TUAN, 2012, p. 324-325).

A simbologia não se restringe aos centros de bem querência, afetividade, despojamento ou experiência, pois espaços vastos, estranhos e distantes configuram-se como símbolos de rejeição (MELLO, 2003; TUAN, 2012). Entendendo o simbolismo como o marco de uma ideia – tanto negativa quanto positiva – de um determinado elemento simbólico, Tuan (2012) propõe um contraponto entre a cidade e o campo, sugerindo que a partir da revolução industrial, a cidade – aos poucos – deixa de simbolizar um ideal de vida, cedendo ao campo essa condição, por meio de um retorno ao sentimento pela natureza. Segundo Tuan, ao adquirir alguns dos valores do campo, o subúrbio – entendido como fronteira da expansão

metropolitana – passa a representar um ideal, pois sugere um estilo de vida perfeito, no qual se combina o melhor da vida rural e urbana sem os seus defeitos (TUAN, 2012). Nesse sentido, seja para o contexto americano acima ou no âmbito dos subúrbios brasileiros, notadamente carioca, as periferias metropolitanas passam a representar para seus residentes um símbolo de bem querência (CORRÊA, 2000; FERNANDES, 2006; SOUZA, 2005).

Ainda no tocante ao universo simbólico, consideremos as lucubrações da geógrafa Doreen Massey (2008):

E, assim, existe “lugar”. No contexto de um mundo que é, certamente, cada vez mais interconectado, a noção de lugar (geralmente citado como “lugar local”) adquiriu uma ressonância totêmica. Seu valor simbólico é, incessantemente, mobilizado em argumentos políticos. Para alguns, é a esfera do cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado, vital como ponto de apoio, enquanto “o global” tece suas teias, cada vez mais poderosas e alienantes. Para outros, “um refúgio no lugar” representa a proteção de pontes levadiças e a construção de muralhas contra as novas invasões. Lugar, através dessa leitura, é o local da negação.

Em uma tentativa de traduzir o valor simbólico do lugar, Doreen Massey (2008, p.24-25) discorre sobre sua ampla gama de significados. Em sua perspectiva, o lugar simboliza – dentre outras coisas – a esfera do cotidiano, a fonte geográfica de significado, vital ponto de apoio, além de representar refúgio e proteção contra as poderosas e alienantes teias do global. Defendendo um novo estímulo da espacialidade, a autora aponta a natureza e a paisagem natural

como fundamentos simbólicos para o reconhecimento do lugar (MASSEY, 2008).

Adentrando neste universo de significados e valores, Joel Bonnemaison (2002, p.109-111) sublinha:

Um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (...). Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações.

O geossímbolo – conceito trabalhado por Joel Bonnemaison (2002, p.109-111) – pode ser compreendido como um lugar-símbolo, carregado de afetividade e significações. Dentre as premissas defendidas pelos geógrafos humanistas estão às relacionadas ao conteúdo simbólico dos lugares (COSTA, 2008) e ao mosaico de símbolos que residem no mesmo (MELLO, 2003, 2008). Nesse sentido:

O caráter simbólico dos lugares revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos do real, enfatizando as relações entre o simbólico e o lugar. Estas relações são mediatizadas pelos símbolos que podem ser uma realidade material e que se une a uma ideia, um valor, um sentimento. Entendemos, portanto, que as mediações simbólicas permeiam as atitudes pessoais em relação aos lugares (COSTA, 2008, p 149).

Em seu discurso sobre a questão do patrimônio cultural enquanto um conjunto de símbolos que remete à memória do lugar,

Costa (2008) alude que “o simbólico dos lugares nos conduz ao conceito de paisagem vernacular onde tal caráter explicita-se no conjunto de representações, tanto das paisagens antigas, quanto das atuais, expressas através dos saberes e fazeres do homem” (p.151). Para o autor, certos elementos de ordem natural ou cultural, quando associados às relações cotidianas dos indivíduos ou grupos sociais, podem definir um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. Nestas circunstâncias, as relações cotidianas e o consequente entendimento acerca dos lugares e de seus símbolos, podem fazer com que um espaço torne-se lugar, uma vez recortado afetivamente. “Nesse contexto, o lugar passa a ter seu interesse ampliado como referência da identidade e ao mesmo tempo adquire um valor simbólico” (COSTA, 2008, p. 155).

Considerando o universo simbólico dos lugares, conciliar, entender e decodificar os símbolos pretéritos e hodiernos de Ilha de Guaratiba são tarefas a serem empreendidas nas próximas páginas, a começar pelo valor simbólico de sua natureza exuberante

O SIMBOLISMO DOS ELEMENTOS NATURAIS

Descortinemos, a seguir, um outro discurso concernente ao conteúdo simbólico de Ilha de Guaratiba:

Nossos elementos naturais possuem um simbolismo muito grande. Aqui na Ilha, quando olhamos a nossa volta, nos deparamos com o verde e a montanha que nos proporcionam uma paisagem exuberante. Como um dos símbolos do lugar eu elegeria a Serra da Grota Funda. Eu

acho perfeito o entrelaçamento entre o verde e a montanha. Fico do meu quintal apreciando aquela linda montanha verde. Para mim, esse é o nosso maior símbolo. O guará é outro símbolo do lugar. A ave representa nossa natureza exuberante. Quando se fala em símbolos de um lugar como a Ilha, não há como deixar de considerar a origem de seu topônimo. O nome Guaratiba provém dos muitos guarás que povoavam o local. Registros científicos da avifauna comprovam que até a década de 1980 havia um casal remanescente de guarás na localidade. Essas aves teriam sido abatidas por um pesquisador que precisava registrar a ocorrência da espécie no local. Esse fato gerou uma grande polêmica, mas comprovou cientificamente que os guarás eram originários de Guaratiba. Os fósseis dessas aves abatidas, inclusive, encontram-se expostas no museu nacional como os últimos guarás de Guaratiba. Considero o guará o símbolo de Ilha de Guaratiba por estar vinculado ao nome do lugar e associado à sua natureza (Marcelo – professor universitário – 34 anos).

O depoimento acima alude aos símbolos mais emblemáticos do lugar no entendimento de um de seus moradores. Para Marcelo – o guará, o verde, a montanha e o cenário produzido pelo entrelaçamento dos elementos mais visíveis das paisagens são as marcas que melhor representam o lugar.

Apesar da notória veneração atual ao ambiente bucólico, notabilizada pelas palavras do residente entrevistado, em pesquisas anteriores (FERNANDES, 2003; 2006; 2010), o que hoje representa um símbolo ostentatório, constituía-se uma expressão de desagrado, uma vez que remetia o lugar a uma condição de atraso em relação aos bairros urbanizados da cidade. Na tentativa de elucidar os motivos pelos quais um determinado artefato ou lugar acresce ou decresce valor às suas características, Mello (2003) preconiza que um símbolo perde ou recebe tal condição dependendo da escuridão ou da claridade atribuída no transcurso do tempo. Assim sendo, à medida

que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo, pode mudar, igualmente, sua atitude para com o meio ambiente, podendo inclusive inverter uma anterior rejeição, por uma verdadeira veneração à natureza (TUAN, 2012).

As primeiras evocações humanas em relação à natureza nos remetem ao medo e aversão a um ambiente hostil, onde a vulnerabilidade antrópica era patente ante um habitat selvagem no qual o homem demonstrava notória inaptidão para viver (PARK, 1976; TUAN, 2005).

As primeiras cidades e/ou assentamentos humanos como Jericó (na Palestina) e Ur na antiga Mesopotâmia (atual Iraque) surgiram milênios antes de Cristo, sendo protegidas dos exércitos inimigos e dos muitos perigos da natureza por grandiosas muralhas (SOUZA, 2005). Foi preciso o surgimento das grandes cidades da época Alexandrina para que se produzisse uma forte reação favorável à rusticidade dos ambientes naturais. Quando uma sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza. Esse tipo de sentimento surgiu apenas após a construção das grandes cidades, quando as pressões da vida urbana tornaram atrativa a paz rural e a apreciação romântica da natureza (TUAN, 2012). Assim sendo, a natureza que outrora era símbolo de ambiente tofóbico (TUAN, 2005), hodiernamente representa atributo indispensável para a valorização das áreas próximas aos grandes centros urbanos, sendo também condição para a expansão metropolitana. Nesse sentido, o tripé de amenidades, ou apenas um de seus itens – mar-verde-

montanha – nos nossos dias constitui elemento de valorização das áreas periféricas das grandes cidades (ABREU, 2008; ASSIS, 2003; CORRÊA, 2000; MELLO, 2007).

Em relação ao verde, Ilha de Guaratiba é privilegiada. No lugar encontram-se importantes áreas de preservação ambiental com significativos trechos de mata atlântica (FERNANDES, 2009). A exuberância do verde que predomina na planície, aliado a serra florestada, confere ao lugar uma paisagem de “indescritível beleza”, como bem salientou Magalhães Corrêa em suas andanças pelo sertão carioca de então (CORRÊA, 1936, P.192). A descrição do citado pesquisador que remonta à década de 1930, ainda hoje é ratificada por guaratibanos que também mencionam estes elementos e a paisagem que proporciona, como os mais relevantes símbolos de seu lugar vivido.

Por ser um referencial que está diante de nossos olhos, a paisagem torna-se elemento essencial para entendermos a(s) geografia(s) do(s) lugar(es) por meio do vislumbre de sua feição. Mais que isso, a paisagem natural, há décadas é valorizada pelos agentes imobiliários, sendo utilizada como uma espécie de chamariz pelos especuladores de imóveis (ABREU, 2008; ASSIS, 2003; CORRÊA, 2000; MELLO; 2007). Além disso, a natureza e sua paisagem bucólica também representam um forte valor simbólico para os indivíduos e grupos sociais, possuindo, nesse ínterim, uma forte influência, tanto na construção de identidade, quanto na formação do lugar (COSTA, 2008; MASSEY, 2008).

DESCORTINANDO SÍMBOLOS PRETÉRITOS E HODIERNOS DE ILHA DE GUARATIBA

Uma tendência humana comum reside na inclinação de ancorarmos o nicho de aderências, pertencimentos e sentimentos por nosso lugar a determinadas paisagens, experiências e símbolos do passado (MELLO, 1991; 2000; 2003; 2008; TUAN, 1982; 2012; 2013). Nesta trilha, consideremos as palavras a seguir:

Sinto saudade da vida rural que vem se desfazendo à medida que o lugar vem sendo invadido por essa urbanização desenfreada. Tenho saudade dos laranjais. Nos meus tempos de criança, era uma grande aventura “roubar” laranja na roça do Sr. Valdir. Daqui de casa eu avistava os pés de laranja lotados e não resistia. As brincadeiras dessa época: brincadeiras de roda, bandeirinha, queimado, etc. aproximavam mais as pessoas. Hoje, os jogos digitais e a internet representam a norma, aumentando o individualismo e o distanciamento entre as crianças e entre as pessoas de um modo geral. Uma atmosfera rural nos envolvia. Essas características sempre marcaram o nosso lugar e estão se perdendo com o tempo. A proximidade entre as pessoas era bem maior. Eram poucas famílias e conhecíamos todos os moradores pelo nome. Que saudade dessa época (Dalva – dona de casa – 66 anos).

Em seu depoimento carregado de nostalgia e orgulho, a moradora Dalva relata alguns acontecimentos, experiências, características e símbolos pretéritos que permanecem vivos, pulsantes e sempre presentes em sua memória. Os símbolos imateriais de Ilha de Guaratiba que exaltam a beleza da vida campestre do lugar em tempos memoráveis, por pulsarem vivos na memória de alguns saudosistas que os vivenciaram plenamente, são relatados com um patente sentimento de pesar. Certamente, Dona Dalva gostaria que

essas características simbólicas do lugar não se perdessem na voragem do tempo. A expressão melancólica, relatada em seu depoimento, quando se refere ao bucolismo, cordialidade, proximidade, amizade e às demais características diretamente ligadas às relações interpessoais estreitas – atreladas à conjuntura pretérita de seu lugar vivido – demonstra, por si só, a relevância desse nicho de bens simbólicos imateriais.

Tanto os lugares quanto os símbolos, podem até ser forjados em meio a experiências imediatas. No entanto, faz-se necessário um determinado intervalo de tempo para que um dado objeto ou espaço capte nossa atenção, ascendendo ao patamar de símbolo ou lugar (MELLO, 1991, 2003). Ao salientar que o lugar é um reservatório de lembranças e sonhos, Tuan (2013, p. 227) frisa também que “a sensação de tempo afeta a sensação de lugar”. Vejamos um trecho dessa asserção, que aponta para a relevância do passado como pilar da identidade individual e coletiva e fonte de significação e simbolismo:

O que pode significar o passado para nós? As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade. Eu sou mais do que aquilo definido pelo presente fugaz. Eu sou mais do que alguém que neste momento luta para expressar o pensamento em palavras: Eu também sou um escritor cujo livro foi publicado, e aqui está o livro, encadernado, ao meu lado, renovando minha confiança (...). Para fortalecer nosso sentido do eu, o passado precisa ser resgatado e tornado acessível (TUAN, 2013, p.227-228).

Cada pessoa carrega consigo o seu lugar por meio de vivências, familiaridade, afeição, pertencimentos e outras experiências. Essa gama de sentimentos é tecida ao longo do tempo e evocada, consciente ou inconscientemente, a todo instante, denotando que aquilo que somos e possuímos resulta de nossa história e do mosaico de experiências que vivenciamos em nossa base territorial comum. Nesse sentido, “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (TUAN, 2012, p.144) e a história, a responsável pelo sentimento de pertença e amor pelo lugar, uma vez que, no transcurso do tempo, uma pessoa investe parte significativa de sua vida emocional em seu lar e em seu bairro (TUAN, 2012).

O ser humano tende a focalizar o mundo como ele era no passado, refletindo por meio de sua memória (LOWENTHAL, 1982), bem como no decorrer da educação formal e informal que assimila no curso de sua vida. “As experiências nos cenários do passado são tesouros guardados com grande ternura” (MELLO, 1991, p.235). Comungando com essa premissa, Harvey (1992), recorrendo a Rossi, cita o referencial histórico e o acervo do passado como fonte de significação dos “símbolos culturais”:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social,

reforçando a identidade quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada (HARVEY, 1992, p. 85).

Uma vez que toda experiência vivida remonta ao passado, é inquestionável a relevância das vivências, dos lugares e dos símbolos de outrora no processo de construção de identidade que vincula as pessoas ao seu lugar vivido, que passa a ser evocado e reverenciado não apenas por suas características hodiernas, mas também pela história e geografia que foi construída pelos indivíduos e grupos sociais em seu chão experienciado ao longo do tempo. Como aponta Tuan (1982, p. 156), “a história exerce um papel essencial no sentido humano de territorialidade e lugar”. Neste ponto, “a identidade de um lugar é a sua característica física, sua história e como as pessoas fazem uso de seu passado para promover a consciência” (TUAN, 1982, p. 156).

Retornando aos elementos simbólicos de Ilha de Guaratiba expressos no depoimento de Dona Dalva, proximidade e contato entre vizinhos são a base para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida comunitária. No entanto, sob as complexas influências da vida urbana, o que se pode chamar de sentimento de vizinhança tem sofrido muitas mudanças interessantes, tendo produzido muitos tipos de comunidades locais. Nesse sentido, podemos dizer que existem vizinhanças nascentes e vizinhanças em processo de dissolução. No entanto, no meio citadino, a vizinhança tende a perder muito a importância que possui para as comunidades mais simples (PARK, 1976; SIMMEL, 1976). Assim sendo, a reserva, a indiferença e o ar blasé manifestados nas relações

humanas, podem ser entendidos como instrumentos, utilizados por alguns indivíduos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros (WIRTH, 1976).

O superficialismo, o anonimato e o caráter transitório das relações urbano-sociais explicam, também, a sofisticação e a racionalidade geralmente atribuídas ao habitante da cidade (PARK, 1976; SIMMEL, 1976; WIRTH, 1976). Em relação aos citados traços característicos do modo de vida urbano, vinculado ao desaparecimento da vizinhança e à corrosão da base tradicional da solidariedade social, Corrêa (1992, p. 34-35), em relação à periferia metropolitana, argumenta que:

A densificação, por ter implicado significativa mobilidade residencial interbairros, gerou como consequência o desaparecimento de unidades de vizinhança onde todos se conheciam e, quando necessário, se ajudavam mutuamente (...). Associado a esta mudança está o crescente anonimato da população residente nos bairros de classe média. Anonimato que inclui uma certa dose de desconfiança e medo do outro.

Quando um lugar alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas tendem a conferir mais valor à relativa simplicidade dos antigos hábitos que são superados pelas novas relações – baseadas não mais na camaradagem, proximidade, solidariedade, cordialidade e amizade – e sim na desconfiança, no medo e no distanciamento entre as pessoas (TUAN, 2005; 2012). Quando os membros de determinado grupo social ou comunidade percebem que as mudanças estão ocorrendo muito rapidamente, a saudade de um passado idílico aumenta sensivelmente (TUAN, 2013).

Uma vez que “os significados emergem das experiências mais profundas que se acumulam através do tempo”, esse repositório de significados torna-se um símbolo (TUAN, 2012, p.203). Neste atalho, o papel da vizinhança que revela o bucolismo de um passado recente, é evocado por guaratibanos que apresentam estas características como símbolo do lugar. Embora tenha perdido a profundidade de outros tempos, a proximidade – que engendrava identidade, sentimentos, familiaridade e reciprocidade – permanece presente nas mentes e corações saudosos daqueles que se vincularam ao lugar por meio das experiências nele vividas.

Pertinente ao universo simbólico de uma Ilha de outrora, imortalizada na memória, vejamos o que nos reserva o relato transcrito a seguir:

Por representar durante décadas o nosso único meio de transporte, o bondinho era tudo para nós. Tenho muita saudade do bonde. Até a década de 1960, quando parou de circular, era um grande orgulho para o guaratibano. Afinal, pouquíssimos lugares podiam desfrutar desse meio de transporte na época. O Sítio Roberto Burle Marx é outro símbolo de Ilha de Guaratiba, bem como a capela São Salvador do Mundo (Mazinho – aposentado – 66 anos).

O bonde representou um importante elemento no processo de expansão urbana do Rio de Janeiro (WEID, 1997). Para Abreu (2008), em 1870, os dois elementos responsáveis pela expansão da cidade: os trens e os bondes – passaram a ter uma atuação conjunta. Nesse sentido, os bondes conectavam os bairros mais afastados da cidade às estações pertencentes à Estrada de Ferro Dom Pedro II,

inaugurada em 1858 e estendida à Santa Cruz em 1878. A linha férrea pela qual trafegava os bondes que conectava Ilha de Guaratiba à estação ferroviária de Campo Grande foi inaugurada em 1924. Com uma extensão de aproximadamente 20 quilômetros, esta via, administrada pelo extinto serviço de transporte rural da municipalidade, foi desativada em 1967, quando seus trilhos foram encobertos pelo asfalto da atual Estrada da Ilha. No entanto, 47 anos após sua extinção, o bondinho da Ilha ainda é lembrado e reverenciado como um dos símbolos pretéritos do lugar pelo morador Mazinho.

Outros elementos culturais elevados à condição de símbolos do lugar por meio do depoimento do morador Mazinho é o Sítio Roberto Burle Marx e a Igreja São Salvador do Mundo. Em 1949, Burle Marx adquiriu na localidade o Sítio Santo Antônio da Bica. No local havia uma antiga casa de fazenda e uma pequena capela do século XVII, dedicada a Santo Antônio. Burle Marx restaurou ambos os prédios e levou para o sítio sua coleção de plantas que, desde então, não parou mais de crescer. Em 1973, o paisagista mudou-se em definitivo para o sítio, onde veio a falecer em 4 de junho de 1994. Em 1985, Burle Marx doou o seu sítio ao governo brasileiro que o administra por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Apesar da relevância histórica e científica do Sítio Roberto Burle Marx, fato que atrai ao local um considerável afluxo de visitantes diariamente, sua alusão como símbolo é fruto do papel desempenhado por seu fundador na localidade. Burle Marx morreu há mais de 20 anos. Sua influência, no

entanto, permanece viva, tanto na configuração física do lugar quanto na mente de seus moradores.

Outro símbolo cultural que há séculos fascina moradores e visitantes é a Igreja São Salvador do Mundo ou Igreja Matriz de Guaratiba. Construída no alto de uma colina em 1676, o templo ainda guarda sua arquitetura original. (SANTOS, 1965; FRIDMAN, 1999). Por sua beleza e história, a Igreja Matriz, igualmente, merece a menção de guaratibanos como Mazinho, que eleva esse templo à condição de símbolo do lugar.

Imbuídos pelo desejo de traduzir esta Ilha de símbolos, consideramos relatos de guaratibanos de diferentes idades como o da jovem Vitória. Vejamos o que ela tem a nos dizer:

O Túnel da Grotta Funda é o símbolo máximo e maior condutor de todo esse processo de mudança pelo qual o nosso lugar vem passando. Antes de sua construção, ainda havia a montanha que nos separava do restante da cidade. Era comum atravessarmos o maciço em 1 hora. Isso ocorria devido aos constantes engarrafamentos, agravados pela existência de apenas uma pista de mão dupla. Esse era o único caminho para o Recreio, a Barra e a Zona Sul. As pessoas pensavam duas vezes antes de vir morar aqui. Devido a Serra da Grotta Funda, a viagem se tornava demorada e desgastante. Agora, apenas 2 minutos nos separam do Recreio. A partir de 2012, quando o túnel foi inaugurado, Ilha de Guaratiba ficou mais em evidência na mídia. O lugar, finalmente, foi conectado à cidade. A Serra da Grotta Funda nos remontava a uma coisa meio mística. Ela nos passava a impressão de que, quando saíamos da cidade, entrávamos em outro mundo. Agora não é mais assim. Entramos no túnel e, 2 minutos depois, já estamos na Ilha. Hoje, não vejo mais tanta diferença entre o lugar e o restante da cidade. Após a inauguração do túnel, na prática, a Ilha deixou de ser rural. Antes, ainda estávamos escondidos e protegidos da cidade pela Serra da Grotta Funda. Agora, no entanto, estamos expostos. Somos parte da cidade que cresceu nessa direção. O túnel foi construído

para dar continuidade ao processo de urbanização que vigora na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes. A Baixada de Guaratiba é a única grande gleba de terras da cidade que ainda é devotada à natureza. Aqui ainda há muito espaço vazio, e é isso que as construtoras procuram (Vitória – estudante – 21 anos).

Em relação ao hodierno contexto do lugar, é cada vez mais comum a eleição de um símbolo em particular por parte dos moradores de Ilha de Guaratiba, qual seja o Túnel da Grotta Funda. Essa é uma tendência, principalmente, entre os moradores mais jovens como é o caso da Vitória.

O Túnel Vice-Presidente José Alencar (Túnel da Grotta Funda), ligação subterrânea sob a Serra da Grotta Funda (Serra Geral de Guaratiba), conecta a baixada de Guaratiba (Ilha de Guaratiba) ao bairro Recreio dos Bandeirantes. A proposta para a construção deste túnel vinha sendo debatida desde a década de 1950. A obra anunciada por diversos governos, no entanto, sempre esbarrou em diversos problemas de ordem ambiental/política/econômica/administrativa e demorou décadas para sair do papel. Com a implantação do corredor viário conhecido como “Transoeste”, as obras para a perfuração do túnel foram iniciadas em 14 de setembro de 2010. Vale frisar, este empreendimento vincula-se diretamente aos dois grandes megaeventos esportivos aos quais a cidade sedia, quais sejam a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esse fato justifica a presença dos presidentes do COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), além do

prefeito da cidade, no dia do início das obras e por ocasião de sua inauguração.

A perfuração dos 1112 metros de extensão do túnel, em duas galerias, levou 8 meses para ser concluída. No dia 06/06/2012, finalmente, o túnel foi inaugurado, reduzindo consideravelmente a distância e o tempo gasto entre a Ilha e o Recreio.

As características físicas da cidade, caracterizada por inúmeras elevações, sempre representaram dificuldades impostas pelo meio à expansão urbana do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a perfuração de túneis, desde 1887, se configura uma necessidade premente e simboliza a conexão de uma área, anteriormente devotada à natureza, ao contexto citadino (ABREU, 2008; CARVALHO, 2004).

Considerando-se tanto o relato da moradora Vitória quanto a análise de especialistas na questão urbana, podemos asseverar que – no período pós-túnel – o urbano marcha inexoravelmente para oeste. Nesse sentido, a cidade cresce em direção a Guaratiba, tendo o túnel da Grota Funda como maior condutor dessa marcha urbanizadora e símbolo dessa mudança (LESSA, 2001; CARVALHO, 2004; REDONDO, 2012; JANOT, 2013).

Além de ter colocado Ilha de Guaratiba no mapa urbano do Rio de Janeiro (BERTA, 2012), o túnel da Grota Funda, igualmente, representou uma valorização fundiária e imobiliária sem precedentes na localidade. Essa valorização crescente tem contribuído para a promoção de uma série de fatores de ordem valorativa que têm contribuído, como vimos, para que novos símbolos sejam eleitos pela comunidade guaratibana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugares e símbolos adquirem profundo significado através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos. O próprio lugar constitui um símbolo de afetividade, bem querência, satisfação, felicidade e conagração, por um lado, mas, igualmente, palco de lutas e da lida do dia-a-dia. O caráter simbólico dos lugares estabelece conexões decodificando e traduzindo o seu passado e o conectando ao presente (MELLO, 1990; 2003). Buscando um melhor entendimento das supracitadas premissas, empenhei-me em aplicá-las ao contexto do meu universo vivido. Afinal, parafraseando Tuan (1961, P. 32), “não tenho qualquer obrigação de descrever outra área senão aquela pela qual tenho um afeto especial ou uma inexplicável fascinação”. Este lugar/símbolo denomina-se Ilha de Guaratiba.

As breves elucubrações partilhadas neste artigo, vale frisar, não têm a mínima pretensão de serem rigorosas, exaustivas ou inovadoras. Isto seria bem difícil, mesmo porque numerosos são os geógrafos que têm se debruçando sobre a necessidade de abordagens que considerem as geografias simbólicas dos diferentes espaços e lugares, uma vez que compreendem a ação humana sobre a face da Terra.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008. 155 p.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de Segunda Residência: a Expressão Espacial do Fenômeno e as Possibilidades de Análise Geográfica. Revista Território, Rio de Janeiro: set/out, p. 107-122, 2003.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Geografia Cultural: um Século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BERTA, Ruben. Guaratiba: Plano de Estruturação Urbana prevê prédios de 4 andares. In: O GLOBO. Rio de Janeiro: edição do dia 28/04/2012.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira de. Rio de Janeiro - uma cidade conectada por túneis. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2004. 57 p.

CORRÊA, Magalhães. O Sertão Carioca. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – volume 167. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. 478 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Meio Ambiente e a Metrópole. In: ABREU, Maurício de Almeida. Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 27-36.

_____. O Espaço Urbano. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000. 94 p.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: Revista Espaço e Cultura (Edição comemorativa 1993-2008). Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 149-156.

FERNANDES, Marcio Luis. Ilha de Guaratiba: De Espaço a Lugar. 2003. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos: Rio de Janeiro, 2003.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a valoração do “Lugar:” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. 56 f. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Por uma Necessária Mudança de Valores: uma proposta para a produção de um espaço (urbano) que privilegie o uso e não a troca. In; SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 2, 2009. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

_____. Decodificando geografias pretéritas e hodiernas de Ilha de Guaratiba (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PPGeo/UERJ, 2010. 99 f.

_____. O Caráter Identitário da Toponímia. In: Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas, 3, 2012. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

_____. Um outro horizonte em busca da humanização da geografia. In Revista Geograficidade. v.4, n.1, Verão 2014. Niterói: UFF, 2014. p. 78-87.

FREITAS, Inês Aguiar de; PERES, Waldir Rugero; RAHY, Ione Salomão. A Janela de Hitler. GeoUERJ – Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro n. 6, p. 29-36, 1999.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Editora Garamond), 1999. 304 p.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

JANOT, Luiz Fernando. *A caminho de Guaratiba*. *Jornal O GLOBO* (coluna opinião). Edição publicada em 26 de outubro de 2013.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: Uma Reflexão em Busca de Auto-Estima*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478 p.

LOWENTHAL, David. *Geografia, experiência e Imaginação: Em direção a uma epistemologia geográfica*. In: CHRITOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

MASSEY, Doren. *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MELLO, João Baptista Ferreira de. *Geografia Humanística: A Perspectiva da Experiência Vivida e Uma Crítica Radical ao Positivismo*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 91-115.

_____. *O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira – 1928/1991 – uma introdução à geografia humanística*. 1991. 300 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Dos Espaços da Escuridão aos Lugares de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como e documento para a construção de conceitos geográficos*. 2000. Paginação irregular Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Descortinando e (Re)pensando Categorias Espaciais com Base na Obra de Yi-Fu Tuan*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 87-101.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos dos Lugares, dos Espaços e dos “Deslugares”. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, v. 16, p. 64-72, 2003.

_____. Os Tambores e as Flechas de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: Revista Imaginário e Arte ,São Paulo, n.15, p. 37-67, 2007.

_____. O Rio dos Símbolos Oficiais e Vernaculares. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Espaço e cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 173-186, 2008.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

REDONDO, Andrea Albuquerque. A cidade cresce para Guaratiba. In: [http:// urbe carioca.blogspot.com.br](http://urbe.carioca.blogspot.com.br). Publicado em 25 de setembro de 2012.

RELPH, Edward. Place and Placelessness. London: Pion, 1976. 156 p.

SANTOS, Noronha. As freguesias do Rio antigo. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 190 p

TUAN, Yu Fu. Topophilia or sudden encounter with landscape. Landscape. 11 (1), 1961. p. 29-32.

_____. Geografia Humanística. In: CHRITOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143-164.

_____. Paisagens do Medo. São Paulo: UNESP, 2005. 373 p.

TUAN, Yu Fu. Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 344 p.

_____. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência: Londrina. Eduel, 2013. 248 p.

WEID, Elisabeth von der. O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. 30 p.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 90-113.

8 AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO VIVIDO

O último capítulo do livro geografias memoráveis é representado pela parte filosófica de minha tese de doutorado em geografia defendida em 2015 na UERJ. Sob o título “Ilha de Guaratiba: um lugar descortinado por seus moradores”, esta pesquisa buscou defender o que propõe a presente obra, qual seja uma geografia livre de certos preconceitos metodológicos que inibem o diálogo entre diferentes vertentes. Em 2016, estas lucubrações foram publicadas como artigo científico na Revista GeoUERJ – periódico do programa de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ).

PRIMEIRAS PALAVRAS

Em sua concepção clássica, o humanismo em geografia valoriza a existência em detrimento ao mundo material. O lugar vivido, no entanto, pressupõe o material e a imaterialidade; o concreto e o abstrato; o objetivo e o subjetivo. Como negligenciar a materialidade e os eventos espaciais que nos saltam aos olhos? Será que o mundo material que nos cerca, bem como as dinâmicas pelas quais estamos envolvidos, não influenciam nossa existência? Uma das principais características do humanismo em geografia é sua natureza holística, vislumbrando a totalidade a fim de não perder a riqueza do todo. Não foi na brecha deixada pelo objetivismo exacerbado e pela conseqüente negligência aos valores subjetivos dos indivíduos e grupos sociais,

atrelado aos paradigmas positivistas e neopositivistas, que o humanismo em geografia emergiu? Na minha concepção, o resultado do divórcio entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade, é a construção de uma geografia que não comunga com os anseios de uma ciência que nasceu com a ambição de descortinar o mundo em sua totalidade e diversidade. Nesse texto, meu objetivo é propor um exemplo de análise na linha intermediária, qual seja a integração cada vez maior entre as dimensões subjetivas e objetivas da realidade: o espacial e o existencial; o material e o imaterial etc.

A orientação humanística surge como reação aos pressupostos positivistas e neopositivistas onde é nítida a separação entre sujeito e objeto. Além disso, na ciência positiva, os métodos quantitativos são priorizados, estando os adeptos destas abordagens, interessados unicamente na materialidade, ficando ausentes de seus estudos, a subjetividade, o simbolismo e as questões existenciais atreladas às experiências vividas pelos indivíduos e grupos sociais (MELLO, 1990; FERNANDES, 2014).

A partir do advento das perspectivas interpretativas, os diferentes significados inerentes ao universo vivido dos grupos sociais passam a representar o foco da investigação geográfica (CORRÊA E ROSENDAHL, 2012). Nesse contexto, os geógrafos passam a se debruçar sobre os laços que os indivíduos tecem entre si e seu universo vivido, bem como o porquê dos homens atribuírem significado e valores subjetivos aos seus lugares (CLAVAL, 2007).

Nas palavras de Gomes (2007), uma das principais características do humanismo em geografia é o seu caráter holístico,

vislumbrando a totalidade a fim de não perder a riqueza do todo. Segundo Holzer (2008), a ideia de uma disciplina centrada no estudo da ação e da imaginação humana e na análise objetiva e subjetiva de seus produtos, que pretendiam constituir uma ciência de síntese que estivesse além dos parâmetros cartesianos e positivistas, nos remete aos anos 1920. Seguindo esta vertente, em 1947, Wrigth – por meio do conceito de geosofia – estabelece a base de um projeto de ciência que abarca as diferentes abordagens, bem como o objetivo e o subjetivo indistintamente (WRIGTH, 1947; LOWENTHAL, 1982; HOLZER, 1992).

Parafraseando Almeida (2010), em cada lugar convivem uma dimensão objetiva e outra subjetiva. Ambas, juntamente, constituem o vivido. A dimensão imaterial, no entanto, é aquela que dá o componente conotativo que acaba sendo, igualmente, parte inseparável da dimensão concreta (ALMEIDA, 2010).

No transcurso do processo de renovação da geografia, é comum, tanto o seu caráter de ruptura com os padrões anteriores (GOMES, 2007), quanto as tentativas de reconciliação de posições polarizadas (ALMEIDA, 2010). Conforme aponta Claval (2007), os geógrafos materialistas interessam-se pelas estruturas espaciais e os geógrafos humanistas pelas iniciativas e pelas ações individuais e coletivas. Para Claval, a integração cada vez maior entre as dimensões subjetivas e objetivas do lugar é um exemplo de análise na via intermediária entre duas abordagens: o espacial e o existencial; o urbanismo e o humanismo; o material e o imaterial etc.

Antonello (2010), buscando uma síntese entre as dimensões objetiva e subjetiva, aponta ser no lugar que se ancoram as experiências vividas. A autora assevera ainda que a geografia deve procurar a superação dos limites impostos pela divisão do trabalho científico, buscando trilhar um caminho que leve à pluralidade de focos de análise, a fim de compreender a complexa realidade que nos cerca (ANTONELLO, 2010).

Haesbaert (2005) é outro geógrafo que defende a indissociabilidade entre os aspectos objetivo e subjetivo. Em sua premissa de que a territorialidade é fruto do entrelaçamento entre as diferentes dimensões da realidade, o autor alerta que é justamente por fazer uma separação rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram a complexidade e a riqueza da multiterritorialidade em que estamos envolvidos (HAESBAERT, 2005).

Na concepção de Bastos (1998), o real não se constitui apenas do universo material, mas também dos significados oriundos da relação dos indivíduos com o seu mundo vivido. Para a pesquisadora, na apreensão do espaço geográfico há uma dimensão concreta (produção do espaço material) e uma dimensão simbólica (as representações). Essas duas dimensões da realidade interagem entre si em uma relação simbiótica (sujeito-objeto) e inseparável. Nesse sentido, espaços e lugares podem ser representados segundo um imaginário em que não se deve negar sua materialidade. Nesta trilha, não se justifica separar a subjetividade do pesquisador ao interpretar o lugar estudado, uma vez que o mesmo se apresenta de uma forma tal

que o concreto e o abstrato são partes inseparáveis de uma mesma realidade. No dinâmico universo vivido onde o homem é o ator geográfico e o lugar o seu nicho de pertencimentos e memórias coletivas, há uma imbricação entre o material e o simbólico, entre o espacial e o existencial, entre o objetivo e o subjetivo (BASTOS, 1998).

Assim como os supramencionados pesquisadores, Cosgrove (2003) apregoa uma geografia em que as dimensões objetiva e subjetiva da realidade sejam consideradas. Para o citado geógrafo, os seres humanos promovem as transformações espaciais com sua realidade sensorial e material. Nesse sentido, toda atividade humana é material e simbólica ao mesmo tempo. Apesar de ser constituído simbolicamente, o mundo vivido é material e não deve negar sua objetividade (COSGROVE, 2003). As experiências vividas e as demais vivências subjetivas dos indivíduos e grupos sociais ocorrem em um contexto e não devem ser vistas como independentes da materialidade (CORRÊA, 2003).

Segundo Geertz (2013), na antropologia – igualmente – há um debate interminável sobre se a cultura é subjetiva ou objetiva. Para o autor, a cultura deve ser entendida como um sistema entrelaçado de signos interpretáveis (símbolos), como um contexto onde as representações e o conteúdo substantivo encontram-se interligados. Em relação a esta complicação desnecessária, relacionada ao dualismo entre o concreto e o simbólico, Geertz salienta que tem procurado resistir ao subjetivismo desmedido e tentado manter a

análise das formas simbólicas considerando ambas as dimensões da realidade (GEERTZ, 2013).

Afinado com os pesquisadores citados nesta seção (CORRÊA, 2003; COSGROVE, 2003; BASTOS, 1998; HAESBAERT, 2005; ANTONELLO, 2010; ALMEIDA, 2010; CLAVAL, 2007; WRIGTH, 1947; LOWENTHAL, 1982; GEERTZ, 2013) creio ser possível uma “abordagem sintética” nos estudos geográficos, onde – de igual modo – as diferentes dimensões do universo vivido sejam consideradas. Não foi na brecha deixada pelo objetivismo exacerbado e pela conseqüente negligência aos valores subjetivos dos indivíduos e grupos sociais, atrelado aos paradigmas positivistas e neopositivistas, que o humanismo em geografia emergiu?

Na minha concepção, o resultado do divórcio entre as dimensões objetivas e subjetivas advém da construção de uma geografia que não comunga com os anseios de uma ciência que nasceu com a ambição de descortinar o mundo em sua totalidade e diversidade (SILVA, 1988; CLAVAL, 2007; MARANDOLA JR, 2012).

As breves elucubrações partilhadas neste texto não têm a pretensão de serem rigorosas, exaustivas ou inovadoras. Isto seria difícil, mesmo porque intelectuais, inclusive geógrafos, vem se debruçando sobre a necessidade de abordagens que contemplam as múltiplas dimensões do vivido, quais sejam os aspectos objetivos e subjetivos que compreendem a ação humana sobre a face da Terra (o espacial e o simbólico/existencial). Ao trazer esse esboço teórico, meu objetivo é consubstanciar pesquisas que consistem na abordagem da complexidade sobre a qual os diferentes universos vividos encontram-

se envoltos, sendo estes lugares compostos de múltiplas dimensões. Nos tópicos seguintes, nos debruçaremos sobre alguns conceitos e temas que podem embasar teoricamente pesquisas que privilegiem o lugar em sua multidimensionalidade.

ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES

Diante de um dado da realidade ou de uma informação sobre um acontecimento qualquer, duas perguntas são inevitáveis: quando ocorreu? Em que lugar? Esses questionamentos se devem ao fato de todo evento incidir sobre espacialidades determinadas e em temporalidades específicas (SANTOS, 2002). Pensar o lugar como compósito de espacialidades e temporalidades remete ao reconhecimento de sua dinâmica gerando e envolvendo formas, funções, conteúdos (ABREU, 2003) e significados (TUAN, 2013) inseridos em múltiplos níveis de investigação.

Durante um longo período, a geografia privilegiou a análise espacial sem conferir a devida atenção ao tempo (SALGUEIRO, 2003). Hodiernamente, no entanto, há de se valorizar as dimensões espacial e temporal (ABREU, 2003). As categorias espacialidade e temporalidade nos conduz, obviamente, a indagações sobre o espaço e o tempo (GEIGER, 2003). Todavia, a espacialidade ultrapassa a rigidez associada ao espaço como mero palco dos acontecimentos, representando uma vantagem na abordagem da espacialização de um fenômeno dinâmico como a urbanização, por exemplo. De modo semelhante, podemos falar de temporalidade referindo-nos aos

distintos períodos (SALGUEIRO, 2003; FERNANDES, 2010). Nas abordagens geográficas não basta desvendar as múltiplas dimensões da espacialidade contemporânea. Faz-se necessário investigar – igualmente – as temporalidades pretéritas responsáveis pelas heranças já configuradas. Este é o caminho que o geógrafo deve trilhar, se almeja uma geografia genuinamente comprometida com a espacialidade (ABREU, 1997).

Espaço e tempo são categorias básicas da existência humana (HARVEY, 1992), uma vez que os mesmos coadunam diferentes temporalidades. Nas abordagens, torna-se indispensável introduzir temporalidade no espacial. Nessa leitura, espaço e tempo não são redutíveis um ao outro. São termos distintos, porém complementares (MASSEY, 2008).

As ações da natureza e do ser humano estão inscritas no espaço (espacialidade) e no tempo (temporalidade). Os fenômenos derivados das influências de ordem natural, social e existencial espraiam-se, localizam-se nos espaços e lugares por meio de seus limites e dimensões. Por meio dessas ações no espaço e no tempo, surgem os diferentes lugares. A espacialidade, bem como a temporalidade, emergem a partir da diferenciação da ação da natureza e do ser humano sobre a superfície terrestre (CORRÊA, 2011).

Nas palavras de Cosgrove (2004, p.110) “acima de tudo, é essencial uma sensibilidade histórica e contextual por parte do geógrafo. Devemos resistir à tentação de deslocar a paisagem de seu contexto de tempo e espaço”.

As dimensões espacial e temporal do vivido sempre estiveram no âmago da perspectiva humanística em geografia. Tanto Lowenthal (1982) quanto Tuan (2011; 2013) – pesquisadores apontados por Holzer (1992, p. 489) como “os pais incontestáveis da geografia humanística” – privilegiaram as citadas categorias nos estudos que fundamentaram a aludida corrente do pensamento geográfico. No parecer de Lowenthal (1982), o tempo exerce uma forte influência sobre nossas perspectivas individuais em relação aos nossos universos particulares. Para o citado pensador, “cada mundo particular teve uma carreira no tempo, uma história própria” (p.138), nesta direção, “toda história pessoal resulta de um meio ambiente particular” (p.139). A relação que nutrimos para com nosso universo vivido é construída a partir de nossa experiência vivida, e isso demanda tempo. Lowenthal conclui sua elaboração mental salientando que “todos os tipos de experiências (...), vêm juntos compor o nosso quadro individual da realidade” (p.141). No transcurso do tempo, “como artistas”, podemos criar e/ou organizar espaços e lugares (LOWENTHAL, 1982, p.141).

Tuan (2011; 2013), igualmente, delega indiscutível relevância às dimensões espacial e temporal, elevando-as ao patamar de “arcabouço” do humanismo em geografia (TUAN, 2011, p.8). Em sua concepção, Tuan salienta que, “na imaginação é fácil tratar espaço” e “tempo separadamente”. “Na experiência vivida”, entretanto, “eles estão indissolavelmente ligados” (TUAN, 2011, p.8). “O movimento exige tempo e ocorre no espaço” (p. 15). “Quanto mais tempo permanecemos em uma localidade melhor a conhecemos e mais

profundamente significativa se tornará para nós” (p. 17). Para Tuan (2011, p. 18), espaço e tempo “são categorias sobrepostas da experiência humana. Se não forem consideradas em conjunto, o mundo dos geógrafos conservará um ar de irrealidade, abstraindo-se da vida como é vivida”.

O tempo está implícito em todos os espaços e lugares. Todos nós temos um sentido de espaço e de tempo. “a facilidade com que confundimos as categorias espacial e temporal é evidente na linguagem”. “Frequentemente o comprimento é dado em unidades de tempo” e “a passagem do tempo” é descrita como comprimento. “o tempo ainda é volume”: os grandes momentos da vida (TUAN, 2013, p.147). “O espaço é histórico”. Nesse sentido, “espaço e tempo sempre estiveram estruturados de acordo com os sentimentos e necessidades humanas individuais” (TUAN, 2013, p. 152-153). “O espaço tem significado temporal”, tanto “nas reflexões do poeta”, quanto “ao nível das experiências pessoais do dia a dia” (TUAN, 2013, p. 156). “O espaço e o tempo coexistem, entremesclam-se e cada um deles é definido de acordo com a experiência pessoal” (TUAN, 2013, p.161). “Tudo o que somos devemos ao passado. O presente também tem valor, é nossa realidade experiencial” (TUAN, 2013, p.239).

Em suas reflexões em busca de uma geografia que não se limita aos rigores científicos e acadêmicos, Wright (1947) indica a necessidade de que os geógrafos se ocupem tanto com os estudos da espacialidade quanto da geograficidade. Esta última, entendida como envolvimento profundo dos indivíduos e grupos sociais com o seu universo vivido, sendo esta a espacialidade íntima de cada ser

humano. Nesta senda, tanto a espacialidade (características e dinâmicas dos lugares) quanto a geograficidade (experiências, vivências, significados e simbolismos) estão ligados à nossa existência. Por esse motivo, vale repetir, não se deve negligenciar a ambivalência e complementaridade desses dados essenciais da realidade (WRIGHT, 1947; DARDEL, 2011).

POLIVOCALIDADE: AS MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES DO UNIVERSO VIVIDO

Não há como ignorar os laços sutis e complexos que unem o ser humano ao seu lugar. O simbólico e as demais conotações subjetivas estão presentes na prática de interpretar e analisar os espaços e lugares em seus significados. O ser humano é um geógrafo informal (LOWENTHAL, 1982) e o lugar o seu mundo vivido no qual as relações se mesclam em um emaranhado de laços, vivências e embates, onde estão presentes os sentimentos pessoais, as memórias coletivas e os símbolos. A partir desse ponto de vista, podemos entender o lugar como um reservatório de símbolos a ser interpretado, tanto por indivíduos comuns como, conseqüentemente, por geógrafos. O lugar, como abrigo humanizado, permite – com isso – múltiplas leituras concernentes a diferentes manifestações que expressam tantas interpretações quantas forem os significados subjetivos e intersubjetivos.

Os lugares dos seres humanos são compostos de várias camadas de significados. Estes múltiplos patamares fazem do

universo vivido um lugar simbólico exposto à interpretação. Por esse prisma, a “geografia está em toda parte” (COSGROVE, 2004, p. 96) e cada indivíduo, por pensar e buscar entender seu mundo vivido torna-se um geógrafo informal (COSGROVE, 2004; LOWENTHAL, 1982), apto a interpretar seu universo particular.

Na concepção de Lowenthal (1982, p. 105) “qualquer pessoa que examine o mundo ao redor de si é, de algum modo, um geógrafo”. Para o citado pensador, os especialistas deste saber precisam considerar que há outras pessoas decodificando o mundo sob diferentes olhares e que a visão do universo vivido não deve ser obtida apenas sob uma perspectiva. Cada concepção do mundo é única não havendo possibilidade de interpretações distintas (LOWENTHAL, 1982; CORRÊA, 2007). Neste ritmo, um dos motivos para que tais diferenciações acerca do vivido sejam únicas, diz respeito ao fato de toda informação ser inspirada e editada pelo sentimento dos indivíduos por seu lugar (LOWENTHAL, 1982).

Segundo Geertz (2013), o homem está amarrado a teias de significados por ele tecidas. A fim de decodificá-los, as leis científicas devem ceder lugar a filosofias interpretativas que deem conta de traduzir a gama de expressões inerente a toda atividade humana, ao mesmo tempo, material e simbólica (COSGROVE, 2003; GEERTZ, 2013).

Baseado em Hall (1997), Corrêa (2007, p.5) assevera que “os símbolos são abertos a diferentes interpretações, calcadas cada uma na experiência, valores, crenças, mitos e utopias do grupo social que o interpreta”. Os significados atrelados aos símbolos variam de pessoa

para pessoa. Essa condição promove a polivocalidade, isto é, as diversas interpretações a respeito do mesmo símbolo. A polivocalidade torna-se uma espécie de antídoto a um significado imposto, único ou unilateral (CORRÊA, 2007).

A revelação sobre a ocorrência de múltiplas camadas de significado atrelada às relações humanas (GEERTZ, 2013), bem como no que concerne à sua sobreposição, por muito tempo foi negligenciada (PANOFSKY, 2004), apontando para uma necessidade premente: abordagens que privilegiem o elemento humano em sua multiplicidade, uma vez que o lugar é multidimensional.

O LUGAR EM SUA MULTIDIMENSIONALIDADE

Segundo Relph (2012), o lugar faz parte da preocupação dos filósofos desde a antiguidade clássica. Platão considerava-o como “o alimento do ser, enquanto outros o aproximavam de um sentido geográfico como o contexto em que os seres estão reunidos juntos” (RELPH, 2012, p. 18). A partir do século XVII, no entanto, a concepção cartesiana de espaço, como dimensão mensurável, excluiu o lugar da filosofia e das ciências. Somente no século XX, filósofos fenomenologistas – “especialmente Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty” (RELPH, 2012, p. 18) – identificaram as profundas inadequações da lógica cartesiana. Na concepção desses pensadores, o positivismo promove a incisão da filosofia, ao deixar de fora os sentimentos, emoções, experiências dos seres humanos. A

ciência positiva, ao reduzir espaços e lugares a uma única dimensão (material), promovia uma geografia deficiente (RELPH, 2012).

A supracitada indiferença à dimensão subjetiva da existência humana é, segundo Relph (2012), uma das possíveis motivações para o recente interesse pelo lugar. No entanto, o citado geógrafo não deixa de salientar que o conceito em questão possui múltiplas dimensões. Para Relph, além de reunir as qualidades, experiências e significados de nossa vivência, o lugar possui outros aspectos subjetivos (espírito, sentido, enraizamento, interioridade...) e também objetivos (localização, fisionomia, construções...). A essência do lugar pressupõe a observância de sua multidimensionalidade (RELPH, 2012).

Em seu debate sobre as dimensões significativas do lugar, Lívia de Oliveira (2012, p.12) aponta que “todo lugar adquire identidade mediante suas diversas dimensões espaciais: localização, direção, orientação, relação, território, espacialidade e outras”. No texto em questão, a professora Oliveira busca uma junção entre as dimensões física, experiencial e simbólica a fim de sustentar as diferentes esferas ou camadas de significados “que se coadunam para a constituição do lugar” (MARANDOLA JR, 2012, p. 15).

Em suas laboriosas reflexões sobre lugar e sujeito, Berdoulay e Entrikin (2012) concordam que o sentimento intenso de pertencimento, que cria uma fusão entre o indivíduo e seu mundo vivido, pode ser promovido por elementos mensuráveis ou por relações existenciais efêmeras que compõem nossa vida cotidiana. Para os pensadores mencionados, ao promover modificações em seu lugar, os seres

humanos transformam a Terra em seu mundo. Essas mudanças, por sua vez, afetam, igualmente, os indivíduos e grupos sociais em sua vida de relações. Nesse sentido, o sujeito (ser humano) e o lugar (realidade objetiva e subjetiva) são, cada um, constitutivos do outro (BERDOULAY E ENTRIKIN, 2012).

O lugar – universo vivido, por excelência – vai além da objetividade geográfica que ignora as sutilezas responsáveis por seus aspectos valorativos (GALLAIS, 2002; FERNANDES, 2010). O vivido carrega consigo, igualmente, uma dimensão mais rica em aspectos subjetivos e existenciais. Trata-se de uma esfera de reconhecimento e familiaridade pertinente à vida cotidiana, onde sua significação aprofunda seu papel (geo)simbólico (BONNEMAISON, 2002).

Nas palavras de Dardel (2011), a geografia, obra do homem, exhibe um espaço construído e possui significado. Estas construções exaltam o homem entrelaçando seus costumes, hábitos, condutas, ideias e sentimentos em seu meio e horizonte. As diferentes construções diferem em qualidade e significado. Dentre os elementos mais importantes do espaço construído está o habitat do homem, o seu lar, carregado de valores existenciais e simbólicos (SCHUTZ, 1979; TUAN, 2013; DARDEL, 2011). O lugar é a síntese entre o homem e a Terra em sua subjetividade, valores e significados. Esta geograficidade representa, segundo Dardel (2011), “a natureza da realidade geográfica”.

Apesar de sua multiplicidade, o lugar é singular. Como sujeitos, os seres humanos constroem lugares de pertencimento e identidade e são, ao mesmo tempo, moldados por tais lugares. Esta troca sujeito x

objeto, entre os indivíduos e seus lugares (elementos inseparáveis), “constroem obstáculos à tendência pós-moderna e metropolitana de ver cada lugar como o resumo de todos os outros” (BERDOULAY E ENTRINKIN, 2012, p.112).

Por ser base da existência humana e centro de significação, postulação esta sugerida por Entrikin (1980), o lugar possui diversas dimensões (DARDEL, 2011). Nas reflexões de Bachelard (2008) o lugar carrega a essência da noção de casa, representando a topo(grafia) de nosso ser íntimo. Em outra corrente do pensamento, encontramos em Santos (2002) a seguinte formulação para o lugar: depositário obrigatório do evento e teatro insubstituível das paixões humanas. Neste contexto, torna-se base da reprodução da vida e produto das relações humanas de acordo com Carlos, 1996. Ao lado disso, o lugar nas palavras de Armando Corrêa da Silva ganha propriedade de dimensão espacial em sua inteireza e totalidade do que se poderia supor ser a realidade (SILVA, 1988). Segundo os cânones da humanística perspectiva, o espaço dotado de valor e significado emerge ao patamar de lugar ou lar (TUAN, 2013). Por meio da leitura de suas múltiplas definições, pode ser considerado um universo vivido, não apenas em sua concretude e objetividade, mas com todas as parcialidades da imaginação humana (BACHELARD, 2008).

Em sua multidimensionalidade, o lugar é um ente híbrido composto por materialidade, simbolismo, espacialidades, temporalidades e pela existencial maneira de vivenciá-lo. Conciliar e decodificar esta multiplicidade que representa a natureza da geografia

(DARDEL, 2011) deve ser a tarefa desenvolvida pelos geógrafos que desejam uma abordagem que privilegie as diferentes dimensões do vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há tantas geografias quantas são as interpretações do mundo vivido de cada indivíduo e/ou grupos sociais (JOHNSTON, 1986 A). Partindo da ideia de que “o conhecimento do lugar é calcado na experiência” (HOLZER, 1992), os geógrafos humanísticos tem se debruçado sobre as experiências vividas, buscando nos relatos das pessoas comuns o alicerce com vista às suas investigações. Nesta vertente, o ser humano é o ator geográfico que, ao transformar o seu meio ambiente, modifica, igualmente, a sua vida de relações (JOHNSTON, 1986 B). Isso ocorre porque, na indissociabilidade fenomenológica que norteia o humanismo em geografia, o indivíduo não é distinto de seu lugar (RELPH, 1976). Sendo assim, quando o lugar passa por transformações de diversas ordens ou provocadas por dissabores, podem ocorrer mudanças existenciais. Nesses casos, é comum, igualmente, a mudança de relação das pessoas com seu mundo vivido (FERNANDES 2003; 2006; 2010).

Objetivando o rompimento com os paradigmas positivistas e neopositivistas, cujas abordagens privilegiavam apenas os aspectos palpáveis e quantificáveis da realidade, a fenomenologia, desde o início, impeliu os adeptos do humanismo em geografia a deslocar sua atenção dos sistemas espaciais para a experiência humana em seus

significados, sejam eles negativos ou positivos (BUTTIMER, 1982; MELLO, 2005). O genuíno conhecimento do lugar, no entanto, envolve – tanto seus valores subjetivos: vivências afetivas, experiências íntimas, pertencimentos, decepções, simbolismos, significados, a vida de relações e a existencial maneira de viver de seus moradores – quanto suas características e valores objetivos: particularidades físicas, estrutura interna, dimensão dinâmica, atributos naturais, localização, valorização imobiliária, nível de urbanização etc. (LOWENTHAL, 1982; FERNANDES; 2009; 2012). Vale frisar que as citadas dimensões são inseparáveis, considerando-se a abordagem humanística em sua postura fenomenológica que privilegia a indissociabilidade sujeito/objeto.

Ao assumir que o conhecimento não existe independentemente do ser humano, a fenomenologia apregoa que o saber geográfico precisa ser obtido por meio da experiência humana do mundo. Nesse sentido, o método fenomenológico é oferecido ao geógrafo como um procedimento em suas abordagens sobre o lugar (RELPH, 1970). Em suas investigações, as experiências vividas são fundamentais para o descortinar da multidimensionalidade do lugar dotado de “traços físicos, atividades e funções observáveis e significados ou símbolos” (HOLZER, 1992, P. 251).

Por serem visíveis, os fatos e fenômenos observáveis podem “servir de ponte entre os enfoques objetivo e subjetivo da geografia” (SACK, 1976). Em sua concepção clássica, o humanismo valoriza a existência em detrimento aos objetos e/ou mundo material (HOLZER, 1992). A principal preocupação da geografia humanística sempre

esteve relacionada à vivência dos indivíduos em suas atividades cotidianas (BUTTNER, 1982; MELLO, 2005). O vivido, no entanto, pressupõe o material e o não-material; o concreto e o abstrato; o objetivo e o subjetivo; o lugar em sua morfologia e dinâmica espacial e os seus vivenciadores em seus significados e experiências (FRÉMONT, 1982). Como negligenciar a materialidade e os eventos espaciais que nos saltam aos olhos? Será que o mundo material que nos cerca, bem como as dinâmicas pelas quais estamos envolvidos, não influenciam nossa existência?

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A Apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.197-245.

_____. Cidades: Espacialidades e Temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri ; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Os cantos e encantamentos de uma geografia sertaneja de Patativa do Assaré. In: MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs). Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010. 354 p.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. As territorialidades amazônicas reluzem na narrativa literária de Peregrino Júnior. In: MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs). Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010. 354 p.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 242 p.

BASTOS, Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. Espaço e Literatura: algumas reflexões teóricas. In: Revista Espaço e Cultura nº 5. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN, John Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR, Eduardo et al. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. 307 p.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Geografia Cultural: um Século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org). Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000. 94 p.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

_____. Sobre a geografia cultural. In: Textos NEPEC (volume 3). Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

_____. A espacialidade da cultura. In: CD cultura. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: apresentando uma antologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). Geografia Cultural: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 344 p.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224 p.

_____. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: Revista Espaço e Cultura (Edição comemorativa 1993-2008). Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 149-156.

DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159 p.

ENTRIKIN, John Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. In: Boletim de geografia teórica – volume 10. São Paulo, 1980.

FERNANDES, Marcio Luis. Ilha de Guaratiba: De Espaço a Lugar. 2003. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos: Rio de Janeiro, 2003.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a valoração do “Lugar.” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. 56 f. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Por uma Necessária Mudança de Valores: uma proposta para a produção de um espaço (urbano) que privilegie o uso e não a troca.

In; SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 2, 2009. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Não paginado.

_____. Decodificando geografias pretéritas e hodiernas de Ilha de Guaratiba (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PPGEU/UERJ, 2010. 99 f.

_____. O Caráter Identitário da Toponímia. In: Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas, 3, 2012. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Não paginado.

_____. Um outro horizonte em busca da humanização da geografia. In Revista Geograficidade. v.4, n.1, Verão 2014. Niterói: UFF, 2014. p. 78-87.

FREITAS, Inês Aguiar de; PERES, Waldir Rugero; RAHY, Ione Salomão. A Janela de Hitler. GeoUERJ – Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro n. 6, p. 29-36, 1999.

FRÉMONT, Armand. Histoire d'une Recherche. In: Frémont et ali. Espace Vécu et Civilisations. Paris: CNRS, 1982. 106 p.

GALLAIS, Jean. Alguns Aspectos do Espaço Vivido nas Civilizações do Mundo Tropical. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 63-81, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas. Contribuição ao debate sobre espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri ; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 213 p.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 366 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: encontro de geógrafos da América Latina – EGAL, 10. São Paulo: USP, 2005.

HALL, Stuart. Representations: cultural representations and signifying practices. London: Routledge publications, 1997.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990 (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PPGEU/UFRJ, 1992. 550 f.

_____. A Geografia Humanista: uma revisão. Espaço e cultura (Edição comemorativa 1993-2008). Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 137-147.

JOHNSTON, Ronald John. Introducion el estudio internacional de la historia de la geografia. In: JOHNSTON, Ronald John; CLAVAL, Paul (Orgs). La geografia Actual: geógrafos y tendencias. Barcelona: Ariel, 1986 A. p. 13-25.

_____. Geografia e Geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: Difel, 1986 B. 359 p.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e Imaginação: Em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRITOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.

MARANDOLA JR, Eduardo. Sobre Ontologias. In: MARANDOLA JR, Eduardo et al. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. 307 p.

MASSEY, Doren. Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia Humanística: A Perspectiva da Experiência Viva e Uma Crítica Radical ao Positivismo. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 91-115.

_____. Dos Espaços da Escuridão aos Lugares de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como e documento para a construção de conceitos geográficos. 2000. Paginação irregular Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Descortinando e (Re)pensando Categorias Espaciais com Base na Obra de Yi-Fu Tuan. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 87-101.

_____. Símbolos dos Lugares, dos Espaços e dos “Deslugares”. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, v. 16, p. 64-72, 2003.

_____. Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na Obra de Anne Buttimer. Espaço e Cultura . Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 33-40, 2005.

OLIVEIRA, Lívia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR, Eduardo et al. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. 307 p.

PANOFKY, Erwin. Significado das artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 2004.

RELPH, Edward. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. Canadian Geographer. 14 (3), 1970. p. 193-201.

_____. Place and Placelessness. London: Pion, 1976. 156 p.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essências de lugar. In: MARANDOLA JR, Eduardo et al. Qual o espaço do lugar?:

geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. 307 p.

SACK, Robert David. Magic and space. Annals of the association of American geographers. 66 (2), 1976. p. 309-322.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri ; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319 p.

SILVA, Armando Corrêa da. O espaço fora do lugar. São Paulo: Hucitec, 1988. 128 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 190 p

TUAN, Yu Fu. Espaço, Tempo e Lugar: Um Arcabouço Humanista. In: Revista Geograficidade. v.1, n.1, Inverno 2011. Niterói: UFF, 2011. p. 8-19.

_____. Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 344 p.

_____. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência: Londrina. Eduel, 2013. 248 p.

WRIGHT, John. Terrae incognitae: the place of the imagination in geography. In: Annals of the Association of American Geographers, v. 37. 1947. p. 01-15.

SOBRE O AUTOR

Marcio Luis Fernandes nasceu no dia 25 de Janeiro de 1973 em Ilha de Guaratiba, bairro da cidade do Rio de Janeiro onde até hoje reside.

Filho da dona de casa Vandí Bastos de Moraes e do coveiro Manoel Fernandes, fez o ensino fundamental na Escola Municipal Narcisa Amália (1980-1989) e o ensino médio no Colégio Estadual Freire Alemão (1990-1992).

Em 2001, iniciou sua graduação em geografia na UNIMSB. Em 2005, foi para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – onde fez especialização em políticas territoriais no estado do Rio de Janeiro (2005-2006), mestrado (2008-2010) e doutorado (2012-2015) em geografia.

Casado com a professora Jeane Bazzani e pai de Nicole Bazzani Fernandes, atualmente, Marcio Luis Fernandes é professor de geografia nas redes públicas do estado e da cidade do Rio de Janeiro.